

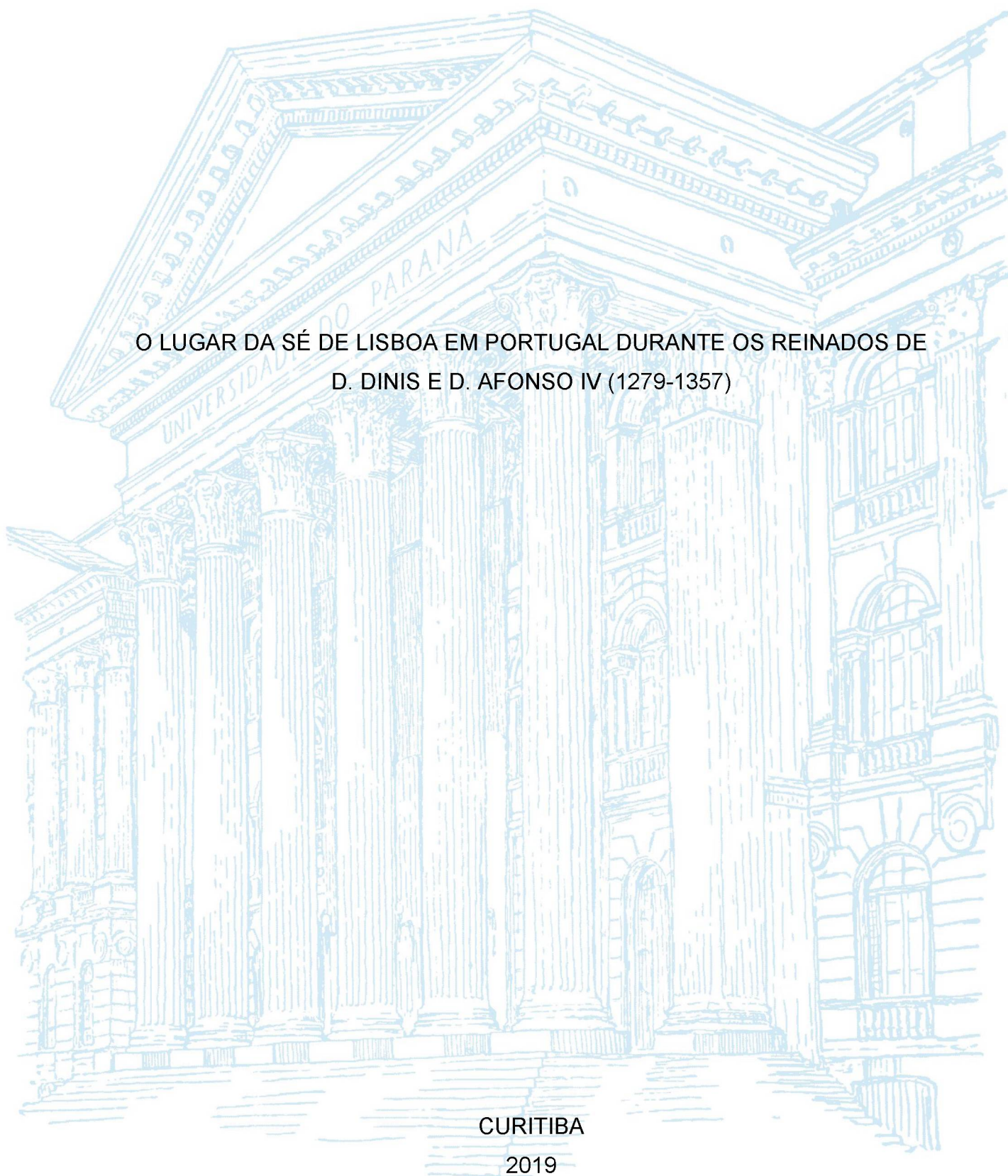
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WILLIAN FUNKE

O LUGAR DA SÉ DE LISBOA EM PORTUGAL DURANTE OS REINADOS DE
D. DINIS E D. AFONSO IV (1279-1357)

CURITIBA

2019



WILLIAN FUNKE

O LUGAR DA SÉ DE LISBOA EM PORTUGAL DURANTE OS REINADOS DE
D. DINIS E D. AFONSO IV (1279-1357)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Marcella Lopes
Guimarães

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Funke, Willian

O lugar da Sé de Lisboa em Portugal durante os reinados de D. Dinis e
D. Afonso IV (1279 – 1357). / Willian Funke. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Marcella Lopes Guimarães

1. Arquitetura de igrejas – Portugal - História. 2. Estilo gótico -
Arquitetura. 3. Arquitetura medieval – Lisboa – História. 4. Morte na arte.
I. Título.

CDD – 726.094694

TERMO DE APROVAÇÃO

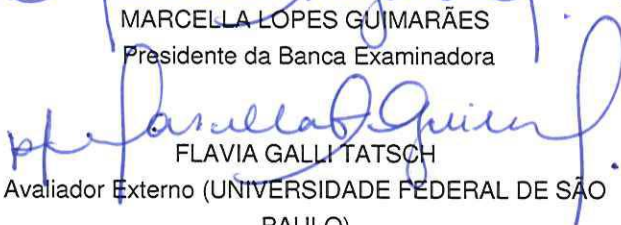
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **WILLIAN FUNKE**, intitulada: **O LUGAR DA SÉ DE LISBOA EM PORTUGAL DURANTE OS REINADOS DE D. DINIS E D. AFONSO IV (1279-1357)**, sob orientação da Profa. Dra. MARCELLA LOPES GUIMARÃES, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 23 de Agosto de 2019.



MARCELLA LOPES GUIMARÃES
Presidente da Banca Examinadora



FLAVIA GALLI TATSCH
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO)



FATIMA REGINA FERNANDES FRIGHETTO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



*Aos que acompanharam
esta construção*

AGRADECIMENTOS

Quando estive em intercâmbio em Lisboa pude ir várias vezes à Sé e em uma delas acompanhei um casamento. Conversando com o noivo desejei, metaforicamente, que sua união fosse tão duradoura quanto o templo em que estava sendo celebrada. Para que essa construção durasse tanto tempo, no entanto, foram necessárias diversas modificações dependentes do trabalho direto e indireto de centenas de pessoas. Da mesma forma essa dissertação precisou do trabalho e apoio de diversas pessoas e instituições, ainda que a autoria seja atribuída a um único autor. Apesar da impossibilidade de nomear todos os que contribuíram para a realização deste trabalho, apresento alguns cuja participação consideramos essencial.

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida, a qual possibilitou a dedicação à pesquisa que tem neste texto um dos resultados.

Agradeço à UFPR pela estrutura que proporcionou para o desenvolvimento do mestrado.

Agradeço ao PPGHIS pela oferta do curso e pelo apoio institucional. Um registro especial ao trabalho da coordenação, neste período gerida pela Professora Marcella e pelo Professor Renan, e à dedicação e empenho da Maria Cristina, secretária que vai muito além do mero cumprimento da obrigação e contribui conosco de forma indescritível.

Agradeço à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, à Biblioteca Nacional de Lisboa, ao Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa e aos responsáveis pela Sé de Lisboa, que nos franquearam acesso a acervos e espaços enriquecedores para as reflexões que preenchem as páginas seguintes.

Feitos os agradecimentos institucionais passemos aqueles endereçados aos que estiveram ao meu lado, dentro ou fora das instituições.

Agradeço muito à minha família pelo apoio no sentido mais amplo que essa palavra pode conter. Mãe, Pai e Junior, esse trabalho só foi possível por conta de vocês e é uma forma de retribuir o amor que aprendi com vocês.

Agradeço especialmente à Professora Marcella, que me orientou além da realização da dissertação, soube dosar incentivo e cobrança de forma que gostaria de poder fazer um dia e teve a paciência que às vezes nem eu tinha comigo mesmo. A parte boa deste trabalho é devida em grande parte à senhora.

Agradeço à Professora Fátima, que tem uma participação gigante na minha formação enquanto historiador. Além de quatro disciplinas na graduação, fui seu aluno nos seminários do mestrado e a senhora esteve nas bancas de qualificação e defesa. Muito do que está aqui também vem da senhora.

Agradeço à Professora Flávia pela disponibilidade e pelas indicações dadas todas as vezes que nos encontramos, especialmente na qualificação. Ter meu trabalho avaliado por uma profissional do seu quilate é algo que me honra profundamente.

Agradeço ao Professor Renan pela disciplina ministrada e pelas discussões sempre construtivas.

Agradeço às Professoras Renata, Ana Paula e Priscila pelo trabalho na História: Questões e Debates que me trouxe aprendizados e oportunidades.

Agradeço ao Carlos pelas conversas, pelos empréstimos e pela amizade.

Agradeço à Martha pela disciplina e pelos ensinamentos que me passa desde 2011.

Agradeço ao Professor Saul, à Professora Manuela e ao Doutor Paulo, que mesmo em um outro país aceitaram me receber e também contribuíram para a consecução desta dissertação.

E os amigos, o que seria de nós sem os amigos.

Agradeço à Anne pelas conversas, pelas novelas, pela presença. Nos últimos tempos amizade deixou de ser suficiente para descrever nossa relação que para mim é de irmandade.

Agradeço à Helena, minha leitora mais assídua e dona de um dos corações mais iluminados que conheço.

Agradeço ao Valdemir, com quem aprendi a ver o mundo de outra forma.

Agradeço ao Ivan, sempre disposto a me receber e entender.

Agradeço à Vanessa e à Hellen pela ajuda e pelos materiais que conseguiram para mim.

Agradeço aos amigos que os Seminários de Cultura e Poder me apresentaram, que extrapolaram os limites da Universidade e seguiram para nossas casas, celulares, etc. Thais, Helena, Celiane, Roberta, Andréia, Lucas, Luzia e Mariana, muito obrigado.

Agradeço aqueles que pude rever em Lisboa depois de alguns anos, Filipe, André, Débora, Leonor, Sérgio, Silvia, Gisele e aqueles que não pude rever, mas que estavam lá.

Entre os que a Universidade me trouxe agradeço ainda Paula, Alexandre, Fabiane, Suellen, Luís, André e todas e todos os colegas com quem compartilhei a Reitoria ao longo dos últimos anos.

Agradeço também à Bruna, que com profissionalismo me ajudou a formular questões e encontrar caminhos que me ajudaram muito a me desenvolver e a alcançar este resultado.

Não poderia terminar essa seção sem registrar a minha gratidão pelos amigos da The Way e do Conexão por terem (re) aparecido na minha vida em um momento difícil e terem me dado condições de aprender e desenvolver habilidades tão importantes.

Muito obrigado a todos vocês! Este trabalho tem um pouquinho de cada um e de outros ainda.

Agradeço por fim aos que lerem este trabalho. Espero que aproveitem!

RESUMO

A presente dissertação analisa as adições góticas feitas à Sé de Lisboa durante os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, entre os anos de 1279 e 1357, com patrocínio desses reis e do comerciante lisboeta Bartolomeu Joanes. O Claustro de iniciativa dionisina, a Capela de São Bartolomeu erguida por disposição testamentária de Joanes e a Cabeceira reconstruída por D. Afonso foram feitos no estilo em voga na cristandade latina, o Gótico. Pretende entender as razões que levaram esses agentes a empreender esforços nas referidas obras e qual o lugar que ocuparam no contexto de sua construção. Busca este objetivo através da atenta observação do objeto material e de suas relações com a sociedade que o produziu, através de uma série de questões que se desdobram a partir da pergunta principal. O primeiro capítulo apresenta uma descrição do templo com atenção às suas partes góticas, bem como de modificações pelas quais o edifício passou relacionando-as aos contextos em que se produziram, com o intuito de perceber qual a posição das adições do século XIV no percurso histórico da Sé. A igreja se liga profundamente ao espaço que a circunda e à Lisboa de uma forma geral, o que é o foco do capítulo seguinte, em que é feita uma discussão sobre a cidade e a diocese. Foca na sequência no espaço que a catedral ocupa em Lisboa, as funções do edifício e de seu entorno, importantes para a definição de lugar usada neste trabalho. As funções das adições góticas feitas à Sé de Lisboa que se destacam são ligadas à morte: sepultamento e celebrações em benefício das almas. A partir dessa informação busca-se nos testamentos dos promotores das obras referidas indicações de elementos contextuais que ajudam a responder a questão proposta. Percebe-se a integração ao processo de individualização do destino pós-morte marcado pela consolidação da ideia do Purgatório e da possibilidade de interferir na condição da alma no além. Os mendicantes tiveram papel importante neste processo, o qual aumentou a demanda pela inumação identificável, que permitisse que os sufrágios fossem endereçados aos seus destinatários corretos. As disposições testamentárias também foram marcadas por experiências pessoais, como a atividade socioprofissional e os acontecimentos ocorridos durante a vida, o que marcou também a edificação destes trechos da Sé lisboeta. Essas obras foram feitas para possibilitar a perpetuação de memórias individuais, não apenas dos promotores – principalmente no caso do claustro que recebeu túmulos de diversos nobres e de alguns comerciantes – e garantir uma melhor condição no pós morte por intermédio das orações destinadas aos inumados na igreja e a intercessão de São Vicente, cujas relíquias encontravam-se neste templo. A escolha por este edifício específico justifica-se pela importância que a cidade vinha ganhando no conjunto do reino, pela posição que a igreja ocupa na cidade e, mais uma vez, a existência das relíquias de um santo bastante vinculado à Dinastia de Borgonha.

Palavras-chave: Sé de Lisboa. Arquitetura Medieval. Gótico Português. Morte.

ABSTRACT

The present dissertation analyzes the Gothic additions made to the Lisbon Cathedral during the reigns of D. Dinis and D. Afonso IV, between the years 1279 and 1357, with the patronage of these kings and the merchant from Lisbon, Bartolomeu Joanes. The Cloister of Dionysian initiative, the Chapel of St. Barolomeu erected by testamentary disposition of Joanes and the rebuilt of the Head by D. Afonso were made in the style in vogue in Latin Christianity, the Gothic. It intends to understand the reasons that led these agents to make efforts in these works and what place they occupied in the context of their construction. It seeks this objective through the close observation of the material object and its relations with the society that produced it, through a series of questions that unfold from the main question. The first chapter presents a description of the temple with attention to its Gothic parts, as well as modifications by which the building passed relating them to the contexts in which they were produced, in order to perceive the position of the additions of the fourteenth century in the Cathedral historical course. The church is deeply linked to the space that surrounds it and to Lisbon in general, which is the focus of the next chapter, in which is made a discussion about the city and the diocese. It focuses on the sequence in the space that Cathedral occupies in Lisbon, the functions of the building and its surroundings, important for the definition of place used in this work. The highlighted functions of the gothic additions made to Lisbon Cathedral are linked to death: burial and celebrations for the benefit of souls. From this information it is sought in the wills of the promoters of the mentioned works indications of contextual elements that help to answer the proposed question. It is noticeable the integration to the process of individualization of the post-mortem destiny marked by the consolidation of the idea of Purgatory and the possibility of interfering in the condition of the soul in the beyond. The mendicants played an important role in this process, which increased the demand for identifiable burial, which allowed the suffrages to be addressed to their correct receivers. The testamentary dispositions were also marked by personal experiences, such as the socio-professional activity and the events that took place during the life, which also marked the construction of these sections of Lisbon Cathedral. These works were made to enable the perpetuation of individual memories, not only of the promoters – especially in the case of the cloister that received tombs of several nobles and some merchants – and to guarantee a better post-death condition through the prayers intended for the entombed ones in the church and the intercession of St. Vincente, whose relics were in this temple. The choice for this particular building is justified by the importance the city has been gaining in the kingdom as a whole, by the position that the church occupies in the city and, once again, the existence of the relics of a saint closely linked to the Burgundian Dynasty.

Keywords: Lisbon Cathedral. Medieval Architecture. Portuguese Gothic. Death.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PLACA INDICATIVA DAS OBRAS NO CLAUSTRO DA SÉ DE LISBOA	12
FIGURA 2 – GUINDASTE USADO NAS OBRAS VISTO A PARTIR DO NORTE E DO SUL DA SÉ	12
FIGURA 3 – FACHADA OCIDENTAL DA SÉ DE LISBOA.....	22
FIGURA 4 – PARTE DA FACHADA SUL.....	23
FIGURA 5 – PARTE POSTERIOR DA SÉ	23
FIGURA 6 – PARTE DA FACHADA NORTE	23
FIGURA 7 – CAPELA DE SÃO BARTOLOMEU	24
FIGURA 8 – NAVE CENTRAL	25
FIGURA 9 – NAVE LATERAL SUL	25
FIGURA 10 – CAPELA-MOR	25
FIGURA 11 – PLANTA DA SÉ DE LISBOA	27
FIGURA 12 – CLAUSTRO, GALERIA SUL.....	28
FIGURA 13 – CLAUSTRO, GALERIA LESTE.....	28
FIGURA 14 – CLAUSTRO, GALERIA NORTE	28
FIGURA 15 – CAPELA DE SÃO BARTOLOMEU. COBERTURA E JANELAS	29
FIGURA 16 – CAPELA DE SÃO BARTOLOMEU. TÚMULO DE BARTOLOMEU JOANES.....	30
FIGURA 17 – CABECEIRA VISTA A PARTIR DO ANTIGO PÁTIO.....	31
FIGURA 18 – PARTE DO DEAMBULATÓRIO.....	31
FIGURA 19 – RUÍNAS DA SÉ DE LISBOA, APÓS O TERRAMOTO DE 1755	34
FIGURA 20 – COMEMORAÇÃO DOS CENTENÁRIOS NA SÉ DE LISBOA.....	41
FIGURA 21 – TRAÇADO DAS MURALHAS DE LISBOA COM RECORTE DA SÉ E DA PORTA DE FERRO	56
FIGURA 22 – PLANTA DA SÉ DE LISBOA NA ÉPOCA DE D. AFONSO HENRIQUES.....	59
FIGURA 23 – MAPA DE LISBOA NA COLEÇÃO <i>CIVITATES ORBIS TERRARUM</i>	61
FIGURA 24 – SELO CAMARÁRIO DE LISBOA (1346)	62
FIGURA 25 – RECORTE DA FIGURA 24.....	66
FIGURA 26 – TÚMULO DE D. DINIS EM SÃO DINIS DE ODIVELAS	77
FIGURA 27 – DISPOSIÇÃO DE TÚMULOS E ALTARES NA CAPELA-MOR DA SÉ DE LISBOA	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A SÉ DE LISBOA	21
1.1 APRESENTAÇÃO DA IGREJA	21
1.2 QUAL CONSTRUÇÃO É ACESSÍVEL HOJE?	32
1.2.1 Formas de acessá-la e modificações pelas quais passou.....	32
1.2.2 Por que razões ocorreram essas modificações?.....	37
1.2.3 Reflexões a respeito dos anexos góticos da Sé de Lisboa	43
2 ESPAÇOS.....	50
2.1 O QUE É A CIDADE DE LISBOA NESSE PERÍODO?	50
2.2 O ESPAÇO FÍSICO QUE A SÉ OCUPA EM LISBOA	55
2.2.1 Como a Sé aparece nas imagens de Lisboa.....	60
2.3 QUAIS AS FUNÇÕES DO ESPAÇO DA SÉ E SEU ENTORNO?	63
2.3.1 A Sé de Lisboa enquanto promotora de mobilidades	67
2.4 O QUE ENTENDEMOS POR LUGAR	72
3 APROXIMAÇÕES DE DIFERENTES GRUPOS COM A SÉ DE LISBOA.....	75
3.1 LOCAL DA SEPULTURA	77
3.2 DOAÇÕES	90
3.3 ENCOMENDAS DE MISSAS E ATIVIDADES.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS.....	120
GLOSSÁRIO.....	132

INTRODUÇÃO

Entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018 tive a oportunidade de estar durante um curto período em Lisboa com intuito de realizar pesquisas que enriquecessem a presente dissertação. No dia 28 de janeiro fui à Sé fazer uma última visita antes de retornar ao Brasil. Eis que percebo uma movimentação diferente da habitual, o acesso ao deambulatório – geralmente restrito – estava aberto, mas as portas de acesso ao claustro da igreja estavam fechadas. Qual o motivo? Obras! Podemos afirmar que, como um homem não se banha duas vezes no mesmo rio, um estudante não visita duas vezes a mesma catedral.

FIGURA 1 – PLACA INDICATIVA DAS OBRAS NO CLAUSTRO DA SÉ DE LISBOA

									
									
									
									
ENTIDADE PROMOTORA		Direção-Geral do Património Cultural e Cabido de Sé Patriarcal de Lisboa							
DESIGNAÇÃO DO PROJETO		Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal de Lisboa							
OBJETIVO PRINCIPAL		Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos							
CUSTO TOTAL ELIGÍVEL		3.873.803,00		EUROS					
APOIO FINANCEIRO DA UNIÃO EUROPEIA		1.936.901,50		EUROS					
APOIO FINANCEIRO PÚBLICO NACIONAL		968.430,75		EUROS					
APOIO FINANCEIRO DO CABIDO DA SÉ METROPOLITANA PATRIARCAL DE LISBOA		968.430,75		EUROS					
		UNião Europeia							
		Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional							
		UNião Europeia							
		EMPREITADA: 2ª Fase - Instalação do Núcleo Arqueológico e Recuperação dos Claustros Superior e Inferior da Sé Patriarcal de Lisboa							
		ADJUDICATÁRIO:  agroman							
						Alvará n.º 6104-PUB			
						VALOR DA ADJUDICAÇÃO:		3.873.803,00€	
						PRAZO DE EXECUÇÃO:		450 dias	
						AGALBERTO DIAS ARQUITECTO LDA			
									
						gpic			
									

FONTE: Vanessa Caroline Massuchetto (janeiro de 2019)

FIGURA 2 – GUINDASTE USADO NAS OBRAS VISTO A PARTIR DO NORTE E DO SUL DA SÉ



FONTE: Vanessa Caroline Massuchetto (janeiro de 2019)

Este relato, que à primeira vista pode parecer meramente anedótico ou uma estratégia menos formal para dar início à discussão mais séria, possibilita refletir sobre as mudanças pelas quais o objeto do presente estudo passou ao longo dos séculos. Como nos lembra Agostinho em suas *Confissões*, as coisas temporais nunca são estáveis (*temporibus numquam standibus*), mesmo que por vezes o pareçam.¹ As referidas obras no claustro são de vulto e levarão a uma profunda alteração do que hoje se vê neste espaço. O projeto foi saudado pelo Presidente da República Portuguesa, Marcelo de Souza, que destacou o potencial turístico da Catedral após as adequações.² As modificações – financiadas em conjunto por fundos europeus, pela Direção Geral do Património Cultural (órgão do governo português) e pelo cabido da Sé de Lisboa – prevêm a musealização dos achados arqueológicos, bem como das estruturas escavadas entre as décadas de 1990 e de 2010, a recolocação de um jardim no nível do pavimento do claustro e mudanças no acesso ao espaço, com abertura de uma porta virada para a Rua das Cruzes da Sé.³ Para realização destas adequações uma das primeiras medidas foi a retirada de algumas laranjeiras deste lado do edifício, o que ajudou a promover manifestações contrárias ao empreendimento,⁴ como as do Fórum Cidadania LX.⁵ As intervenções encontram, por outro lado, defesa de académicos, a exemplo do professor Vítor Serrão, catedrático de História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.⁶

A respeito das adições feitas ao edifício catedralício no período central para o nosso estudo, os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV (1279-1357), não temos acesso aos possíveis debates, defesas e contestações que tenham gerado na sociedade lisboeta de então como para as que estão em curso quando da redação

¹ AGOSTINHO. *Confissões*. Consultamos a versão latina disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/augustine/conf11.shtml>. Último acesso: 28/01/2018. E a tradução disponível em: <http://cepame.fflch.usp.br/sites/cepame.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Agostinho%20de%20Hipona%2C%20%E2%80%9CConfiss%C3%B5es%2C%20Livro%20XI%E2%80%9D.pdf>. Último acesso em 28/01/2018. Capítulo XI § 13.

² Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/101036/marcelo-aprova-projecto-de-recuperacao-do-claustro-da-se-de-lisboa>. Acesso em 30/09/2018.

³ Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/02/21/culturaipsilon/noticia/comecaram-as-obras-na-se-de-lisboa-1804020>. Acesso em 30/09/2018.

⁴ Disponível em: <https://www.timeout.pt/lisboa/pt/noticias/se-patriarcal-de-lisboa-sobre-as-obras-que-desenterraram-protestos-030418>. Acesso em 30/09/2018.

⁵ Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/09/01/culturaipsilon/opiniao/eu-e-que-fiz-o-claustro-da-se-de-lisboa-e-mais-nada-1842711>. Acesso em 30/09/2018.

⁶ Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/03/01/culturaipsilon/opiniao/as-intervencoes-de-museizacao-da-se-de-lisboa-e-a-defesa-do-patrimonio-da-cidade-1804487>. Acesso em 30/09/2018.

desta dissertação. Por outro lado, sabemos que diferentes atores participaram das obras que mudaram a feição do templo em análise. Durante o período em que estes monarcas estiveram à frente do reino português foram adicionados à Sé de Lisboa o Claustro, a Cabeceira e a Capela de São Bartolomeu. Essas campanhas construtivas, bem como demais atividades ocorridas nesta igreja no recorte temporal em questão, estavam envolvidas em uma rede de relações, disputas, crenças, que encontravam na igreja uma forma de se manifestar. É importante destacar que um aspecto não exclui outro. O desejo de projeção pessoal e familiar, por exemplo, não está desvinculado da fé na salvação da alma pela proximidade com as relíquias um santo ou pelas orações encomendadas em testamento.

Partimos portanto da constatação de que as adições dos anexos góticos à Sé de Lisboa responderam a demandas próprias do período em que foram feitas e que diferentes agentes se envolveram nesses empreendimentos. Elucidada a partida, precisamos de um destino almejado. No nosso caso é responder a seguinte questão: quais razões levaram estes agentes a se engajarem nas referidas campanhas e qual o lugar que estes anexos ocuparam no contexto?

Necessitamos, então, definir qual caminho seguir entre esses dois pontos. A questão principal se desdobrou em uma série de outras que foram dando a indicação da rota a ser seguida. Para definir o método de trabalho baseamo-nos em textos de Jean-Claude Schmitt e Michael Baxandall. Do primeiro recorremos ao trecho “Metodologia” de seu *O corpo das imagens* em que afirma ser importante interpretar as imagens em suas especificidades e na relação com a sociedade.⁷ O segundo nos deu um bom guia de como trabalhar com objetos materiais, no capítulo “O objeto histórico: a ponte do rio Forth de Benjmin Baker” do livro *Padrões de intenção*.⁸ Baxandall busca compreender como se passou da necessidade de transpor um curso de água ao resultado final: a ponte construída. Para isso decompõe o problema em uma série de questões que procuram responder ao por que e ao como o projeto se concretizou. Buscamos algo parecido no caminho que indicamos a seguir.

⁷ SCHMITT, Jean-Claude. Metodologia. In: *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. José Rivair Macedo (trad.). Bauru: EDUSC, 2007. p. 33-42.

⁸ BAXANDALL, Michael. O objeto histórico: a ponte do rio Forth de Benjmin Baker. In: *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. Vera Maria Pereira (trad.). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006. p. 45-79.

O primeiro passo foi entender o que são o Claustro, a Cabeceira e a Capela de São Bartolomeu e como se integram ao restante da construção. Esta igreja não deixou de ser intervencionada ao longo dos séculos que se passaram entre o aparecimento das estruturas góticas e os dias de hoje. Como já pudemos ver, as obras continuam! Consideramos então relevante conhecer as principais campanhas e modificações pelas quais a Sé de Lisboa passou, articulando-as com os contextos em que ocorreram. Isso por que as alterações que estudamos têm um lugar no percurso histórico da catedral a qual foi o nosso documento inicial. Ainda que o foco do estudo seja apenas o recorte gótico, entendemos que a compreensão do processo pelo qual o edifício passou até a atualidade nos evidencia a sua transitoriedade e possibilita um entendimento maior dos próprios anexos, os quais também foram marcados pelos anos. Na sequência centramos esforços na interpretação das partes góticas do templo, visando identificar o que mais seria necessário para a consecução do objetivo. Neste ponto do trabalho já aparecem com destaque os atores que acompanharemos mais de perto no restante do caminho: os reis D. Dinis e D. Afonso IV, filho do primeiro, e o cidadão lisboeta Bartolomeu Joanes. Além deles, também demos destaque a membros da nobreza, sobretudo aquela mais ligada a Coroa, aos religiosos, seculares e regulares, e aos comerciantes portugueses, principalmente os de Lisboa.

O passo seguinte foi relacionar a materialidade vista no capítulo anterior com o espaço em que ela se implantava. Começamos dando atenção à cidade de Lisboa, a efeitos de alguns processos nos quais ela estava implicada, como a instalação da chancelaria régia na cidade e o deslocamento da atividade comercial para a região baixa, mais próxima do rio Tejo. Depois nos voltamos para o espaço mais próximo da Sé e buscamos aprofundar o entendimento desta parte da cidade com o recurso de imagens que representassem a construção ou a igreja antes do terremoto de 1755 que modificou Lisboa profundamente. A questão seguinte era: o que é feito nesses espaços? Buscamos responder apresentando as atividades que identificamos associadas à Sé e ao seu entorno. Visualizamos que o templo em questão atraía diferentes grupos e procuramos sistematizar essa constatação, o que contribuiu com a percepção de que nem os agentes nem o próprio edifício eram estáticos, mas estavam envolvidos em redes de movimentações que extrapolavam o aspecto religioso e as fronteiras portuguesas. Dos usos dados ao templo,

sobressaíram-se em nossa leitura os relacionados com a morte: os sepultamentos e as cerimônias realizadas em torno dos túmulos ali instalados.

Esta pista guiou a execução do terceiro capítulo. Baseamo-nos nos testamentos dos promotores das obras dos anexos góticos para buscar os elementos contextuais que ajudassem a responder a questão proposta. Dividimos as disposições testamentárias em três categorias: determinação do local da sepultura, doações e encomendas. Notamos alguns padrões, como o cuidado com as orações a serem realizadas, e também algumas particularidades como a destinação dos animais no caso de D. Dinis. Apontamos algumas possibilidades de interpretação das disposições que passam principalmente pela ideia de que as pessoas tinham condição de interferir no seu destino após a morte, o que seria feito através de boas ações feitas em vida e encomendadas, bem como as orações que garantissem ou que lhe fossem dedicadas. Esse processo de afirmação do julgamento e condenação individual é marcado pelo fortalecimento da ideia de purgatório, em que tiveram importante papel os frades mendicantes, surgidos no século XIII e com posição consolidada em Portugal no período da construção dos anexos góticos da Sé de Lisboa. Há também as últimas vontades que consideramos marcadas por características pessoais, como a atividade profissional ou os conflitos tidos em vida.

Os documentos que questionamos nas páginas que se seguem foram de diferentes tipos. O primeiro deles, como já referido, foi a própria Sé de Lisboa, cujo acesso gerou uma reflexão presente no final desta introdução. A catedral foi visitada e fotografada, mas também usamos imagens e descrições produzidas por outras pessoas. Para acessá-la em outras temporalidades buscamos imagens anteriores ao terremoto de 1755, especificamente um mapa da cidade presente na coleção *CIVITATES ORBIS TERRARUM* do século XVI e um selo camarário de Lisboa datado de 1346, dentro do nosso recorte, portanto. A *Crónica de 1419* nos forneceu informações sobre os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, principalmente relevantes para o entendimento de como os acontecimentos foram ordenados na época. No último capítulo recorreremos aos testamentos destes mesmos monarcas e de Bartolomeu Joanes. Para os documentos referentes aos reis, acessamos as edições publicadas nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* e na *Monarquia Lusitana*, transcritos e compilados por António Brochado da Mota em seu trabalho intitulado *Testamentos Régios – Primeira Dinastia (1109-1383)*. Com relação ao registro das últimas vontades de Joanes, conseguimos cópia fotográfica

da edição publicada em *A heráldica medieval na Sé de Lisboa*, trabalho de Luís Gonzaga de Lancastre e Távora.

Para nos guiar no caminho da busca pelas respostas o trabalho de diversos pesquisadores foram essenciais. Os autores utilizados para auxiliar na descrição da igreja foram, principalmente, Ana Paula Valente Figueiredo e Paulo de Almeida Fernandes.⁹ Sobre a interpretação das alterações pelas quais passou o templo, partimos de trabalho do historiador David Lowenthal,¹⁰ o qual reflete sobre a forma como as sociedades se aproximam e modificam o passado conforme suas visões de mundo e necessidades.

Para refletir o Gótico tivemos importantes referenciais no trabalho de Michael Camille¹¹ e Willibald Sauerländer¹². O primeiro trás interpretações do estilo focadas em novas formas de entendimento do mundo, relacionando esta forma de produção artística com, por exemplo, as mudanças na forma de entender o tempo e o indivíduo. Já o segundo, sugere que a interpretação das obras góticas deve se relacionar mais aos usos delas feitos do que no espírito do tempo que estaria por traz de toda a produção artística de dado período. Com relação especificamente ao Gótico português foi basilar a leitura de manual de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca¹³, no qual, além de contextualizarem o estilo em Portugal, apresentam uma breve descrição de boa parte das obras que se encaixam nesse estilo, não apenas as produções religiosas, mas também civis e militares.

No tocante à cidade de Lisboa foram importantes as produções de Carlos Guardado da Silva¹⁴ e Manuel Fialho Silva¹⁵. Os dois, a partir de vasta

⁹ FERNANDES, Paulo de Almeida. Iconografia do Apocalipse: uma nova leitura do portal ocidental da Sé de Lisboa. *Estudos/Património*, Lisboa, n.7, p. 93-101, 2004; FERNANDES, Paulo de Almeida. O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitetura cheia de imperfeições. *MURPHY Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, Coimbra, n. 1, p. 18-69, 2006; FERNANDES, Paulo de Almeida. O sítio da sé de Lisboa antes da Reconquista. *ARTIS – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, n. 1, p. 57-87, 2002; FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. *O espólio artístico das Capelas da Sé de Lisboa*, abordagem cripto-histórica. 216f. Dissertação (Mestrado em Arte, Património e Restauro) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000

¹⁰ LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: CUP, 1985.

¹¹ CAMILLE, Michael. *Gothic art. Visions and Revelations of the Medieval World*. Londres: Calmann and King Ltd, 1996.

¹² SAUERLÄNDER, Willibald. Gothic: The Dream of an Unclassical Style. In: *Gothic art and thought in the later medieval period: essays in honor of Willibald Sauerländer*. Colum Hourihane (Ed.). Princeton/Pensilvânia: Princeton University/Pennsylvania State University Press, 2011.

¹³ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge. *História da Arte em Portugal – O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

¹⁴ SILVA, Carlos Guardado da. *Lisboa medieval: a organização e a estrutura do espaço urbano*. Lisboa: Colibri, 2008.

documentação, propõem uma interpretação sobre a Lisboa medieval. O primeiro focado na organização do espaço ao longo do período medieval, fazendo quase um inventário das estruturas existentes em cada freguesia da cidade, enquanto o segundo busca entender as mudanças ocorridas entre os períodos das taifas e o reinado de D. Dinis. Na interpretação da cabeceira gótica da Sé de Lisboa destacamos o trabalho de Carla Varela Fernandes, que associa esta parte da igreja ao culto das relíquias de São Vicente¹⁶, no que concorda com Carrero Santamaria¹⁷, e ao desejo de perpetuação da memória da batalha do Salado.

No último capítulo, entre outras referências importantes, foram fundamentais na construção do entendimento apresentado as obras de Philippe Ariès¹⁸ e Jacques Le Goff¹⁹ no que diz respeito aos aspectos mais amplos apresentados. No tocante ao contexto português, além dos autores lusitanos, destacaram-se os trabalhos de Fátima Regina Fernandes²⁰, que além de fornecerem informações contextuais também embasaram as conclusões que conseguimos alcançar neste percurso.

A chegada da nossa caminhada pode ser resumida na proposta de que os anexos góticos da Sé de Lisboa foram construídos com principalmente duas finalidades imbricadas na sua função tumular. Gerar uma memória individual da qual, entretanto, pudessem se beneficiar outros membros da família, da linhagem ou do grupo a que pertencia o sepultado e, não menos importante, garantir uma melhor condição no pós morte por intermédio das orações destinadas aos inumados na igreja e a intercessão do santo cujas relíquias encontravam-se ali também, São Vicente. A escolha por este edifício específico justifica-se pela importância que a cidade vinha ganhando no conjunto do reino, pela posição que o templo ocupa na

¹⁵ SILVA, Manuel Fialho. *Mutação urbana na Lisboa medieval*. das taifas a D. Dinis. 610 f. Tese (História – História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

¹⁶ FERNANDES, Carla Varela. D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória. *Arqueologia & História, Lisboa*, n. 58/59, p. 143-166, 2006/2007

¹⁷ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo. La catedral, el santo y el rey. Alfonso IV de Portugal, san Vicente mártir y la capilla mayor de la sé de Lisboa. In: ESPAÑOL, Francesca; FITÉ, Francesc (Ed.) *Hagiografía peninsular en els segles medievals*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2008. p. 73-92.

¹⁸ ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Luiza Ribeiro (Trad.). Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

¹⁹ LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

²⁰ FERNANDES, Fátima Regina. *Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III: direito material e direito processual*. Curitiba: Juruá, 2000. FERNANDES, Fátima Regina, O poder do relato na Idade Média Portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago!* batalhas e narrativas ibéricas medievais. Curitiba: Ed. UFPR, 213. p. 87-120. FERNANDES, Fátima Regina. Os exílios da linhagem dos Pacheco e sua relação com a natureza de suas vinculações aos Castro (segunda metade do século XIV). *Cuadernos de Historia de España*, Buenos Aires, Instituto de Historia de España “Cláudio Sánchez Albornoz”, Universidad de Buenos Aires, v. 82, p. 31-54, 2008.

cidade e, mais uma vez, a existência das relíquias de um santo bastante vinculado à Dinastia de Borgonha.

Antes de continuar para o corpo da dissertação, passemos a uma reflexão de como se deu a nossa aproximação em relação a este objeto de estudos. Nosso primeiro movimento em direção ao conhecimento deste templo se deu através de imagens disponíveis na *internet*, bem como descrições também acessíveis *on-line*. Merecem destaque neste momento da caminhada as páginas de órgãos públicos portugueses responsáveis pela gestão do patrimônio, sobretudo da Direção-Geral do Património Cultural.²¹ Na sequência buscamos bibliografia disponível na biblioteca da UFPR e em *sites* como academia.edu e portal de periódicos CAPES. Ao mesmo tempo eram feitas leituras teóricas sobre estilos artísticos e o contexto do período em análise. Percebemos, portanto, que antes de travarmos contato direto com a Sé de Lisboa já havia uma aproximação intelectual.

Neste ponto cabe ressaltar uma das diferenças entre a experiência de realizar esta pesquisa no Paraná e em Lisboa, por exemplo. Diferente de nós, espera-se que um jovem português que viva na capital já tenha feito visitas ao prédio com a família, visto-o como parte da paisagem e o tenha estudado na escola. A ligação afetiva do jovem português à Catedral é diferente, talvez mais íntima. Aqui talvez esteja o primeiro filtro colocado entre o estudante e o objeto. No caso do nosso amigo português, o primeiro contato com o edifício é familiar, no nosso, acadêmico. Não pretendemos com isso hierarquizar as experiências, apenas demonstrar como são diferentes e, em ambos os casos, há algo que se coloca entre o estudante e o objeto de estudo.

Tivemos a oportunidade de estar fisicamente na Sé de Lisboa em três períodos distintos. Em março de 2013, entre setembro do mesmo ano e fevereiro de 2014 e, como já relatado anteriormente, entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Na primeira e na terceira visitas fizemos uso de recursos próprios, oriundos de outras atividades, e na segunda contamos com o apoio de bolsa da UFPR, sem a qual não seria possível permanecer em Portugal por um período tão dilatado. Todas

²¹ Páginas Consultadas: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70502>> e <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2196>. Último acesso em 08/2018.

as vezes, seguindo o conselho do historiador Antoine Prost²², buscamos experienciar o espaço, sabendo que essa experiência estaria marcada por todas as anteriores, incluídas as leituras e análises feitas antes de se conhecer Sé. A maior parte das imagens disponíveis nessa dissertação foi feita nestes períodos, nos quais também tivemos a oportunidade de consultar acervos que com certeza contribuíram para o enriquecimento do trabalho. Através dos materiais desses acervos, pudemos alcançar parte das alterações pelas quais passou o edifício em análise, as quais passamos a acompanhar na sequência, logo após a descrição da construção.

²² Prost exclama “Ora, segundo parece, a precisão e o rigor de seus procedimentos não estão à altura de suas ambições; em vez de um método que poderia ser descrito, estamos em presença de uma espécie de intuição que se baseia na experiência anterior do historiador. O caráter próprio da compreensão consiste em enraizar-se na vivência do sujeito;”. PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Guilherme J. de F. Teixeira (Trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

1 A SÉ DE LISBOA

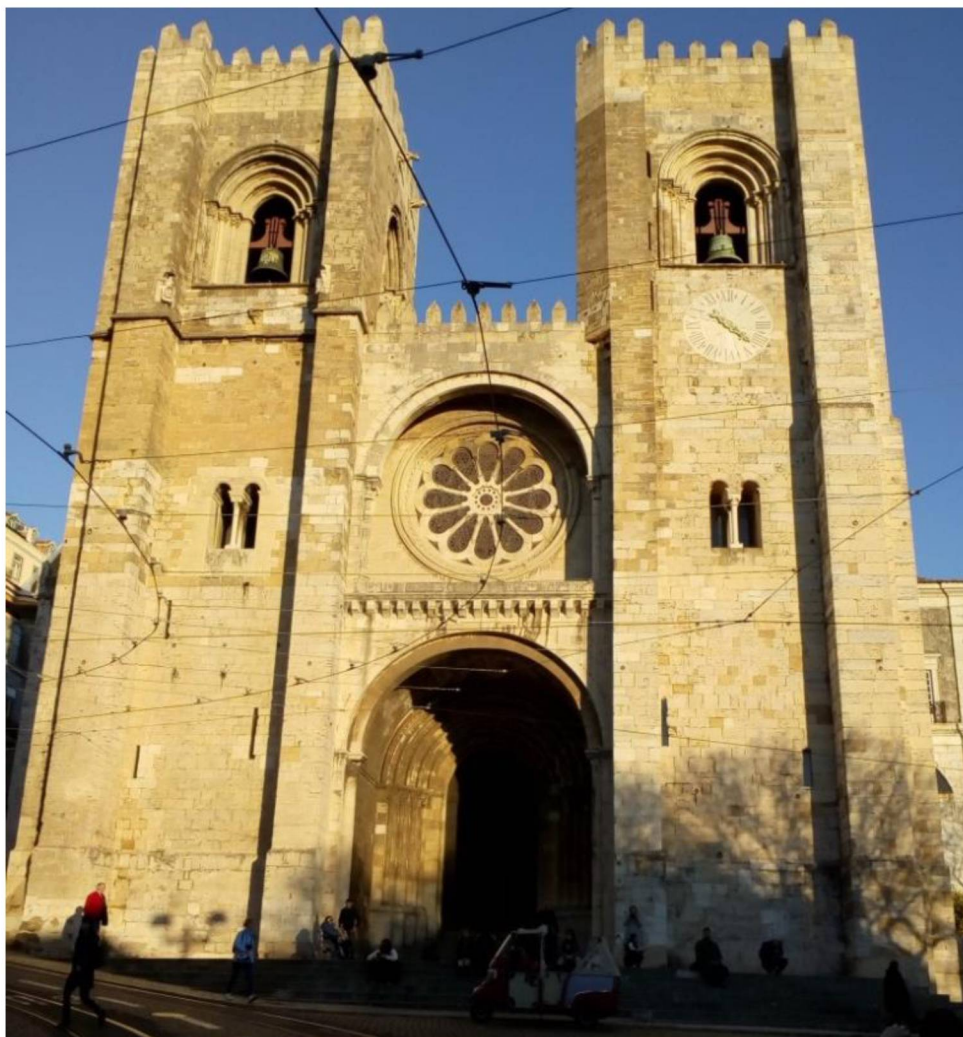
1.1 APRESENTAÇÃO DA IGREJA

A Sé de Lisboa²³ hoje é um dos pontos turísticos mais importantes da cidade, sendo um elemento de identificação da capital portuguesa em sites de turismo e de companhias aéreas. Encontra-se na rota do tradicional Elétrico 28 e, mais recentemente, tornou-se um dos pontos de parada dos Tuk-Tuks, veículos leves que transportam turistas.

Mais comumente chega-se ao templo subindo a rua de Santo Antônio da Sé, pela qual se passa ao lado da igreja de Santo Antônio e se vislumbra a fachada ocidental da Catedral (Figura 3) composta por duas torres que ladeiam o portal principal e a rosácea. As torres são reforçadas por contrafortes robustos e na parte mais baixa de ambas há apenas pequenas aberturas para a iluminação das escadarias. Mais acima se rasgam janelas maineladas, divididas por três colunas rematadas por capitéis vegetalistas. Na parte superior existem janelões com abertura em volta perfeita, emoldurados por cinco arquivoltas, as quais caem sobre seis colunas lisas com capitéis de decoração bulbosa. Essas torres têm a planta quadrada e as paredes lisas tendo a parte superior rematada por ameias. O corpo central desta fachada é dividido em duas partes. Na superior há uma janela de volta perfeita na qual se enquadra uma rosácea. Na parte inferior, sob o coro alto, encontra-se o nártex que antecede o portal principal. Este é de tipo escavado, formado por quatro arquivoltas semicirculares que são suportadas por oito colunas. Os capitéis do portal ocidental têm decoração vegetalista e figurativa.

²³ A descrição da igreja foi feita a partir de visitas e apoiada em bibliografia específica sobre o templo, da qual destacamos: FERNANDES, Carla Varela. D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória. *Arqueologia & História, Lisboa*, n. 58/59, p. 143-166, 2006/2007; FERNANDES, Paulo de Almeida. Iconografia do Apocalipse: uma nova leitura do portal ocidental da Sé de Lisboa. *Estudos/Património*, Lisboa, n.7, p. 93-101, 2004; FERNANDES, Paulo de Almeida. O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitetura cheia de imperfeições. *MURPHY Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, Coimbra, n. 1, p. 18-69, 2006; FERNANDES, Paulo de Almeida. O sítio da sé de Lisboa antes da Reconquista. *ARTIS – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, n. 1, p. 57-87, 2002; FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. *O espólio artístico das Capelas da Sé de Lisboa*, abordagem cripto-histórica. 216f. Dissertação (Mestrado em Arte, Património e Restauro) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000; SILVÉRIO, Sofia Alexandra Domingues. *Arqueologia da Arquitetura – Contributo para o estudo da Sé de Lisboa*. 163f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014 e VILLAMARIZ, Catarina. “A Sé de Lisboa e a Arquitectura Claustral”. In Krus, Luís; Miranda, Maria Adelaide; ALARCÃO, Miguel. *A Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Edições Colibri, 2005, pp. 153-164.

FIGURA 3 – FACHADA OCIDENTAL DA SÉ DE LISBOA



FONTE: O autor (2017)

Seguindo pelo lado sul da construção, na rua Cruzes da Sé, percebemos a Sacristia, em estilo maneirista, que se estende por quatro tramos da igreja e conta dois pavimentos. Esse anexo faz com que se torne difícil perceber o braço do transepto, saliente em relação à primitiva construção do templo. Na continuidade, o nível da rua vai ficando mais baixo e a parede correspondente ao claustro se torna mais elevada em relação ao solo (Figura 4). Próximo da extremidade leste deste muro existe uma janela em arco de volta quebrada, mainelada e decorada, além de outra abertura numa das capelas do Claustro. Na parte de trás da construção fica o Beco do Quebra Costas (Figura 5), uma escadaria íngreme que leva até a rua do Barão. O muro posterior do templo também conta com algumas janelas em arco de volta quebrada, bem como outras retangulares. O muro norte, bem menos elevado em relação ao chão, conta na parte que se defronta com a rua do Barão com janelas

retangulares (Figura 6). Quando esta via encontra a rua Augusto Rosa, há na catedral uma porta em madeira, ladeada por pilares e encimada por uma viga. O muro segue, sem aberturas, até chegar à Capela do Santíssimo Sacramento, na qual podemos observar duas janelas retangulares e outra, mais alta, em volta quebrada, envolvida por duas arquivoltas. Após um contraforte é possível visualizar a rosácea do braço norte do transepto, também anteriormente saliente. Abaixo desta abertura há uma decoração em arcaria cega.

FIGURA 4 – PARTE DA FACHADA SUL



FONTE: O autor (2013)

FIGURA 5 – PARTE POSTERIOR DA SÉ



FONTE: O autor (2013)

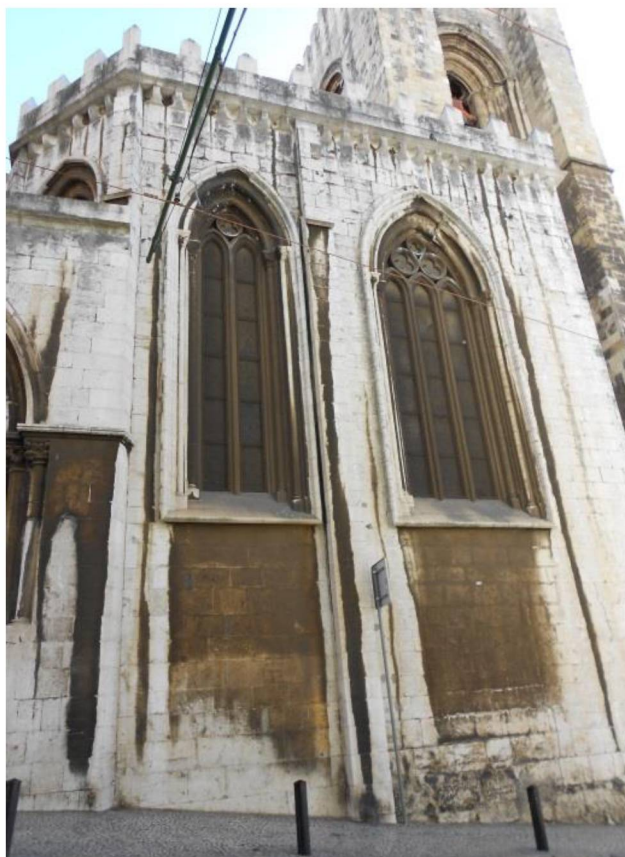
FIGURA 6 – PARTE DA FACHADA NORTE



FONTE: O autor (2013)

O contraforte seguinte é curioso, por aparentar ser maior que os demais e ter algumas aberturas. Na realidade há uma escada que, a partir do interior da construção, dá acesso ao Camarim do Patriarca, estrutura seguinte, com três tramos e dois pavimentos. Há janelas de volta quebrada, bastante estreitas, e também conta com contrafortes que apoiam a sustentação deste anexo. O último deles também possui uma escada em caracol de acesso ao Camarim e, ainda, uma porta ogival voltada para a rua. Depois deste, podemos observar o portal norte da Sé, uma porta de madeira, envolta por duas arquivoltas que recaem sobre quatro colunas. Esta entrada está protegida por um nártex, cujo acesso se dá por um arco ogival. Este nártex encobre parte da capela de São Bartolomeu, a qual se estende por dois tramos e, apesar de ter apenas um pavimento, têm um pé direito elevado. A capela (Figura 7) contém duas janelas de volta quebrada na lateral e três na face leste, parcialmente encobertas pelo nártex do portal norte do templo. É iluminada ainda por uma rosácea na face oeste. Assim concluímos a volta ao monumento, sendo oportuno voltar às atenções para a sua parte interna.

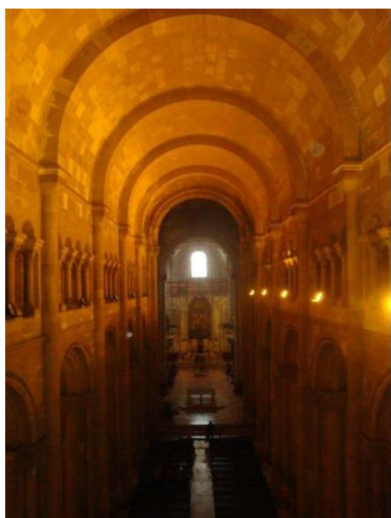
FIGURA 7 – CAPELA DE SÃO BARTOLOMEU



FONTE: O autor (2013)

Passando pelo portal principal, o acesso à igreja se faz por portas na lateral de uma proteção de madeira. A partir daí pode-se vislumbrar a nave central e parte das naves laterais do edifício. A Sé de Lisboa tem seis tramos e, além da nave principal, duas naves laterais. A nave central (Figura 8) tem cobertura em cantaria, em formato de abóbada de berço reforçada por arcos de cinta. O transepto também utiliza essa solução para cobertura. As naves laterais (Figura 9) são cobertas por abóbadas de aresta, feitas em alvenaria. Há galerias (trifórios) sobre as naves laterais, voltadas para a central, com quatro aberturas em volta perfeita em cada tramo da igreja. A sustentação das naves conta com pilares polistilos, os quais – devido à espessura e à proximidade – impedem a visualização do espaço total das naves. Por sobre o nártex anteriormente mencionado, encontramos um coro alto, iluminado pela rosácea da fachada ocidental. Essa parte da construção, considerada a parte românica que sobrou do edifício, chama a atenção pela pouca iluminação e ausência de decoração, características que tornam o espaço bastante austero.

FIGURA 8 – NAVE CENTRAL



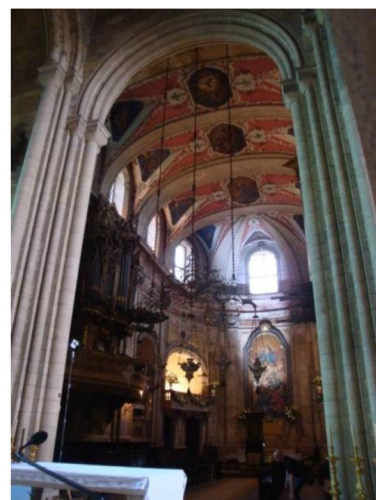
FONTE: O autor (2013)

FIGURA 9 – NAVE LATERAL SUL



FONTE: O autor (2013)

FIGURA 10 – CAPELA-MOR



FONTE: O autor (2013)

No lado oposto à entrada está a capela-mor (Figura 10), reconstruída após o terremoto de 1755, apresenta um estilo bastante diferente do restante da igreja, o barroco. É mais iluminada e de caráter classicizante. Na nave sul, encontramos a entrada para a sacristia, do século XVII, que não é aberta à visitação. Adossado à nave norte encontra-se o camarim do patriarca, construído entre fins do Século XII e inícios do XIII. De início apenas com pavimento térreo e sem acesso à igreja, hoje

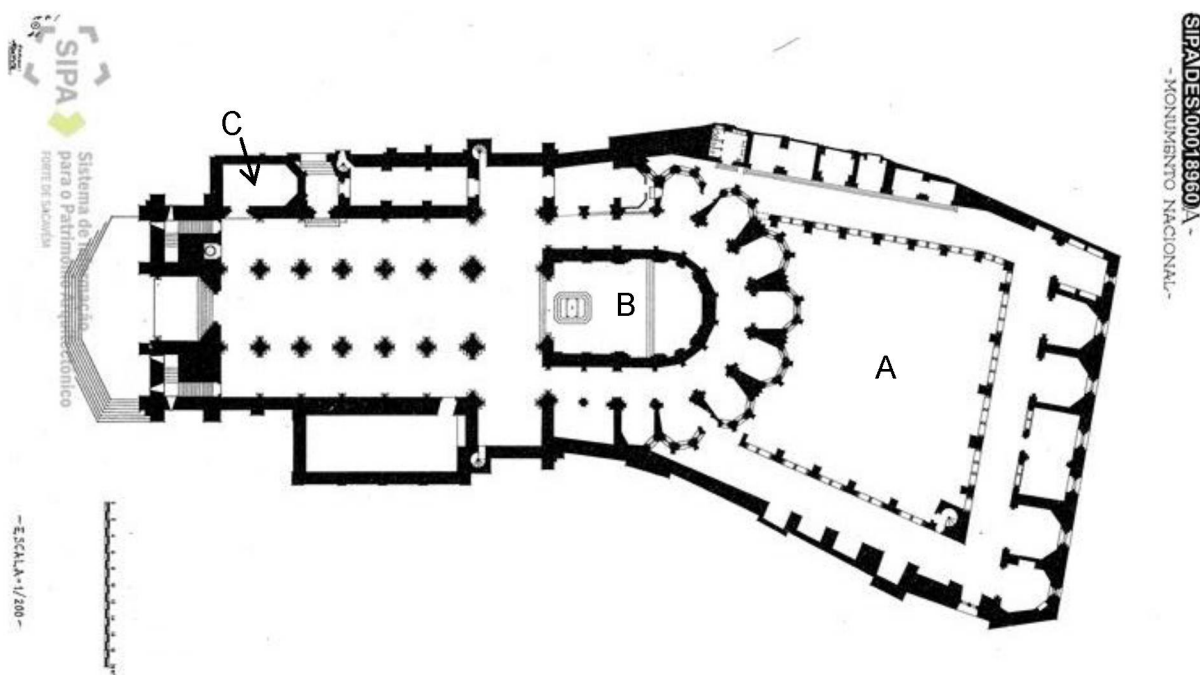
conta com dois pavimentos e porta para o transepto. Na extremidade poente da nave norte encontramos a pia batismal, em recinto fechado com gradeamentos e decorado com azulejos alusivos à vida de Santo Antônio.

Ao descrever a parte interna da Sé de Lisboa não mencionamos os anexos góticos, ponto central da reflexão deste trabalho. São eles o claustro, iniciado por D. Dinis, a Capela de São Bartolomeu, de iniciativa do comerciante Bartolomeu Joanes, e a cabeceira, da qual nos alcançaram o deambulatório e as capelas radiais, obra impulsionada por D. Afonso IV. Na sequência nos deteremos mais minuciosamente na descrição física destes espaços, apresentando-os na possível ordem cronológica de seu aparecimento.

O mais antigo deles provavelmente seja o claustro (Figura 11 – A). Uma primeira característica desta parte do templo que chama a atenção é a sua posição em relação à igreja. Em geral, os claustros românicos e góticos são adossados a uma das fachadas laterais do edifício, algo impossibilitado no caso lisboeta pela topografia do local em que a construção se encontrava, bem como pelo arruamento que a cerca. A solução encontrada foi edificar o claustro no terreno posterior à Catedral. Além da posição, é notória a irregularidade do traçado claustral, que forma um trapézio, solução que possibilitou aproveitar da melhor forma o espaço disponível para a construção.

Atualmente o acesso a esta parte do templo se dá por portas em duas capelas do deambulatório, a de Santa Cruz e a do Espírito Santo. Caso se entre no Claustro pela primeira, ingressasse na galeria sul (Figura 12). Esta conta com cinco tramos, mas não tem mais cobertura e não apresenta capelas. Há alguns arcossólios com túmulos na parede voltada para o exterior. Subsiste também parte da divisão que existia entre a galeria e a área central do claustro, hoje em processo de escavações arqueológicas. Neste muro podemos ver duplos arcos quebrados assentes em colunas com capitéis vegetalistas em cada um dos anteriores tramos claustrais. No extremo leste deste lanço está a janela em volta quebrada citada quando da descrição exterior do templo.

FIGURA 11 – PLANTA DA SÉ DE LISBOA

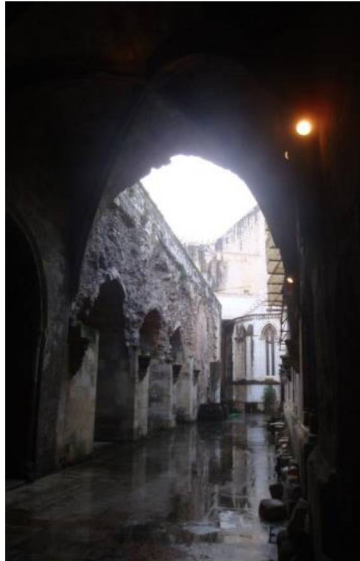


FONTE: Adaptada de Catedral de Lisboa / Sé de Lisboa / Igreja Paroquial da Sé Patriarcal / Igreja de Santa Maria Maior (SIPA). Disponível em: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2196>. Acesso em: 09/09/2018.

LEGENDA: A) Claustro. B) Capela Principal envolta pelo Deambulatório. C) Capela de São Bartolomeu.

O lanço leste (Figura 13), ou nascente, está melhor preservado do que o referido acima. Tem seis tramos, com aberturas em triplos arcos para a parte central do claustro, com exceção dos tramos posicionados nas suas extremidades, os quais têm abertura de apenas um arco. Neste trecho há capelas em diferentes estados de conservação. A cobertura da galeria de circulação é feita por uma abóbada de cruzaria de ogivas, a qual, por conta da irregularidade da planta do claustro, tem uma forma mais retangular ou mais trapezoidal dependendo do tramo. É possível perceber também outras irregularidades, provavelmente causadas pelos sismos que ocorreram em Lisboa depois da edificação desta parte do templo, como veremos a frente.

FIGURA 12 – CLAUSTRO, GALERIA SUL



FONTE: O autor (2013)

FIGURA 13 – CLAUSTRO, GALERIA LESTE



FONTE: O autor (2013)

FIGURA 14 – CLAUSTRO, GALERIA NORTE



FONTE: O autor (2013)

O lanço norte (Figura 14) conta oito tramos e tem capelas com estilo barroco. As aberturas para o centro do claustro, como no lanço sul, fazem-se por duplos arcos quebrados, aqui encimados por óculos de molduras grossas e com desenhos geométricos. A cobertura também é feita por abóbadas de cruzaria de ogivas. Sobre esse lanço, assim como sobre o nascente, há um segundo pavimento, adicionado durante o século XVII, cujo acesso se dá por uma escada em caracol, localizada no extremo oriental deste lanço. Os tramos mais próximos do corpo da

igreja estão cortados pela cabeceira, a qual foi construída depois do claustro causando sua alteração.

Outro anexo erguido no período aqui em análise foi a capela de São Bartolomeu. Ela se encontra adossada à lateral norte da Sé (Figura 11 – C) e se estende por dois tramos. Tem apenas um pavimento e é coberta por abóbadas de cantaria, no tramo mais ocidental em cruzaria de ogivas e no outro de forma nervurada (Figura 15). A iluminação se faz por duas janelas de volta quebrada posicionadas na parede lateral, três na parede oriental e uma na rosácea na ocidental. Encontra-se na capela o túmulo original de seu fundador, Bartolomeu Joanes, um rico comerciante lisboeta (Figura 16). O espaço é decorado por um retábulo constituído de um painel central com o martírio de São Bartolomeu como tema e painéis alusivos a vida de Cristo²⁴, um presépio de Machado de Castro²⁵ e uma tapeçaria colocada na parede ocidental do anexo²⁶. Apesar da riqueza das peças de culto e decoração, não nos focaremos nelas no presente estudo.

FIGURA 15 – CAPELA DE SÃO BARTOLOMEU. COBERTURA E JANELAS



FONTE: O autor (2018)

²⁴ O retábulo foi encomendado em 1537 pelo administrador da Capela. Pedro Fernandes Serpa, a Garcia Fernandes e Cristóvão de Figueiredo. Cfe. FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. *O espólio artístico das Capelas da Sé de Lisboa...* Op. cit. p. 129.

²⁵ O presépio foi transferido para a capela em 1913. Cfe. FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. *O espólio artístico das Capelas da Sé de Lisboa...* Op. cit. p. 75. Não conhecemos a datação deste exemplar específico, mas a atuação do referido artista se estende entre a segunda metade do século XVII e o início do seguinte.

²⁶ Não encontramos referência à tapeçaria, que provavelmente foi transferida para a capela na contemporaneidade, assim como o presépio.

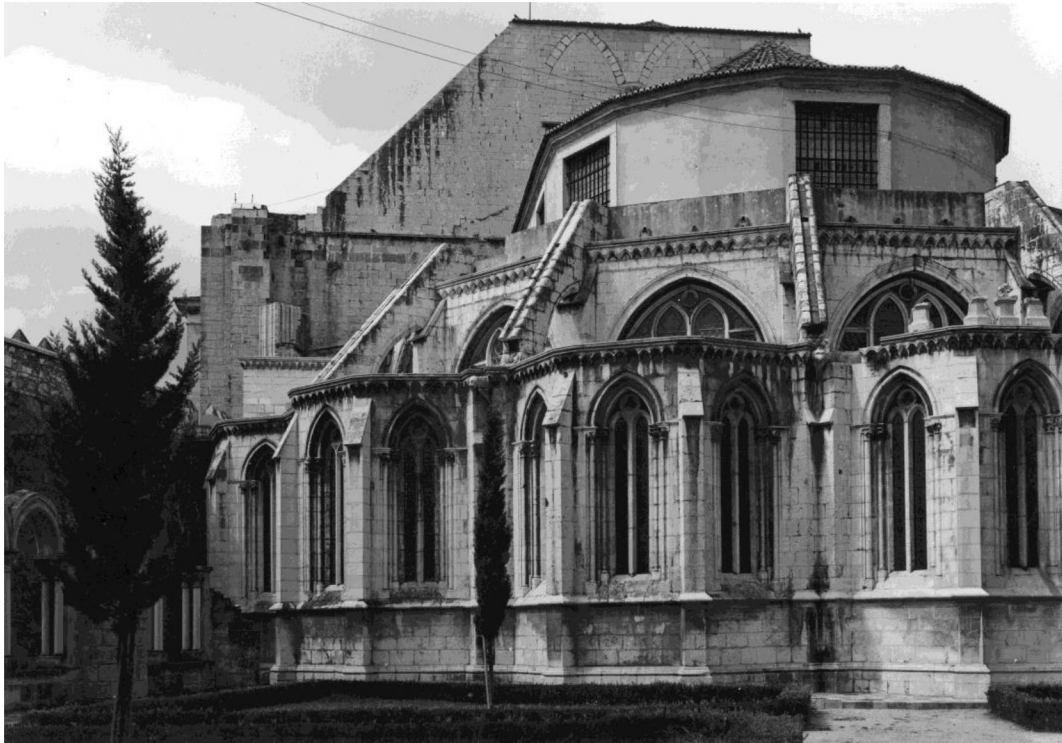
FIGURA 16 – CAPELA DE SÃO BARTOLOMEU. TÚMULO DE BARTOLOMEU JOANES



FONTE: O autor (2018)

D. Afonso IV impulsionou a substituição da antiga cabeceira românica da Sé, composta por uma capela principal e duas laterais, por uma nova, em estilo Gótico (Figuras 11 – B, 17 e 18). A parte desta intervenção que nos alcançou foi o deambulatório e as capelas radiais (Figura 18), uma vez que a capela principal foi reconstruída no século XVIII (Figura 10). O deambulatório funciona como continuação das naves laterais e envolve a capela-mor. A galeria de circulação tem treze tramos, cuja cobertura é feita por abóbada ogival nervurada. Aqui a iluminação é mais abundante do que no corpo da igreja por conta de janelas em volta quebrada posicionadas acima das entradas das capelas. São 9 as capelas que se abrem, também em arcos de volta quebrada, a partir do deambulatório. Os arcobotantes ainda existentes ao redor da cabeceira provavelmente sustentavam a capela principal gótica, perdendo a função estrutural com a transformação desta em uma capela barroca.

FIGURA 17 – CABECEIRA VISTA A PARTIR DO ANTIGO PÁTIO



FONTE: Mário Novais, Orientado por Mário Tavares Chicó (1954).

FIGURA 18 – PARTE DO DEAMBULATÓRIO



FONTE: O autor (2013)

1.2 Qual construção é acessível hoje?

Acabamos de conhecer a Sé de Lisboa como ela existia no ano de 2018, com especial ênfase às partes da construção que são o centro da reflexão do presente trabalho.²⁷ Antes de prosseguir, porém, é importante entender como esse edifício nos alcançou, pelo que ele passou entre sua primitiva edificação e a contemporaneidade.

1.2.1 Formas de acessá-la e modificações pelas quais passou

Para que continuasse em pé por mais de 800 anos a Sé de Lisboa precisou de cuidados e reparos. Por vezes foi alvo de transformações profundas, as quais refletiam as intenções dos seus promotores em relação ao edificado. Não podemos acessar todas as reformas e remodelações efetuadas no templo. Por outro lado, é importante entendê-las como parte de um longo processo histórico, o qual pode ser evidenciado ao nos aproximarmos de algumas campanhas construtivas que alteraram substancialmente a Sé. Entendemos que esse exercício justifica-se na medida em que permite posicionar o objeto principal de nosso estudo, os anexos góticos da igreja, na longa duração da construção e perceber sua relação deste edifício com diferentes contextos que o marcaram.

A primeira grande campanha a ser destacada é propriamente a primitiva edificação da Catedral, levada a cabo na sequência da conquista da cidade. Após meses de cerco, em 25 de outubro de 1147, os combatentes cristãos conseguiram entrar em Lisboa, com a rendição dos muçulmanos que a dominavam até então. No dia 01 de novembro ocorreu uma celebração, em que a Diocese da cidade foi restaurada e seu novo bispo consagrado. Durante essa celebração, a Mesquita principal da cidade foi purificada e tornou-se a sede do bispado.²⁸ Pouco tempo depois o rei de Portugal, Afonso Henriques, mandou edificar uma nova Catedral, ao que tudo indica, sobre a Mesquita.²⁹ Esse breve resumo dos acontecimentos ajuda a

²⁷ A Sé de Lisboa – como mencionado anteriormente – encontra-se em obras, de modo que quem a visite hoje já encontrará diferenças com relação ao que foi descrito, ou o que existia quando da última visita do autor à Catedral.

²⁸ *A Conquista de Lisboa aos Mouros* – Relato de um Cruzado. NASCIMENTO, Aires A, (ed., trad. e notas). Lisboa: Vega, 2001. 140-143.

²⁹ FERNANDES, Paulo de Almeida. O sítio da sé de Lisboa antes da Reconquista. *ARTIS – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, n. 1, p. 57-87, 2002.

entender o contexto em que a Sé de Lisboa foi edificada, num momento em que a posse da cidade precisava ser consolidada e os signos de quem a dominava substituídos. Nesse período em que a principal diferenciação entre os dois lados em conflito era religiosa, cristãos de um lado e muçulmanos de outro, os templos eram importantes marcas distintivas do grupo que estava à frente de determinada região. O Tejo a partir das conquistas de Lisboa e Santarém passou a marcar o limite entre os territórios cristãos, ao norte, e muçulmanos, ao sul, de modo que para alguém que chegasse a essa região, vindo por mar ou por terra a partir da Andaluzia, veria que os minaretes da Mesquita não mais existiam, dando lugar às torres da Catedral que foram erguidas no final do século XII.³⁰

Se no século XII a Sé de Lisboa tinha uma importante função demarcatória, no último quarto do século seguinte a situação já era bem diferente. O reino de Portugal já havia se estendido até o extremo sul da Península Ibérica, com um território muito parecido ao atual e sua autonomia não era tão questionada. Lisboa, com isso, deixou de ser uma cidade fronteira e passou a estar no centro do reino, onde o rei passava cada vez mais tempo. A economia sofria alterações, com o incremento do comércio, sobretudo em regiões portuárias, como é o caso de Lisboa. Isso levou a um aumento da importância dos comerciantes na sociedade lisboeta. A catedral da cidade que, até então recebera reparos e manutenções, sofreu importantes reformulações e ampliações. Durante o reinado de D. Dinis (1261 – 1325, Rei desde 1279) foram adicionados ao corpo românico da igreja o claustro, por patrocínio régio, e a capela de São Bartolomeu, por iniciativa do comerciante Bartolomeu Joanes. Já durante o período em que D. Afonso IV (1291 – 1357, Rei desde 1325) esteve à frente do reino foi mandada refazer a cabeceira da igreja, substituindo a anterior, românica com uma capela principal e duas laterais, por uma ampla capela principal envolta por deambulatório com nove capelas radiais.³¹

³⁰ FUNK, Willian. *Uma Igreja, Uma Cidade, Um reino: a Sé de Lisboa entre a conquista da cidade e o fim do segundo reinado (1147-1211)*. 82 f. Monografia (História – Licenciatura e Bacharelado) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/25787124/Uma_Igreja_Uma_Cidade_Um_Reino_A_S%C3%A9_de_Lisboa_entre_a_conquista_da_cidade_e_o_fim_do_segundo_reinado_1147-1211_>. Principalmente “3.2 Local da Construção” 38-44.

³¹ As informações sobre as obras (datação, patrocínio, etc.) foram retiradas, principalmente de: FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. *Catedral de Lisboa / Sé de Lisboa / Igreja Paroquial da Sé Patriarcal / Igreja de Santa Maria Maior*. Sistema de informação para o Património Arquitectónico, 2008. Disponível em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP/Pages/User/SIPA.aspx?id=2196>. Acesso em: 31 de julho de 2018.

Por muito tempo continuou se considerando que a adição de elementos decorativos e anexos à Catedral seria a melhor forma de valorizá-la. Durante o Século XVII, no período da união das coroas ibéricas, foram picados capitéis e colunas para fixação de estuques, foi adicionada ao templo a sacristia, em estilo maneirista, além da atualização de capelas do claustro.³²

Nos séculos anteriores Lisboa já havia sido atingida por diversos sismos, mas o abalo de 1755 foi o de maior magnitude, sendo seguido por um *tsunami* e por diversos incêndios que consumiram boa parte da cidade. A Sé não escapou aos estragos, ficando parcialmente destruída, como alude a imagem abaixo, de Jacques Philippe Le Bas, executada em 1757. Relatos afirmam que a parte sul da igreja foi mesmo a mais deteriorada e que a cobertura da igreja e a capela principal também sofreram grandes prejuízos. Depois disso, a abóbada de pedras foi substituída por cobertura em madeira e a capela principal (Figura 10) foi refeita, em estilo barroco.

FIGURA 19 – RUÍNAS DA SÉ DE LISBOA, APÓS O TERRAMOTO DE 1755



FONTE: LE BAS, Jacques-Philippe. (1757) Disponível em:
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ruinas_da_S%C3%A9_de_Lisboa_ap%C3%B3s_o_Terramoto_de_1755_-_Jacques_Philippe_Le_Bas,_1757.png

³² FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. *O espólio artístico das Capelas da Sé de Lisboa*, abordagem cripto-histórica. 216f. Dissertação (Mestrado em Arte, Patrimônio e Restauro) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000. p. 54-55.

Nos finais do século XVIII e durante o XIX, porém, o ideal de valorização do patrimônio foi alterado, passando a se considerar mais interessante manter a construção em sua forma original do que adicionar-lhe elementos que a atualizassem em relação ao gosto estético.³³ Com relação ao Gótico, ocorre nesse período um fenômeno chamado de *revival*, a partir do qual mesmo para edifícios novos o estilo medieval passa a ser considerado uma possibilidade, por evocar – na leitura dos oitocentistas – sentimentos nobres e, em alguns casos, as origens das nações europeias. Esse movimento pode ser lido como uma resposta ao classicismo, o qual via como melhor inspiração as formas das construções antigas gregas e romanas.³⁴ No que diz respeito à conservação dos monumentos medievais existentes, duas correntes opostas teriam se formado entre os defensores do Gótico. Uma difundida no continente europeu e outra instalada nas ilhas britânicas. A primeira teria como principal nome o francês Eugène Viollet-le-Duc, que além de acadêmico esteve à frente das obras de restauro de diversos monumentos franceses, com destaque para a Notre Dame de Paris. A segunda tem como um dos representantes John Ruskin, britânico que deixou diversos escritos sobre arte e arquitetura. A corrente francesa seria intervencionista, defendendo que se devolvesse o edifício a sua integridade original. Já na visão dos ingleses isso seria tão prejudicial quanto demolir o monumento, uma vez que lhe retiraria as marcas da passagem do tempo. A historiadora brasileira Cristina Meneguello questiona o posicionamento diametralmente oposto das duas visões, que apesar das divergências teriam diversos pontos de convergência. Ruskin não seria alheio, por exemplo, à necessidade de se restaurar alguns edifícios e reconheceria a importância dos monumentos góticos na definição das identidades nacionais, característica geralmente atribuída à corrente francesa segundo a pesquisadora.³⁵

A historiadora sustenta ainda que as atitudes arquitetônicas não estavam isoladas de outros aspectos da vida. No caso inglês, destaca a relação entre

³³ NETO, Maria João Baptista. Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade dos tempos. In: BARROCA, Mário Jorge (coord.). *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. Volume 2. p. 131-141.

³⁴ MENEGUELLO, Cristina. *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana*. 2000. 430 p. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280273>>. Acesso em: 27 jun. 2019. Especialmente Capítulo II – O neogótico. p. 133-254.

³⁵ Idem. *Ruskin versus Viollet-le-Duc? O restauro na Inglaterra*. p. 303-321.

religião, arte, literatura e a nascente ciência histórica.³⁶ Na situação específica da Sé de Lisboa, temos um exemplo bastante interessante em Júlio de Castilho, escritor e jornalista que elaborou uma descrição do monumento, a qual foi publicada em dois volumes da coleção intitulada *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*.³⁷ Num panorama mais amplo em Portugal, podemos citar o trabalho de Alexandre Herculano, que tem escritos literários e históricos, cuja visão romântica teria contribuído para a consolidação da forma de se considerar os monumentos nacionais e a necessidade de sua manutenção.³⁸ Voltando ao texto de Castilho, o autor faz a descrição arquitetônica da Sé de Lisboa, mas também tece considerações sobre a importância do monumento, o qual mereceria ser conservado devido à ligação que estabelece entre as gerações presentes e as passadas, sendo um dos signos da nacionalidade portuguesa.³⁹ Além de ter escrito as referidas obras, Castilho também integrou comissão responsável por formular propostas e estudar a viabilidade de se realizarem obras na Sé de Lisboa. Júlio de Castilho refere como exemplo a ser seguido na catedral lisboeta o trabalho efetuado por Viollet-le-Duc na Notre Dame de Paris, restituindo os traços originais ao edifício.⁴⁰

Apesar de não terem se concretizado, as intenções e escritos de Castilho se coadunavam com o pensamento de outros interessados no restauro da Sé de Lisboa. O engenheiro responsável pelos restauros levados a cabo na catedral no início do século XX, o português descendente de italianos, Augusto Fuschini. Para ele a Sé de Lisboa não traria grande contribuição ao quadro geral do românico, podendo por outro lado ser significativo para Portugal caso tivesse sido conservada em sua originalidade⁴¹, tendo um papel evocativo de momentos considerados importantes pelos representantes do nacionalismo.

Tanto o texto de Fuschini como o de Castilho são do período final da monarquia, que teria fim naquele país em 1910. Conforme Maria João Batista Neto

³⁶ Idem. O medievalismo inglês no século XIX: religião, arte, literatura e ciência histórica. p. 161-178.

³⁷ CASTILHO, Júlio de. *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*. 2ª Edição revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva. Volume V e VI. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936. A 1ª Edição da obra é do ano de 1885.

³⁸ NETO, Maria João Baptista. Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade dos tempos. Op. cit. p. 131 e 133.

³⁹ O antropólogo Néstor Canclini expõe a importância do patrimônio cultural para a identidade no artigo: CANCLINI, Nestor. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n° 23, 95-116, 1994.

⁴⁰ NETO, Maria João Baptista. Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade dos tempos. Op. cit. p. 132-134.

⁴¹ FUSCHINI, Augusto, "A Sé Patriarchal de Lisboa e sua restauração", In: *A Architectura Religiosa na Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904. p. 141-166.

esse regime encontrava dificuldades para realizar a manutenção dos monumentos nacionais que poderiam servir como sua legitimação e lembrança de tempos melhores, tanto que Fuschini não consegue concluir as intervenções que havia projetado para a Sé. Com a instalação da república, ainda que houvesse tentativa de regulamentar a conservação do patrimônio que havia passado para os cuidados do Estado, nenhuma ação prática foi tomada. Após a ascensão da ditadura salazarista o cuidado com os patrimônios foi centralizado e ganharam importância os engenheiros militares nesse processo. Os restauros da Sé de Lisboa ficaram então a cargo de Couto Abreu, que com uma leitura diferente dos monumentos nacionais e do ideal de Viollet-le-Duc desfez algumas das obras levadas a cabo por seu predecessor, mas manteve o ideal evocado por Castilho e perseguido por Fuschini de devolver a Sé de Lisboa aos seus traços primitivos.⁴²

A construção que chegou aos nossos dias é marcada, entre outras situações, pelo que foi sumariamente descrito acima, sobretudo, pelos restauros levados a cabo na primeira metade do século XX. Esta campanha uniformizou a Sé de Lisboa, alterou substancialmente a fachada e a cobertura, retirou elementos decorativos como azulejos e estuques. Também inventou, como por exemplo a janela do lanço sul do claustro e as ameias no alto das torres. Não cabe aqui, porém, julgar se estas alterações foram corretas ou equivocadas, mas tentar entender o que levou a que fossem feitas.

1.2.2 Por que razões ocorreram essas modificações?

Entender a trajetória do objeto de estudo, da fonte, do conceito em análise é um dos exercícios realizados em trabalhos historiográficos. Através dele tentamos compreender como aquilo que observamos atravessou diferentes temporalidades, ou foi por elas atravessado. Não deixa de ser mesmo um exercício de compreensão do desenvolvimento do próprio tempo. Georges Duby, em *O tempo das catedrais*, adverte “que os horizontes da civilização europeia se modificaram profundamente entre 1130 e 1280. Não sob o efeito de uma lenta germinação, nem de uma eclosão pacífica, mas por abalos e bruscos arrancos.”⁴³ Ao expor como entende a mudança

⁴² NETO, Maria João Baptista. Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade dos tempos. Op. cit.

⁴³ DUBY, Georges. *O tempo das catedrais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978. p. 102.

dos horizontes europeus entre os séculos XII e XIII, o historiador francês evidencia que a forma como isso se deu, em sua leitura, foi uma entre outras possíveis: lenta germinação, eclosão pacífica. Às alterações da Sé de Lisboa não podemos transpor exatamente esses termos. Mas é sim possível propor leituras para as modificações pelas quais passou o edifício, decompondo algumas das camadas temporais que o envolvem e caminhando na direção do objetivo deste capítulo: entender a Sé de Lisboa enquanto objeto histórico e compreender as mudanças feitas nele entre meados dos séculos XIII e XIV, tendo em mente que esse processo foi também um entre diversas possibilidades.

Para auxiliar a compreensão das referidas reformas e, principalmente, do que as cercou, utilizamos algumas reflexões e categorias elaboradas pelo historiador estadunidense David Lowenthal. Em relação à construção da catedral sobre a antiga mesquita, podemos partir da reflexão de Lowenthal, o qual afirma que “Para rebaixar a herança de um rival, suas antiguidades podem ser escondidas ou destruídas”.⁴⁴ No caso do que ocorreu em Portugal no século XII pode se questionar se a intenção dos vencedores era apagar a presença islâmica na cidade, ou sobrepor a sua àquela anterior, sendo importante considerar que após 1147 uma parte dos muçulmanos que habitava Lisboa continuou morando na cidade, na zona previamente ocupada pelos cristãos e que até hoje é conhecida como Mouraria. A substituição dos templos, entretanto, ocorreu. O apagamento da memória da dominação muçulmana e a ausência de signos islâmicos na cidade hoje, sendo ou não intencional, leva muitas pessoas a se surpreenderem quando descobrem que durante muito tempo ela fez parte do território muçulmano.

No caso da consolidação do domínio português em Lisboa, há ainda outro fator religioso a ser levado em conta quando se analisa a construção do templo em questão. Até a conquista de 1147 os cristãos da cidade praticavam o rito moçárabe, próprio da Península Ibérica, com heranças visigodas e forte influência muçulmana.⁴⁵ Essa forma de cristianismo, porém, vinha sendo combatida no norte peninsular, onde se tentava implantar o culto romano. Assim, a catedral em um estilo arquitetônico oriundo da Borgonha, região de origem da dinastia inaugurada por Afonso Henriques e onde tinha sede o mosteiro de Cluny, um dos promotores da

⁴⁴ LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: CUP, 1985. p. 335. Tradução livre. Original: To denigrate a rival heritage antiquities may be hidden or demolished.

⁴⁵ TORRES, Cláudio. O Garb-al-Andaluz. In.: MATTOSO, José. *História de Portugal*, Vol. I. Editorial Estampa, 1996. p. 366-368.

supressão de cultos regionais,⁴⁶ poderia representar para os moçárabes o fim da sua forma particular de vivenciar a religiosidade. Assim, por mais que não seja possível determinar a intenção de deteriorar a herança dos grupos concorrentes, o objetivo de destacar o cristianismo romano frente ao moçárabe e ao islã levou a este efeito, cuja construção da Catedral é um dos elementos de relevo.

Se a diferenciação em relação aos islâmicos e moçárabes era importante para demarcar o espaço recém-conquistado, também importava ligá-lo a outros territórios. A semelhança do templo com outros existentes no norte de Portugal e em outras partes da Cristandade Latina pode marcar a relação existente entre Lisboa e esses espaços. O mestre responsável pela obra, por exemplo, era de origem normanda.⁴⁷ Assim a edificação da Sé de Lisboa pode ser incluída num projeto maior, o qual buscava inserir Portugal entre os reinos cristãos reconhecidos pelos demais e pelo papado, uma vez que ainda buscava sua legitimação enquanto unidade autônoma de Leão, reino do qual fora condado.

Os anexos góticos, centro da reflexão do presente estudo, terão uma atenção mais detida na sequência do texto. No momento passaremos para a observação das obras feitas ao longo do período moderno. Tanto as remodelações e redecorações realizadas ao redor do período Filipino, como as alterações dos séculos XVII e XVIII – anteriores e posteriores ao terremoto de 1755 – podem ser classificadas como o que David Lowenthal chama de readaptação.⁴⁸ O autor inclui nessa categoria as alterações de uso de um objeto, bem como as mudanças realizadas nele. No caso da Sé de Lisboa, não é possível afirmar que seu uso principal tenha sido alterado, uma vez que continuou sendo usada como local de culto e para outras finalidades religiosas. Importa destacar, no entanto, que as sensibilidades, as expectativas dos frequentadores da igreja mudaram. As pessoas que iam à Sé em 1700 não viam o mundo da mesma forma que aquelas que o faziam em 1400. A atualização da construção fazia-se então necessária para que ela mantivesse o sentido, ainda que nominalmente continuasse a servir ao mesmo propósito.

⁴⁶ MATTOSO, José. Dois Séculos de Vicissitudes Políticas – A política eclesiástica de Henrique. *História de Portugal*, Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

⁴⁷ MACEDO, Francisco Pato de. A Cultura, o Ensino e a Arte – 4. Manifestações Artísticas. In: *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), Volume III – Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325), Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (coord.). Lisboa: Editorial Presença, 1996. p. 712-715.

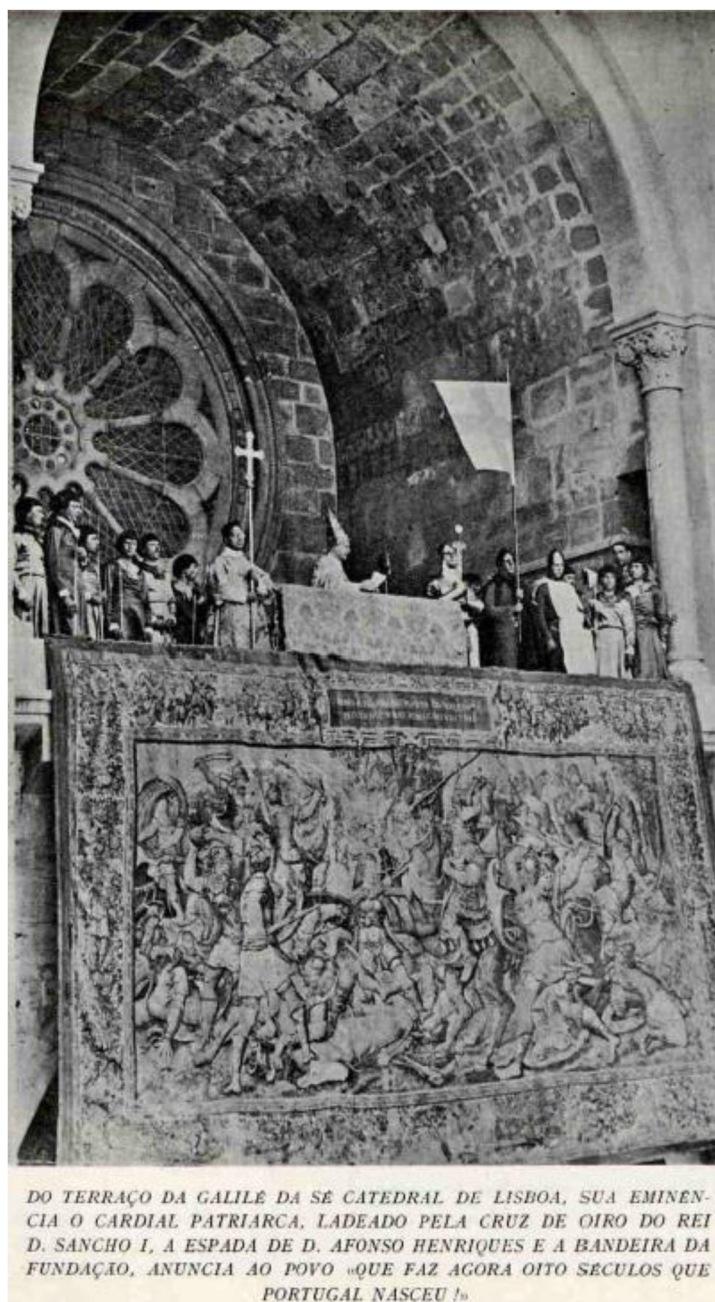
⁴⁸ LOWENTHAL, David. Op. cit. p. 288-289.

Em relação à mudança de visão sobre a manutenção dos monumentos ocorrida entre final dos oitocentos e início dos novecentos, boa parte das obras que se efetivaram foi feita por conta do ambiente proporcionado pelo regime de Antonio de Oliveira Salazar, que esteve à frente do governo português entre 1932 e 1968, num período conhecido como Estado Novo. Algumas das características desse período foram o imperialismo em relação às colônias da África e da Ásia e o nacionalismo. Era intenção do regime tornar Lisboa a capital de um império, dotando-a de monumentos faraônicos, como o Padrão dos Descobrimentos em Belém, e revalorizando os antigos, tal qual a Catedral da cidade. As obras capitaneadas por Couto Abreu na Sé lisboeta resultaram no edifício que conhecemos hoje, o qual foi utilizado na abertura dos festejos dos Centenários, em que Portugal comemorava a Fundação e a Restauração. A primeira marcada pelo início da utilização do título de Rei dos Portugueses por Afonso Henriques, por volta de 1140, e a segunda por ocasião da separação de Portugal em relação à Espanha após a União Ibérica, ocorrida em 1640.

Nestor Canclini, antropólogo argentino radicado no México, comenta que o patrimônio cultural pode ser utilizado na construção imaginária de uma nação e que ainda que existam suportes permanentes, cada período tende a realizar suas próprias construções. O autor argentino indica que é desejável que essa construção ocorra de forma aberta e democrática, com participação do maior número de envolvidos. Apresenta, por outro lado, diversas forças que se batem em torno do patrimônio, como a iniciativa privada, o Estado e os movimentos sociais.⁴⁹ Num Estado autoritário, entretanto, a participação se torna mais difícil e os ocupantes do poder público acabam tendo um papel quase exclusivo na definição de como o patrimônio será utilizado. No caso português optou-se pelo uso nacionalista, buscando estabelecer uma conexão entre momentos passados, referidos como grandiosos e o presente, em que o país encontraria novamente os dias de glória, segundo o discurso da ditadura de Salazar.

⁴⁹ CANCLINI, Nestor. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23, 95-116, 1994.

FIGURA 20 – COMEMORAÇÃO DOS CENTENÁRIOS NA SÉ DE LISBOA



FONTE: *Revista dos Centenários*, Lisboa, ano II, nº 18, 30 de junho de 1940, p. 4.⁵⁰

⁵⁰ Conforme *Ficha Histórica* disponibilizada no site da Hemeroteca Municipal de Lisboa, a *Revista dos Centenários* foi "Revista publicada entre 31.1.1939 e 31.12.1940, tendo publicado ao todo vinte e quatro números. Foi, nos termos do seu estatuto editorial, o órgão da Comissão Executiva da Comissão Nacional dos Centenários, presidida por António Ferro, e integrava a Secção de Propaganda desta última. Foi seu objectivo dar divulgação e cobertura jornalística à Exposição do Mundo Português que decorreu em Lisboa de 23.6.1940 a 2.12.1940 e teve múltiplas manifestações um pouco por todo o país, comemorando dois centenários nacionais: o oitavo centenário da independência (1140) e o terceiro centenário da restauração (1640)." De acordo com informações contidas nas revistas, cada número avulso era vendido por 2\$50 escudos e a assinatura dos dois anos de existência prevista do periódico variava de 50\$00 em Portugal a 70\$00 no estrangeiro. Todos os números da revista, bem como a *Ficha Histórica*, encontram-se disponíveis em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/Revista dosCentenarios.htm>>. Acesso em 03/07/2019.

Na imagem acima (Figura 20), durante as comemorações dos centenários, o Cardeal Patriarca de Lisboa realiza uma cerimônia na Catedral restaurada por Couto Abreu, ladeado por insígnias dos dois primeiros reis portugueses, como pode ser lido na legenda. A igreja encontra-se ainda decorada com uma tapeçaria, sobre a qual não encontramos maiores informações, mas que provavelmente é alusiva à conquista da cidade aos muçulmanos, evento incluído entre os momentos considerados gloriosos na história portuguesa pelo discurso oficial. A celebração se faz na Sé de Lisboa, cuja primeira edificação fora impulsionada por Afonso Henriques num dos momentos recuperados na contemporaneidade como fundadores da nacionalidade, que foi a conquista da cidade. A interpretação que fazemos é que através do religioso quase se deu um aval divino para uma espécie de refundação de Portugal no período chamado de Estado Novo.

Com relação às obras realizadas na Sé entre fins do século XIX e meados do XX e o uso feito pelo chamado Estado Novo, podemos enquadrá-las, conforme as categorias de análise de Lowenthal, enquanto reconstituição⁵¹. Uma vez que se refez o edifício e, conforme uma das formas apresentadas pelo historiador para esse procedimento, buscou-se apagar as diferenciações entre o que existia previamente e o que foi refeito. Como referido previamente, tanto Fuschini como Couto Abreu, responsáveis pelas obras deste período, consideravam a multiplicidade de estilos artísticos algo que reduzia a importância do monumento, buscando a sua reintegração aos traços originais e a invenção de uma unidade.

É possível considerar ainda que houve uma movimentação,⁵² tendo em vista que, apesar de a igreja permanecer no mesmo lugar, houve um deslocamento do que a cercava⁵³. A cidade já não era a mesma, foi quase toda refeita após 1755; o regime havia mudado, a igreja construída e tantas vezes reformada durante uma monarquia via então uma república autoritária; por fim, a construção não era a mesma, depois de tantos séculos sendo mexida não poderia se esperar que fosse. Assim, sob diferentes perspectivas, em diferentes períodos, as pessoas buscaram alterar o passado para, como afirma Lowenthal tentar se tornar parte dele, bem como para torná-lo seu⁵⁴.

⁵¹ LOWENTHAL, David. Op. cit. p. 278-282.

⁵² Idem. p. 282-288.

⁵³ Idem. p. 283.

⁵⁴ Idem. p. 331.

1.2.3 Reflexões a respeito dos anexos góticos da Sé de Lisboa

Refletindo especificamente sobre as obras feitas entre meados dos séculos XIII e XIV na Sé de Lisboa, podemos atribuir-lhes uma série de razões. No que diz respeito ao claustro, Catarina Villamariz, historiadora da arte portuguesa, nos informa que o principal uso dado a esse espaço foi o tumular, privilegiando o sepultamento de nobres e clérigos.⁵⁵ A capela de São Bartolomeu, por outro lado, serviu de última morada para um rico comerciante lisboeta.⁵⁶ Nestes casos, notamos que os indivíduos que se fizeram sepultar na Sé de Lisboa, além de valorizar ou adequar a relíquia às suas necessidades, buscaram integrar sua memória pessoal ao edifício, perpetuando sua ligação ao templo escolhido para guardar os seus restos físicos e, principalmente, elementos que lhes identificassem. Chama a atenção o fato de a maior parte dos enterramentos serem de membros da nobreza, o que é quebrado, no caso do claustro por Estevão Domingues e Mor Martins, casal que mandara edificar uma capela em 1305. Villamariz supõe que devam se tratar de representantes do grupo de grandes comerciantes da cidade,⁵⁷ mesma parcela da sociedade a que pertenceria Bartolomeu Joanes, falecido em 1324 e promotor da construção da capela de São Bartolomeu, referida há pouco. Esses casos podem indicar que o grupo a que pertenciam estaria buscando no início do século XIV aumentar seu prestígio através de uma estratégia semelhante àquela utilizada pelos nobres, qual seja, vincular sua memória ao principal edifício religioso de Lisboa.

Já a cabeceira da igreja precisou ser refeita após danos decorrentes de diversos terremotos. D. Afonso IV teria então mandado reconstruir essa parte da igreja de forma diversa daquela preexistente, o que também teria afetado a configuração do claustro edificado no período de reinado de seu pai. A nova cabeceira tem, segundo Almeida e Barroca, historiadores da arte portugueses, um estilo bem desenvolvido o que demonstraria a atualização do mestre responsável pelas obras em relação às grandes construções religiosas realizadas em outros espaços, ainda que a cabeceira da Sé lisboeta tenha um caráter mais pesado, o que pode se dever à tentativa de prevenir estragos causados por novos tremores de

⁵⁵ VILLAMARIZ, Catarina. "A Sé de Lisboa e a Arquitectura Claustal". In Krus, Luís; Miranda, Maria Adelaide; ALARCÃO, Miguel. *A Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Edições Colibri, 2005, pp. 153-164.

⁵⁶ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge. *História da Arte em Portugal – O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002. p. 58.

⁵⁷ VILLAMARIZ, Catarina. Op. cit. p. 162-163.

terra.⁵⁸ Essa parte do templo seria o local de culto das relíquias de São Vicente, padroeiro da cidade, depositadas na igreja desde 1173.⁵⁹

A construção com elementos góticos bem desenvolvidos e com uma estrutura mais ampla que a anterior não teriam sido feitas apenas em decorrência da necessidade de reforma. Além do já referido culto a São Vicente, de acordo com Carla Varela Fernandes, historiadora da arte portuguesa, D. Afonso IV pretendia converter a Sé de Lisboa em espaço de memória de seus atos e de sua descendência. Segundo a pesquisadora, o monarca tinha a intenção de se fazer sepultar próximo das relíquias do seu santo de devoção e protetor da cidade que escolhera passar a maior parte do tempo. O projeto de transformar a cabeceira da Sé em panteão régio indicaria, conforme Fernandes, a atualização de Portugal em relação ao que se passava em outras partes da Cristandade Latina, onde as monarquias erguiam os espaços de tumulação de suas famílias “e de como a existência deste tipo de panteões contribuía para o enaltecimento e fortalecimento das respectivas casas reais.”⁶⁰ Essas obras não se descolavam de desenvolvimentos percebidos em áreas que hoje estudamos enquanto política ou religiosidade e sobre estas questões nos aprofundaremos no terceiro capítulo.

Além do enaltecimento de sua linhagem, o rei português tencionaria ainda fazer da Catedral o lugar de comemoração da vitória na Batalha do Salado, na qual o monarca luso participou ao lado do castelhano contra os muçulmanos que habitavam o extremo sul da Península Ibérica. Apesar de não ter representado expansão territorial, a batalha foi importante meio de valorização da monarquia portuguesa diante do papado e de outros reinos cristãos e ainda que não houvesse uma ameaça imediata de perda de terras portuguesas para os islâmicos, estes continuavam a ser os inimigos ideais dos reis ibéricos. Fernandes informa que boa parte dos signos da vitória do Salado, como condecorações, e partes valiosas do saque, foram depositados na Sé de Lisboa, como por exemplo uma trombeta do rei de Granada que teria sido colocada nos muros da capela-mór da igreja, sobre o túmulo de D. Afonso IV.⁶¹

⁵⁸ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge. Op. cit. p. 57.

⁵⁹ FERNANDES, Carla Varela. D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória. *Arqueologia & História*, Lisboa, n. 58/59, p. 143-166, 2006/2007. p. 146.

⁶⁰ Idem. p. 162.

⁶¹ Idem. p. 164.

Neste aspecto podemos traçar paralelo com mais de um dos pontos levantados por Lowenthal. Em relação aos anexos referidos anteriormente poderíamos categorizá-los enquanto readaptações, ou utilização para um fim diferente do planejado.⁶² Ainda que para Lowenthal essa operação geralmente signifique o afastamento em relação ao proposto, no caso da Sé o uso tumular não se afastaria tanto do ritual litúrgico. Jacques Le Goff, a propósito das discussões sobre a memória, afirma que:

A comemoração dos santos tinha em geral lugar no dia conhecido ou suposto do seu martírio ou da sua morte. A associação entre a morte e a memória adquire com efeito e rapidamente uma enorme difusão no cristianismo, que a desenvolveu na base do culto pagão dos antepassados e dos mortos.

Desenvolveu-se muito cedo na Igreja o costume das orações pelos mortos. Muito cedo também, como aliás também nas comunidades judaicas, as igrejas e as comunidades cristãs passaram a ter *libri memoriales* [...], nos quais estavam inscritas as pessoas, vivas e sobretudo mortas, sendo a maioria benfeitores da comunidade, de quem ela queria guardar memória e por quem rezava.⁶³

Assim, a memória dos mortos se imbricaria ao cristianismo através dos santos, estendendo-se a todos os cristãos. No caso de Afonso IV, somou-se a essa memória fúnebre outra, a de guerreiro cristão, a qual pretendia projetar para toda a sua linhagem. Apesar desta possível intenção de projetar uma imagem para os descendentes, é importante destacar que neste período a morte passa por um processo de individualização, do qual trataremos mais detidamente no terceiro capítulo, mas cabe aqui menção a um dos resultados deste processo, a identificação dos túmulos. A memória a que Le Goff se refere é a partir do século XI, e cada vez mais, uma memória individualizada, em que os túmulos tiveram um papel importante ao permitir a identificação rápida de quem encontrava-se ali sepultado, fazendo uso de decorações, heráldica e estátuas jacentes. Essa representação da pessoa falecida que pretendia marcar na pedra seus traços distintivos, também de aparência mas principalmente sinais como a espada para os nobres e o báculo para os bispos, teve o período de maior produção em Portugal justamente nos anos ao redor de nosso recorte, entre meados do século XIII e finais do XIV, sendo clérigos de

⁶² LOWENTHAL, David. Op. Cit. p. 288-289.

⁶³ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Bernardo Leitão (Trad.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 448

posições mais elevadas e a alta nobreza os principais usuários deste modelo de túmulo.⁶⁴

Ainda que essa diferenciação indique uma individualização da morte e da memória, como veremos mais à frente, essas obras não têm um caráter que se aproxime do que chamamos do privado. Apesar de tratar de um contexto diferente, Michael Baxandall faz uma ponderação que pode nos auxiliar a compreender este aspecto dos anexos góticos da Sé de Lisboa.

A distinção entre “público” e “privado” não se ajusta bem para caracterizar as funções da pintura do século XV. As encomendas individuais geralmente vinham a ter funções públicas, eram frequentemente destinadas a lugares públicos; um painel de altar ou um ciclo de afrescos na capela lateral de uma igreja não podem ser considerados como particulares em nenhum sentido habitual do termo. [...] O pintor geralmente era, embora isso não fosse regra geral, empregado e controlado por um indivíduo ou um pequeno grupo.”⁶⁵

Além de serem encomendas destinadas a um lugar público, os anexos que estamos analisando tem como uma das principais funções a tumular, o que gera a demanda por publicidade, uma vez que a salvação de cada alma dependeria das suas próprias ações, mas também das orações e ações que fossem feitas com o intuito de auxiliar nesse sentido pelas pessoas que estavam vivas depois que o sujeito desencarnasse. Retornaremos a essa discussão quando falarmos dos testamentos e do contexto que cercava estas adições à Sé.

Sobre a última frase da citação anterior, no caso em estudo não temos documentos que indiquem instruções dos financiadores para a realização das obras, apenas uma menção de Bartolomeu Joanes para que seus testamenteiros mandem fazer sua capela com a quantidade necessária de recursos,⁶⁶ sem impor um limite de orçamento ou indicações do que preferia que fosse feito. Esta disponibilidade talvez ajude a explicar a qualidade da obra destacada por Almeida e Barroca.⁶⁷

Tanto a capela de São Bartolomeu, como a cabeceira e o claustro da Sé de Lisboa foram edificadas em estilo Gótico. Esta maneira de construir se desenvolveu na região de Paris e conjugando – entre outras técnicas – o arco pontiagudo e a

⁶⁴ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge. Op. cit. p. 107-140.

⁶⁵ BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Maria Cecília Preto da Rocha de Almeida (Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 16.

⁶⁶ *Testamento de Bartolomeu Joanes*. TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e. *A heráldica medieval na Sé de Lisboa*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita. Lisboa, 1984. p. 40-56.

⁶⁷ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge. Op. cit. p. 58.

abóbada em cruzaria conseguiu desenvolver edifícios com paredes menos espessas e com mais aberturas, o que contribuiria com a iluminação interna das construções.⁶⁸ Em Portugal esse estilo ganha projeção a partir do reinado de D. Afonso III (1210-1279, rei desde 1248) e está presente não apenas em edifícios religiosos, mas também em estruturas civis, como paços e pontes, e militares, muralhas e castelos. No que diz respeito às igrejas, o estilo é utilizado em grandes construções emblemáticas e também em pequenas capelas.⁶⁹

As adições que temos acompanhando são consideradas obras importantes do Gótico português, ainda que com peculiaridades. O claustro dionisino pode ser incluído num conjunto construtivo de outros anexos semelhantes em catedrais e mosteiros portugueses e teria se baseado no modelo abobadado de Coimbra, primeira Sé do reino a ter uma crista gótica, cuja construção ocorrera entre cerca de 1220 e 1240. Outras obras semelhantes, ainda que com alguma distância temporal, se incluem neste conjunto, nomeadamente os claustros das Sés do Porto e de Évora, mas também a dos mosteiros de Alcobaça e da Batalha.⁷⁰ A forma irregular e as soluções utilizadas para unir o claustro lisboeta ao restante do templo durante muito tempo foram consideradas sinais de imperfeição e má qualidade da obra, interpretação desconstruída por Paulo Fernandes, o qual demonstra que as características específicas desta parte da Sé são soluções engenhosas e funcionais para problemas específicos, notadamente a sua forma, posição em relação ao corpo da igreja e desnível do terreno.⁷¹

Na cabeceira, poucos vestígios sobram da capela principal gótica, a qual deve ter sobrevivido até o terremoto de 1755. Podemos considerar que fosse alta, alcançando ou aproximando-se da altura da nave principal. São indícios dessa característica os contrafortes de sustentação ainda existentes, mas atualmente sem função estrutural (Figura 17). Estes elementos apresentam também um aspecto mais reforçado do aquele característico ao estilo. Uma das possíveis explicações para esta característica é a tentativa de proteger esta parte do edifício contra tremores de terra, como os ocorridos no século XIV que teriam precipitado a

⁶⁸ TOMAN, Rolf. Introduction. In: *The Art of Gothic: Architecture – Sculpture – Painting*. Königswinter: Konemann/Tandem Verlag GmbH, 2004. p. 6-17.

⁶⁹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge. Op. cit. p. 13-34.

⁷⁰ Idem. p. 27-28 e 58-59.

⁷¹ FERNANDES, Paulo de Almeida. O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitetura cheia de imperfeições. *MURPHY Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, Coimbra, n. 1, p. 18-69, 2006

substituição da cabeceira românica pela gótica.⁷² Cabe destacar ainda que esta cabeceira pode ser incluída no desenvolvimento do estilo Gótico em Portugal, sendo a única com deambulatório nas catedrais portuguesas, podendo ter sido influenciada pela charola do mosteiro de Alcobaça. A capela principal da Sé de Lisboa pode ainda ter tido alguma influência naquela executada posteriormente no Mosteiro da Batalha.⁷³

Assim chegamos ao fim da primeira parte de nosso estudo, no qual buscamos conhecer a Sé de Lisboa em sua materialidade e nas formas como dialogou com diferentes temporalidades, indicando possibilidades de leitura para as alterações feitas na construção e abrindo questões as quais tentaremos responder no seguimento do trabalho. Teremos como inspiração o que é dito por Willibald Sauerländer, historiador da arte alemão, o qual – partindo do exemplo de um retábulo feito por Rogier van der Weyden para a igreja de Poligny – afirma que “para entender o significado da catedral, nós deveríamos pensar menos no simbolismo e nos direcionar ao cuidadoso estudo das funções e rituais.”⁷⁴ Isto se soma em nossa leitura à compreensão de que uma obra não está terminada quando se para de trabalhá-la, mas continua em processo quando é utilizada, vivida. No caso próprio da arquitetura, como nos alertam o arquiteto italiano Bruno Zevi e o historiador da arte português Carlos Alberto Ferreira de Almeida, as formas de moldar o vazio mudam com o passar do tempo e tem influência sobre as atividades humanas ali realizadas.⁷⁵ Ou seja, uma nova maneira construtiva tem influência sobre as pessoas que vivem nela e altera a forma como essas pessoas entendem o espaço e elas mesmas, sendo a obra marcada pela experiência humana marcando-a reciprocamente.

Consideramos já ter caminhado um pouco nesse sentido ao apresentar a Sé de Lisboa, buscando relacionar as alterações pelas quais passou aos usos pretendidos, propósito que dialoga com as categorias de Lowenthal utilizadas na

⁷² ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge. Op. cit. p. 57.

⁷³ Idem. e CHICÓ, Mário Tavares. A Catedral de Lisboa e a Arte Portuguesa da Idade Média. In: *Separata de Belas Artes*, Lisboa, n.º 6, 1953. Páginas não numeradas.

⁷⁴ SAUERLÄNDER, Willibald. Gothic: The Dream of a Neo-classical Style. In: *Gothic art and thought in the later medieval period: essays in honor of Willibald Sauerländer*. Colum Hourihane (Ed.). Princeton/Pensilvânia: Princeton University/Pennsylvania State University Press, 2011. p. 11. Tradução livre. Original: in order to understand the meaning of the cathedral, we should less think of symbolism and turn to the careful study of function and ritual.

⁷⁵ ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. E ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. *História da Arte em Portugal – O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. p. 33.

tentativa de melhor compreender tais alterações. Nos próximos capítulos aprofundaremos este exercício, seguindo as pistas das funções pretendidas para os anexos construídos na Catedral e da relação que estabelecia com o espaço ao seu redor e com a sociedade do período em questão.

2 ESPAÇOS

A Sé que temos acompanhado é de Lisboa. Integra, portanto, a investigação sobre as razões que levaram à realização de modificações nesta edificação o entendimento sobre o que se passava na cidade, como a Catedral se relacionava com ela e o que se realizava dentro e ao redor da igreja, uma vez que o lugar se constrói a partir da experiência humana no espaço.

2.1 O QUE É A CIDADE DE LISBOA NESSE PERÍODO?

Passada uma centúria da conquista de 1147, Lisboa tinha atingido um lugar bastante relevante entre as cidades do reino português. Deixado de ter uma posição de fronteira e se estabelecido como um dos polos comerciais de Portugal. Essa situação pode ter levado à instalação da Chancelaria régia na cidade em 1256, durante o reinado de Afonso III, fato que tanto decorre como reforça um papel de centralidade administrativa.⁷⁶

Apesar da existência de autoridades civis em Lisboa, como os alvazis e alcaides, é inegável que o bispo possuía papel importante na cidade e em seu entorno, o que não significa que possuísse um poder incontestável. Um dos momentos mais emblemáticos dessa proeminência talvez seja a iniciativa de D. Soeiro, bispo entre 1210 e 1232, de solicitar auxílio de participantes da quinta cruzada para, junto com cavaleiros vilãos de Lisboa atacar Alcácer do Sal em 1217.⁷⁷ Com o sucesso da iniciativa, a fronteira portuguesa desloca-se para o rio Sado, abrindo a possibilidade de Lisboa crescer de forma menos arriscada para além dos muros. Com essa expansão territorial do reino a cidade deixa a condição de fronteira e passa a estar fisicamente mais no centro de Portugal.

No reinado de D. Dinis as fronteiras do reino foram estabelecidas, através do Tratado de Alcanices, assinado com Fernando IV de Leão e Castela em 1297. A estabilização do território pode ter aumentado a disponibilidade do monarca em tratar de outros assuntos, tais como a organização interna e o comércio, tanto exterior como interno. D. Dinis realizou algumas ações, buscando favorecer os

⁷⁶ SILVA, Carlos Guardado da. *Lisboa da cidade de fronteira à afirmação da capital do reino...* Op. cit. p. 28.

⁷⁷ Idem. p. 31.

comerciantes portugueses, os quais haviam alcançado mercados do norte da Europa, como Inglaterra e Flandres, onde criou-se uma Bolsa de Mercadores, confirmada pelo rei, que visava atuar em prol dos interesses comerciais portugueses. Esse desenvolvimento de relações econômicas com regiões mais setentrionais proporcionou um incremento das atividades internas, também promovidas pelo monarca, com o incentivo a feiras, por exemplo. A coroa também se beneficiou da melhoria econômica pela aquisição de diversas tendas e outros espaços comerciais em Lisboa, dos quais obtinha bons rendimentos.⁷⁸

Com esse aquecimento econômico, as atividades comerciais haviam se deslocado do interior das muralhas para a zona ribeirinha, na área hoje conhecida como Baixa. Esta parte da cidade estava fora do perímetro da muralha conhecida como cerca velha (Figura 19) e havia o risco constante de ataques de piratas, principalmente muçulmanos, o que levou D. Dinis a construir uma muralha protegendo essa nova área comercial. Ela teve alguma importância até a edificação da Cerca Fernandina, depois do que passaria a ser usada de apoio por diversas construções.⁷⁹ Esse deslocamento da atividade comercial pode ter facilitado o esvaziamento da área na parte de trás da Catedral, onde, com patrocínio régio, se construiria o claustro.⁸⁰ Caso o movimento tenha sido acompanhado pela mudança de residência de parte dos comerciantes, o espaço liberado no interior das muralhas pode ter sido o suficiente para a construção. Não há, porém, documentação que permita saber como o terreno em que se encontra o claustro passou a integrar a Sé, sendo provavelmente um processo longo de doações, aquisições e negociações. O que gostaríamos de destacar é que este processo foi favorecido pela mudança da zona comercial para mais perto do Tejo.

A relação de D. Dinis com Lisboa, porém, ia além da participação na economia. Ele havia nascido na cidade, aí fora criado e tornou-se rei. D. Francisco Brandão, na obra *Monarchia Lusytana*, apresenta a leitura de que havia mesmo uma afeição de Dinis pelo concelho de Lisboa em decorrência da ligação de sua trajetória pessoal com essa localidade.⁸¹ Fato é que durante a maior parte do seu reinado de

⁷⁸ Idem. p. 30.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ FERNANDES, Paulo de Almeida. O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitetura cheia de imperfeições. *MURPHY Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, Coimbra, n. 1, p. 18-69, 2006.

⁸¹ BRANDÃO, Francisco. *Monarquia Lusitana*: Parte Quinta. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976. Vol. V, p. 315.

46 anos ele esteve em Lisboa e teve uma grande intervenção na administração municipal, indicando, por exemplo, o procurador e o tesoureiro do concelho.⁸² Do rei também conhecido pela sua produção cultural, não é possível deixar de anotar a criação do Estudo Geral de Lisboa, o qual teria importância na formação de quadros para integrar e aprimorar a administração régia.⁸³

Este rei buscava ainda manter o episcopado lisboeta ao seu lado, intervindo para tornar bispo em 1313 o candidato por ele apoiado, Frei Estevão, anteriormente à frente da Sé do Porto. A historiadora Hermínia Vasconcelos Vilar aponta uma série de desentendimentos entre D. Dinis e o religioso, que o monarca considerava ter alcançado os episcopados por sua mão. Esse conflito redundou no apoio de Frei Estevão à revolta do então infante Afonso.⁸⁴

Ainda em relação à revolta de D. Afonso contra seu pai, chama a atenção a forma como se dá a narração dos acontecimentos na *Crónica de 1419*. Temos a impressão de que o controle de Lisboa é a chave para o controle do reino, como se a conquista ou a perda da cidade fosse suficiente para definir o destino da contenda. As forças organizadas por D. Afonso se colocam sempre em direção ao Tejo, mesmo quando realizam ações em outras partes de Portugal, e as forças de D. Dinis, das quais fazem parte cavaleiros vilãos lisboetas, partem de Lisboa e para aí retornam depois das batalhas.⁸⁵ O conflito chega ao fim com um tratado assinado em fevereiro de 1324, o qual garante a sucessão para D. Afonso e atende a outras exigências suas.⁸⁶ D. Dinis falece cerca de um ano depois de selar as pazes com o herdeiro e escolhe ser sepultado próximo da cidade em que havia passado a maior parte de seus dias, no mosteiro de São Dinis em Odivelas.

Com relação ao contexto em que a referida *Crónica* foi escrita, é importante ressaltar que esta data do período de governo de D. João I e que Lisboa teve um papel importante no processo que levou o Mestre de Avis a se tornar rei de Portugal, sendo a primeira cidade a reconhecer-lhe como Regedor e Defensor do reino em 1383. Lembremo-nos ainda que em 1415 os portugueses haviam conquistado

⁸² SILVA, Carlos Guardado da. *Lisboa da cidade de fronteira à afirmação da capital do reino...* Op. cit. p. 32.

⁸³ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. p. 178-179.

⁸⁴ VILAR, Hermínia Vasconcelos. Em torno de uma diocese: os bispos de Lisboa entre dois séculos (1244-1325). In: KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe e FONTES, João Luís. *Lisboa Medieval – Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 141-142.

⁸⁵ *Crónica de Portugal de 1419*. CALADO, Adelino de Almeida (ed.). Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. Especialmente p. 207-209 e 214-215.

⁸⁶ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. Op. cit. p. 250.

Ceuta, com um papel importante de Lisboa, sendo a bandeira da cidade africana até hoje baseada na da cidade portuguesa.⁸⁷ Assim, é necessário ter em mente que a importância desta cidade na conquista do trono por D. João I e seu papel nas expedições marítimas do século XV podem ter influenciado a leitura dos acontecimentos feita pelo autor da *Crónica de 1419*.

Apesar do que pudessem esperar os apoiantes da revolta do filho de D. Dinis, ao chegar ao poder D. Afonso IV acabou por dar continuidade à boa parte das políticas de seu pai, como teremos possibilidade de ver melhor no terceiro capítulo deste trabalho. No que diz respeito à sua presença em Lisboa, o reinado afonsino não se afastou da cidade, mas esta, assim como todo o reino e boa parte do mundo conhecido por essas pessoas foi afetada pela Peste Negra. O primeiro e mais forte surto ocorreu entre os anos de 1348 e 1349, podendo ter matado entre um terço e metade da população portuguesa, havendo mesmo estimativas mais pessimistas.⁸⁸ Essa pandemia se insere num quadro geral de crise. No âmbito interno, verificaram-se grande desvalorização do dinheiro, dificuldade de adequação da relação entre oferta e procura tanto de mão-de-obra como de produção de alimentos, levando a sucessivas carestias. A conjugação desses fatores levou parcelas da população a migrar em busca de melhores condições. Segundo Oliveira Marques, historiador português, a sociedade do período “se caracterizou por migrações variadas, de província para província, do campo para a cidade, de todo o país para Lisboa.”⁸⁹ No seguimento, o pesquisador afirma que tal movimento se deu pelo aumento dos salários nas cidades, devido à falta de mão-de-obra, mas o afluxo populacional teria sido maior que a necessidade de trabalhadores, além de vários dos migrantes não terem as qualificações para exercer atividades artesanais. Isso teria ocasionado o aumento da população marginalizada e a edição de legislação buscando vincular as pessoas a suas terras de nascimento e profissões de origem.⁹⁰

Esta peste atingiu Portugal na altura em que D. Afonso IV já teria promovido o início dos trabalhos de reconstrução da cabeceira da Sé de Lisboa, onde desejava ser e foi sepultado. Mas este templo também era a sede da diocese que se

⁸⁷ SOUSA, Armindo de. Realizações. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*, Vol. II. Op. cit. p. 414-418.

⁸⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. A Base Demográfica e Tecnológica. In.: *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), Volume IV – Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Lisboa: Editorial Presença, 1996. p. 20-22.

⁸⁹ Idem. p. 32.

⁹⁰ Ibidem.

encontrava na região da foz do rio Tejo, fazendo divisa com suas congêneres de Coimbra ao norte, da Guarda a Leste e de Évora ao sul.⁹¹ No período que estudamos os rendimentos proporcionados aos dignitários do cabido e ao bispo de Lisboa estavam entre os mais altos do reino, o que tornava esses postos bastante atrativos e pode ajudar a explicar as disputas pelos cargos. D. Dinis, depois de ter recebido o reino sob interdito papal decorrente de conflito entre seu pai e os bispos do reino⁹², conseguiu ter no comando das dioceses clérigos próximos e de confiança. Exceção de destaque e que reforça o argumento da intenção de influência do rei nas escolhas episcopais é o caso de Frei Estêvão, bispo do Porto entre 1310 e 1313 e de Lisboa desta data até 1322. Este religioso teria sido próximo do rei, seu confessor, mas acabaram se afastando e ele apoiou a revolta de D. Afonso contra seu pai, pelo que D. Dinis registrou no primeiro manifesto contra o filho a insatisfação com o prelado. O rei teria ainda tomado ações contra sobrinhos de Frei Estêvão, dois acusados de assassinato em Lisboa foram sentenciados a morte e outro, que substituíra o tio na cátedra do Porto, teve bens tomados por agentes de D. Dinis. Tanto sobrinho como tio acabaram por deixar Portugal.⁹³ No âmbito geral, porém, o reinado dionisino se beneficiou de uma relação mais harmoniosa com os bispos, que mesmo com a guerra civil era menos conflituosa que no final do período de D. Afonso III.⁹⁴

D. Afonso IV não manteve a mesma influência que o pai sobre as nomeações episcopais. Mas não foi apenas a influência régia que diminui neste contexto. As elites locais e os cabidos também teriam perdido poder com relação à indicação dos bispos. Durante o papado de Avignon a Cúria teria buscado aumentar seu poder sobre a indicação de cátedras vagas, o que ajuda a explicar inclusive um

⁹¹ NOGUEIRA, Bernardo de Sá. O espaço eclesiástico em território Português (1096-1415). In: *História Religiosa de Portugal*. Carlos Moreira Azevedo (dir.), Volume I. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 142-195. p. 179.

⁹² Entre os bispos portugueses no final do reinado de D. Afonso III, o único que parece não ter se oposto ao rei foi Mestre Mateus, bispo de Lisboa que pode ter contado com o apoio régio para atingir a prelazia. Cfe. VILAR, Hermínia Vasconcelos. Em torno de uma diocese: os bispos de Lisboa entre dois séculos (1244-1325). In: *Lisboa Medieval*. Os rostos da cidade. KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe Simões Dias de; FONTES, João Luís Inglés. Lisboa: Livros Horizonte e Instituto de Estudos Medievais, 2007. p. 129-144.

⁹³ Idem. p. 140-141.

⁹⁴ VILAR, Hermínia Vasconcelos. O episcopado do tempo de D. Dinis, trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325). *ARQUIPÉLAGO. História*, Ponta Delgada, Açores, 2ª série, vol. 5, p. 581-603, 2001. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.3/355>>. Acesso em 18/06/2019. p. 600-603.

crescimento do número de estrangeiros nas sés portuguesas, incluída a de Lisboa.⁹⁵ O rei, por seu turno busca reduzir ainda mais as jurisdições eclesiásticas, entrando em conflito principalmente com o arcebispo de Braga e o bispo do Porto, que detinham o couto das cidades em que se encontravam suas igrejas.⁹⁶

No que se refere à ocupação das dignidades do cabido da Sé de Lisboa, Mário Farelo percebe movimento semelhante. Analisando o período entre 1277 e 1357 percebe que os reis têm alguma influência sobre as indicações, bem como os bispos e a elite local, mas esta inserção tende a diminuir ao longo deste período, aumentando o peso da Cúria Pontifícia nas decisões. Este movimento é catalisado pela Peste Negra, a qual acaba contribuindo para um aumento da quantidade de cargos vagos. Ao longo dos trinta anos seguintes ao primeiro surto da doença, apenas quatro portugueses ocuparam lugares no cabido lisboeta e possivelmente mais por proximidade com os círculos papais que por agência de atores locais.⁹⁷ Na sequência voltaremos à materialidade do edifício, analisando o espaço ocupado pela sede deste arcebispado e das dignidades visadas por religiosos portugueses e estrangeiros.

2.2 O ESPAÇO FÍSICO QUE A SÉ OCUPA EM LISBOA

A Lisboa de hoje é bem maior que aquela do século XIV, que já era maior do que a que assistiu à troca de domínio, de muçulmanos para cristãos, no século XII. O núcleo de povoação no momento em que os cruzados chegaram ao estuário do Tejo se localizava na comumente nomeada Colina do Castelo. Além de uma área murada, também havia moradias ao redor da cerca defensiva, como podemos perceber no relato do cruzado R.⁹⁸ A parte mais importante da cidade, no entanto,

⁹⁵ VILAR, Hermínia Vasconcelos. No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos. *Lusitania Sacra*, 2ª série, Lisboa, 22, p. 149-165, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.14/4552>>. Acesso em 18/06/2019. Os três últimos bispos de Lisboa do período que analisamos são franceses: Estêvão de la Garde (1344-1348), Teobaldo de Castillon (1348-1356) e Reginaldo de Maubernard (1356-1358). Nenhum deles foi à Lisboa tomar posse, governando por meio de vigários gerais.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ FARELO, Mário Sérgio da Silva. Organização e composição social do cabido da Sé de Lisboa (1277-1377). *Anuario de estudios medievales*, Barcelona, v. 35, n. 2, p. 767-797, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/57240>>. Acesso em 05/07/2019 e FARELO, Mário Sérgio da Silva. A quem são teúdos os barões e sages cónegos? Perspectivas sobre as redes de solidariedade no Cabido da Sé de Lisboa (1277-1377). *Lusitania Sacra*, 2ª série, Lisboa, 17, p. 141-182, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.14/4506>>. Acesso em 04/07/2019.

⁹⁸ *A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um cruzado*. Op. cit. p. 72-79.

estava dentro das muralhas, onde morava boa parte da população e onde se localizavam o castelo, a mesquita e, provavelmente, a principal igreja cristã da Lisboa muçulmana.⁹⁹

FIGURA 21 – TRAÇADO DAS MURALHAS DE LISBOA COM RECORTE DA SÉ E DA PORTA DE FERRO



FONTE: [Casanova f.]. - [Escala não determinada]. - [Lisboa : s.n. 1892]. – 1 planta : litografia, p&b ; 27,00x36,50 cm. Disponível em: <<http://purl.pt/1524>>. Acesso em 27/09/2018.

Após a efetivação da conquista, uma das medidas para consolidar a presença cristã em Lisboa foi justamente a edificação da catedral. Em relação ao local escolhido para a construção do templo, há indícios de que seja o anteriormente ocupado pela Mesquita Maior. Um deles é a interpretação do relato do cruzado na parte em que relata que “No dia em que se celebrava a Festa de Todos os Santos [...] foi feita a purificação do templo pelo arcebispo e por mais quatro bispos sufragâneos e restaurada a diocese como sede do episcopado”.¹⁰⁰ Há ainda os vestígios arqueológicos de um prédio público islâmico localizado sob o atual claustro da Sé e com a fachada virada para a atual rua das Cruzes da Sé. Esses vestígios já foram relacionados com a própria mesquita e com o edifício em que se realizavam

⁹⁹ FERNANDES, Paulo de Almeida. *O sítio da Sé de Lisboa*. Op. cit.

¹⁰⁰ *A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um cruzado*. Op. cit. p. 142-143.

as abluções, preparações para as orações, no templo muçulmano.¹⁰¹ Uma característica que nos chama a atenção na Sé de Lisboa é a aparente continuidade do templo com relação à rua de Santo Antônio, que vem do lugar onde se localizava a Porta de Ferro, principal entrada da cidade. Não encontramos escritos sobre esta característica, mas, caso o arruamento tenha se mantido com a mudança do domínio da cidade, a alteração do lado usado para entrada, além de responder a uma orientação comum nos templos cristãos (com a cabeceira voltada para o leste e a entrada na fachada oeste), pode ter buscado integrar o templo à cidade, permitindo uma relação muito próxima entre as partes interna e externa ao templo, o que justifica a apresentação das funções destes dois espaços na mesma seção do trabalho, mais a frente. De qualquer modo, trata-se de um espaço privilegiado e protegido pelas muralhas (Figura 21). É importante notar que se trata de uma área grande, que foi bastante ampliada com a construção dos anexos góticos, ora centro de nossa reflexão.

A capela de São Bartolomeu subtraiu espaço à via que passa ao norte do templo, mas não de modo a alterar a circulação ou causar maiores inconvenientes. Não há notícia de que houvesse outra edificação neste espaço no momento da execução da obra. Sabemos que esta localização não foi escolhida por seu instituidor, mas determinada pelo cabido da Sé de Lisboa.¹⁰² É provável que os cônegos tenham levado em consideração uma série de fatores, como disponibilidade de espaço, conveniência com relação à circulação externa e talvez a atividade profissional e a posição social de Bartolomeu Joanes. É notável que seja o único exemplo de capela particular adossada ao templo em questão, o que por si só demonstra a relevância da construção. O lugar em que foi edificado o anexo, porém, possibilita algumas considerações. Por mais que fosse um comerciante muito rico, que gozasse da proximidade com o poder régio, Joanes não era clérigo nem nobre, o que pode ajudar a justificar a distância de sua capela em relação ao altar e ao coro, espaços privilegiados por aí ser realizada a consagração eucarística¹⁰³ e no caso lisboeta, por guardar as relíquias vicentinas. Assim, por mais que sua riqueza

¹⁰¹ SILVA, Manuel Fialho. *Mutação urbana na Lisboa medieval*. das taifas a D. Dinis. 610 f. Tese (História – História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. 117-119.

¹⁰² *Testamento de Bartolomeu Joanes*. TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e. *A heráldica medieval na Sé de Lisboa*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita. Lisboa, 1984. p. 40-56.

¹⁰³ ARIÈS. Philippe. *O homem diante da morte*. Luiza Ribeiro (Trad.). Rio de Janeiro: F. Alves, 1981. p. 76-86.

lhe permitisse um sepultamento na principal igreja da cidade, com as possíveis vantagens espirituais que daí decorriam (a proximidade com os cultos mais importantes da diocese, as orações que os peregrinos poderiam lhe direcionar, por exemplo) a forma pela qual foi conseguida pode ter imposto um limite representado pelo local de instalação da capela. Por outro lado, não conhecemos o esquema decorativo e narrativo da catedral no período de construção da referida capela, nem como ela se inseriu neste conjunto maior. A entrada da igreja – de onde o anexo é próximo – também costuma ser um lugar de destaque nos templos, por ser a passagem para o lugar sagrado, a partir do mundo profano, ao mesmo tempo que é a separação entre estes espaços.¹⁰⁴ Assim a capela seria uma das primeiras partes do edifício que um fiel veria ao adentrar no templo. Além da questão interna do templo, para o presente caso é interessante também olhar para o entorno da construção. O local em que se encontra sepultado o comerciante lisboeta é o anexo que fica mais próximo da igreja de Santo Antônio, onde é possível que tenha tido lugar a sede do concelho de Lisboa e também era próximo a um ponto de instalação de tendas conhecido como brancos da Sé.¹⁰⁵ Assim, a capela de Joanes estaria muito próxima de lugares em que provavelmente exerceu atividades e alguma influência enquanto cidadão de Lisboa e comerciante.

Quanto ao nome do fundador e do santo a que a capela é dedicada, não encontramos estudos sobre o culto a São Bartolomeu em Portugal durante a Idade Média. Mas há outras representações dele no período, nomeadamente no túmulo de D. Pedro I (Século XIV) e nos portais da Catedral de Évora (Século XIV) e do Mosteiro da Batalha (início do Século XV). São Bartolomeu é protetor dos gogos e o filho de D. Afonso IV sofreria desse problema, o que seria um componente a explicar a escolha pelo santo a que dedicava devoção. Nos portais referidos, a santidade

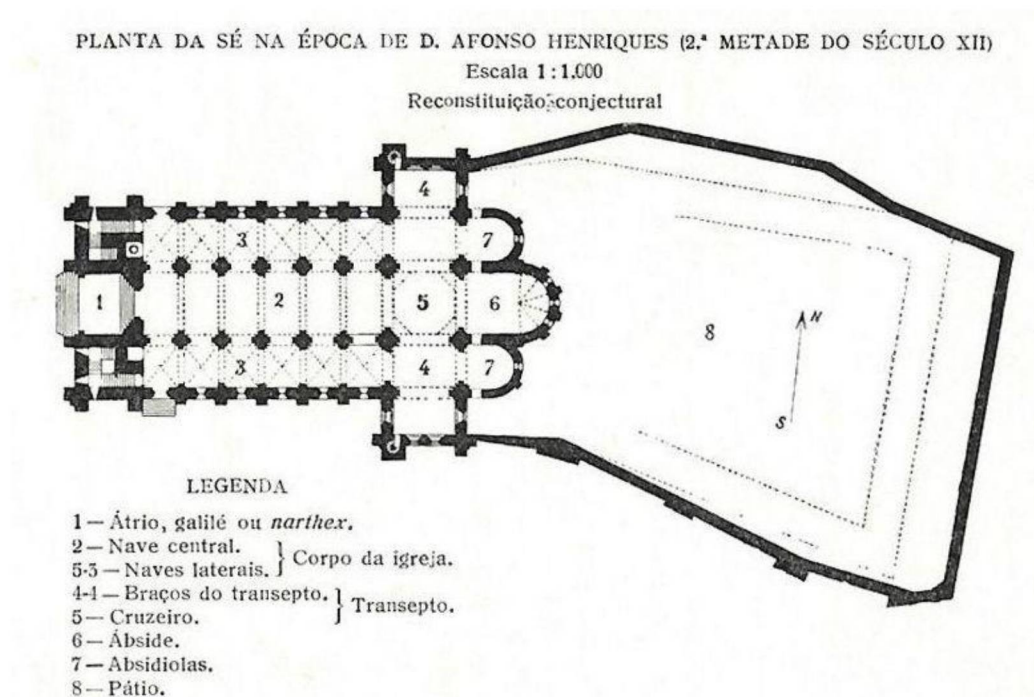
¹⁰⁴ Ao estudar o bustrfédon da igreja de San Girminiano, Jérôme Baschet aponta que a disposição das imagens referentes à vida de Cristo pretende contribuir para a construção do ambiente sacralizado, sendo o fiel recebido na porta por imagens de Jesus em também momentos de entrada, como na chegada a Jerusalém. BASCHET, Jérôme. "Le boustrophédon de San Giminiano: nœuds d'images et spatialisation du temps." In: *L'iconographie médiévale*. Paris: Gallimard. 2008. p. 135-151. Essa leitura não se aplica apenas aos templos medievais. Didier Méhu ao tratar da leitura de textos produzidos sobre a igreja de São Felix no início da era cristã por Paulin, também apresenta o destaque que a porta teria no templo, como limite, ou limites. MÉHU, Didier. "La porte et l'autel : les figures des lieux liminaires de l'église paléochrétienne". In: BRODBECK, Sulamith e POILPRÉ Anne-Orange (dir). *Visibilité et présence de l'image dans l'espace ecclésial Byzance et Moyen Âge occidental*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2019. p. 233-255.

¹⁰⁵ SILVA, Manuel Fialho. *Mutação urbana na Lisboa medieval*. das taifas a D. Dinis. 610 f. Tese (História – História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. 117-119.

aparece entre os demais apóstolos de cristo. Jean-Marie Guillouët aponta para uma relação da devoção ao santo com as comunidades inglesas instaladas em Portugal e que também seria protetor dos comerciantes. A partir dessas informações, podemos construir uma suposição de que talvez o pai de Joanes já praticasse o comércio de longo curso e que tivesse algum contato com os ingleses, ou alguma intenção de aproximação, marcado pela escolha do nome do filho.

O Claustro também abre caminho para uma série de questionamentos. A imagem que Augusto Vieira da Silva prepara para edição de *Lisboa Antiga, bairros orientais*, de Julio de Castilho, representa uma interpretação de que a área posterior à Catedral teria sido incorporada ao terreno da igreja já quando da construção primitiva, no século XII (Figura 22). Essa leitura, no entanto, encontra dificuldades para se sustentar. As escavações realizadas na área do claustro encontraram vestígios de um edifício público e habitações islâmicas, bem como de uma calçada e uma cloaca romanas.¹⁰⁶ Através destes elementos é possível entrever diferentes etapas do processo histórico da cidade. A calçada romana, por exemplo, provavelmente integrava o sistema viário secundário de *Olissipo* e foi parcialmente fechada com a construção de um muro antes da dominação islâmica.¹⁰⁷

FIGURA 22 – PLANTA DA SÉ DE LISBOA NA ÉPOCA DE D. AFONSO HENRIQUES



FONTE: Elaborada por Augusto Vieira da Silva. In: CASTILHO, Júlio de. *Lisboa Antiga*

¹⁰⁶ SILVA, Manuel Fialho. Op. cit. p. 114-117.

¹⁰⁷ FERNANDES, Paulo de Almeida. *O sítio da Sé de Lisboa*. Op. cit.

Ao longo dos séculos em que Lisboa esteve nos territórios muçulmanos e era conhecida como *Al-Usbuna*, podemos supor que tenham ocorrido diversas modificações nas estruturas urbanas, bem como em sua utilização. As casas e o edifício público islâmico citados podem estar inseridos numa série de obras realizadas entre os séculos X e XI, período em que o *Al-Andalus* conheceu certa prosperidade sob o domínio califal de Córdoba.¹⁰⁸ Não há qualquer indício de que essas estruturas tenham sido inutilizadas antes do século XIII, sendo mesmo possível que as referidas habitações estivessem entre as 32 casas doadas por Afonso Henriques ao cabido da catedral para sua estruturação e manutenção.¹⁰⁹ Acompanhando Paulo Fernandes e Manuel Silva, portanto, consideramos que a área aterrada para a construção do Claustro e, posteriormente, da Cabeceira da Sé de Lisboa, mantiveram-se em uso, ao menos parcialmente, até o início das obras de aterragem para a edificação das referidas estruturas em meados do século XIII. Entendemos, assim, que neste período o terreno ocupado pelo templo ganha uma extensão considerável, a qual precisou ser retirada do uso anterior. Quanto a isto, teremos possibilidade de expor as condições que, ao nosso ver, permitiram tal alteração nas seções seguintes. Quando da realização da nova cabeceira da igreja, a parte externa ao perímetro do templo não sofreu qualquer alteração.

2.2.1 Como a Sé aparece nas imagens de Lisboa

A importância dos edifícios religiosos na definição das formas da cidade medieval, e mesmo de sua identificação, já foi apresentada, entre outros, por Jacques Le Goff em seu *Apogeu da Cidade Medieval*.¹¹⁰ O caso de Lisboa não representa exceção. O edifício da Catedral é um dos poucos a ser singularizado nas imagens feitas da cidade em vários exemplos que extrapolam o período convencionado como Medieval.

Em mapas que representam a cidade no final do século XVI, vários elementos chamam nossa atenção, como a diferença de traçado da malha urbana anterior ao terremoto de 1755. No exemplo abaixo (Figura 23), de 1598, além das

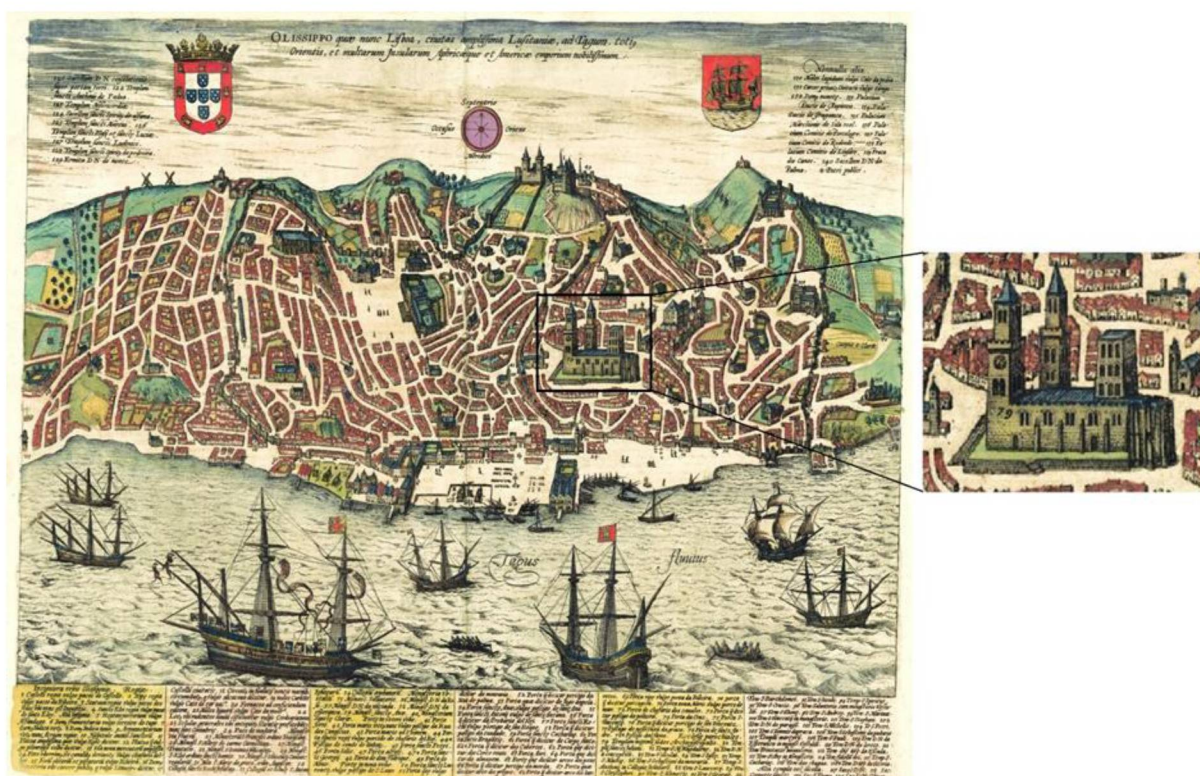
¹⁰⁸ MACÍAS, Santiago. O Garb-Al-Andaluz – Resenha dos Factos Políticos. In.: MATTOSO, José (coord.) *História de Portugal*, Vol. I, Antes de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. 376-380.

¹⁰⁹ SILVA, Manuel Fialho. Op. cit. p. 71.

¹¹⁰ LE GOFF, Jacques. A nova sociedade urbana – A igreja na cidade. In: *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 158.

embarcações no Tejo, alguns elementos construídos se destacam, entre os quais a Sé, maior figura da parte “terrestre” do desenho. O mapa, integrante de um projeto maior¹¹¹, não pretende reproduzir Lisboa fielmente em escala reduzida, mas possibilitar ao leitor uma ideia de como a cidade se organiza e quais as suas principais características, o que justifica que o rio ocupe um espaço grande da imagem. Em relação à Catedral de Lisboa, isso pode nos dar uma pista do motivo que levou o autor a representar apenas o corpo da igreja, deixando de lado o claustro, já construído na altura e que seria visível a partir da perspectiva utilizada. A cabeceira representada, no entanto, é a com deambulatório, sustentada por contrafortes e não a versão românica, com uma capela principal e duas laterais. Essas escolhas podem ter se dado por o autor do mapa entender que o claustro, visto de fora, não seria distintivo da cidade de Lisboa, ou um elemento tão destacado na paisagem urbana como o restante do templo.

FIGURA 23 – MAPA DE LISBOA NA COLEÇÃO *CIVITATES ORBIS TERRARUM*



FONTE: *Civitates orbis terrarum*, Braun e Hogenberg (1598)

¹¹¹ Mapa integrante da coleção *Civitates orbis terrarum*, editado por Georg Braun e gravado principalmente por Franz Hogenberg, que traz imagens de diversas cidades, principalmente da Europa, mas também de algumas da África e da América. Disponível em http://historical-cities.huji.ac.il/portugal/lisbon/maps/braun_hogenberg_V_2.html

Interessante notar que a opção pela representação da igreja sem o claustro já havia sido feita anteriormente, como no selo camarário de Lisboa de 1346 (Figura 24), utilizado num documento de negócio realizado entre Martim Rois Balestro, escudeiro e cidadão de Lisboa, e o rei Afonso IV. No presente caso, os elementos distintivos da Catedral são as torres sineira e da fachada ocidental. O reverso traz a cena de uma cerimônia, a qual será melhor explorada quando tratarmos dos usos da Sé.

Apesar de ter sido usado em um contrato particular, é referido como Selo Camarário ou Selo do Concelho de Lisboa.¹¹² Seguindo esta interpretação, o ponto para o qual queremos chamar atenção aqui é o fato de a Sé ter sido escolhida como símbolo suficiente para a representação de Lisboa. Se o reverso apresenta escudos do rei de Portugal, inscrições que, se legíveis poderiam nos dar alguma pista, a cena, a princípio, poderia se referir a qualquer parte do reino. A identificação específica da cidade se dá justamente pela Sé e por alguns elementos a ela relacionados – a arca com os dois corvos, distintivos de São Vicente – o que deixa patente a forte vinculação existente entre Lisboa e sua Catedral.

FIGURA 24 – SELO CAMARÁRIO DE LISBOA (1346)



FONTE: Carla Varela Fernandes.¹¹³

LEGENDA: Anverso (esq.) e Reverso (dir.).

A respeito da parte da igreja utilizada nas imagens, não é possível encontrar uma razão única que justifique a opção de apresentar o corpo principal do templo,

¹¹² FERNADES, Carla Varela. Op. cit. p. 151-152.

¹¹³ FERNADES, Carla Varela. Op. cit. p. 152.

com destaque para as suas torres e sem o claustro, ou mesmo sem cabeceira no caso do selo do século XIV. Podemos, no entanto, levantar algumas hipóteses. A primeira delas é de ordem técnica. Principalmente no caso do selo, trazer o edifício todo da Sé demandaria rever as escalas e diminuir outros elementos da construção. A segunda questão a ser levada em conta é a experiência que os produtores destas imagens – ou quem lhes deu informações para a sua produção – tiveram. Como relatado na descrição da igreja, geralmente a primeira visão que se tem da Sé de Lisboa é a sua fachada ocidental, sendo importante lembrar que o arruamento principal desta parte da cidade provavelmente não sofreu alterações significativas desde o período tardo-romano. Além da fachada, os elementos de destaque seriam aqueles que se erguem acima das outras edificações e são visíveis de outras regiões da cidade, ou mesmo do Tejo, ou seja, as torres. Ainda relacionada à experiência do espaço, com relação ao lado de dentro do templo, a parte mais integrada ao cotidiano da cidade é justamente o corpo principal, ainda que no caso lisboeta o claustro tivesse funções como escola, capelas funerárias e sede de irmandades,¹¹⁴ seu uso seria mais restrito que o das naves e transepto. Por fim, é preciso levar em conta que o que distingue a Sé de Lisboa e mesmo a cidade, a partir de uma visão exterior, é sua fachada e suas torres. Assim a catedral é identificada pela sua parte românica da mesma forma que outras catedrais portuguesas ao norte do Tejo (Braga, Porto e Coimbra). Este destaque nas imagens que acompanhamos não se dá exclusivamente por conta do tamanho do templo e destaque do edifício, mas também pelas atividades realizadas em seu interior e ao seu redor.

2.3 QUAIS AS FUNÇÕES DO ESPAÇO DA SÉ E SEU ENTORNO?

Se no período de reinado de D. Dinis e D. Afonso IV Lisboa se consolidou enquanto centro do reino, a região em que se ergue a Catedral também passou por importantes mudanças. Antes de nos centrarmos nos usos dados ao edifício catedralício, voltemos nosso olhar para o que se passava ao redor do templo. A Sé de Lisboa estava muito perto do principal acesso à cidade murada, a chamada Porta de Ferro (recorte da Figura 21), sendo um ponto de passagem obrigatório para

¹¹⁴ VILLAMARIZ, Catarina. Op. cit. FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. O espólio artístico... Op. cit. p. 11-17.

quem por aí adentrasse as muralhas. Talvez isso ajude a explicar a importância que o espaço fronteiro à igreja teve no período que analisamos. Entre a conquista cristã e meados do século XIII a região em torno da Sé foi o centro comercial da cidade. Manuel Silva levanta a possibilidade de tendas localizadas em documentação dos reinados de D Afonso III e D Dinis em ponto chamado de *Branços* sucederem a localização do *Suq*¹¹⁵ do período de dominação muçulmana, o que demonstraria a permanência da atividade comercial na região mesmo com a alteração do domínio nominal e com a passagem do tempo. O comércio, no entanto, tenderia a se aproximar do porto, ocupando a parte baixa da cidade. Esse processo seria lento e teria como importante contributo a atrás referida conquista de Alcácer do Sal, em 1217. Esta cidade era ponto de partida de expedições muçulmanas que ameaçavam a segurança em Lisboa. Com a integração do vale do rio Sado ao território português os comerciantes do Tejo tiveram menos problemas com saques ou outras incursões. Para o desenvolvimento comercial percebido ao longo do século XIII foi importante também o aquecimento de rotas com o norte da Europa, anteriormente citado.

Conforme Manuel Silva, junto com o comércio a atividade política deslocou-se para a ribeira. Há, porém, diversos registros de reuniões do Concelho realizadas no adro da Sé ou em casas nesta área. Deste modo, podemos entender que, embora a expansão da cidade na direção ocidental tenha diminuído o papel comercial e político do entorno da Catedral, este manteve alguma importância durante os séculos XIII e XIV, tendo sido escolhido este espaço para a aquisição de imóveis que abrigariam o Concelho de Lisboa.¹¹⁶

A manutenção da elevada estima dos lisboetas pela região da Sé, mesmo para atividades não religiosas, provavelmente se liga a aspectos do sagrado. O adro da Sé, por exemplo, além de servir para reuniões do Concelho da cidade e, podemos supor, de outros grupos, também teria sido espaço privilegiado de sepultamentos antes da construção dos anexos góticos do templo, sendo – segundo Mário Barroca – o cemitério paroquial de Santa Maria Maior até a implantação do Claustro.¹¹⁷

¹¹⁵ *Suq* é uma das denominações de mercado principal das cidades muçulmanas.

¹¹⁶ SILVA, Manuel Fialho. Op. cit. p. 125-128.

¹¹⁷ BARROCA, Mário Jorge. *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1995. Vol II, tomo 2. p. 472-476. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10216/55736>>. Acesso em 05/07/2018.

Com a edificação, além do Claustro, da Capela de São Bartolomeu e da Cabeceira, a função funeral da Sé se consolida, passando a ser utilizado para este fim o espaço interno da igreja. Catarina Villamariz e Paula Figueiredo nos informam, a partir de diferentes perspectivas de análise, a importância que o espaço claustral teria enquanto lugar de sepultamento durante longo período, tanto para clérigos como nobres, mas também para alguns comerciantes que conseguiam bancar a instituição de capelas e a encomenda de missas de aniversário pelas suas almas. Há mesmo a instituição da irmandade de São Miguel e Almas, voltada para o sepultamento dos moradores da Paróquia que não dispusessem de condições para arcar com um funeral considerado digno, instalada no claustro no século XVII.¹¹⁸

No caso da Capela de São Bartolomeu, a sua edificação e fundação se deu por desejo testamentário do comerciante Bartolomeu Joanes, o qual pretendia e aí teve seu corpo depositado. Ainda nos aprofundaremos nas questões que envolvem os testamentos no capítulo seguinte. A Cabeceira, da mesma forma, teria como motivo da construção gótica servir de última morada. Esta para Afonso IV e sua esposa, D. Beatriz. Uma das razões que levaram este monarca a escolher, entre outros templos, a Catedral lisboeta para seu mausoléu foi o fato de aí estarem depositadas as relíquias de São Vicente, santo pelo qual o rei demonstrara devoção em alguns episódios, como durante a revolta que promoveu contra seu pai, D. Dinis.¹¹⁹ Além da proximidade com seu santo favorito, D. Afonso IV pode ter planejado a projeção de sua linhagem por estar na principal igreja daquela que na altura era a principal cidade do reino. Outro ponto a ser destacado é o fato de D. Afonso IV ter sido o primeiro monarca português a ser sepultado em uma catedral lusitana. Seus antecessores repousaram em mosteiros, com exceção de Sancho II, falecido depois de ser deposto e sepultado na Catedral de Toledo.

Além da função funerária, outro destacado uso da Sé de Lisboa era o cerimonial. Ter sepultura num espaço tão dignificado como uma catedral acarreta certas demandas. Uma delas é a garantia de recursos para a realização de cerimônias, que variam em quantidade e frequência conforme as disposições testamentárias e condição dos falecidos. O número de celebrações aumenta muito no período em que estudamos, momento em que ocorre, entre outros fenômenos, a afirmação do purgatório como lugar de expiação dos pecados e individualização das

¹¹⁸ FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. O espólio artístico... Op. cit. p. 45.

¹¹⁹ *Crônica de 1419*.

penas e destino das almas após a morte, como teremos a oportunidade de discutir no terceiro capítulo desta dissertação. Essa pode ser uma das explicações para a necessidade de ampliação do templo, privilegiando a instalação de capelas, usadas tanto para sepultamentos, como para orações e cerimônias.

A Sé de Lisboa teria ainda uma importante função religiosa por guardar as relíquias de São Vicente, o que lhe aumentava o prestígio e também contribui para o entendimento da necessidade da adequação da cabeceira da igreja, com a inserção de deambulatório – elemento comum em igrejas de peregrinação. O selo apresentado anteriormente (Figura 24) traz no reverso a cena de uma celebração realizada na Sé de Lisboa. A interpretação dada à imagem por Carla Varela Fernandes é de que se trate de um culto de agradecimento a São Vicente por milagres realizados. Interessa-nos especificamente a forma como as figuras estão dispostas nesta cena (Figura 25). Nos dois registros mais baixos da imagem temos pessoas dispostas ajoelhadas e de mãos juntas, em posição de prece. No nível mais alto aparecem, da esquerda para a direita, uma figura coroada, possivelmente Afonso IV, segurando uma esfera e recebendo uma palma de uma figura tonsurada; um religioso com mitra e vestes eclesiásticas, provavelmente representando o bispo de Lisboa; o altar; um túmulo relicário em que estão pousadas duas aves, a se tratar do relicário de São Vicente seriam dois corvos; duas figuras ajoelhadas embaixo do túmulo, talvez agradecendo graças recebidas do santo; e uma última figura também em posição de oração.¹²⁰

FIGURA 25 – RECORTE DA FIGURA 24



FONTE: Adaptada de Carla Varela Fernandes.¹²¹

¹²⁰ FERNANDES, Carla Varela. Op. cit. p. 152-162.

¹²¹ Idem. p. 152.

Fernandes avança no sentido de que o selo em questão pertence a um processo maior de vinculação de Afonso IV com a Sé de Lisboa, que passa pela reconstrução da cabeceira e pelo seu sepultamento na igreja. O referido monarca, conforme a historiadora da arte, teria intenção de – através do templo – se ligar ao fundador da dinastia de Borgonha, Afonso Henriques, e seus sucessos militares, bem como projetar seus próprios sucessos – especificamente a participação na batalha do Salado – para além de sua morte. Sem deixar de ter importância a devoção pessoal de Afonso IV pelo santo patrono de Lisboa, como teremos oportunidade de ver mais detidamente a seguir.

Ainda do ponto de vista cerimonial, integrando as partes interna e externa do templo, destacam-se as procissões. As principais procissões realizadas na cidade ao longo do período medieval, como a que marcava o início do ano e a do Corpo de Deus, tinham na Catedral ponto de partida e de chegada, o que a colocava como lugar central da geografia religiosa da cidade.¹²²

2.3.1 A Sé de Lisboa enquanto promotora de mobilidades¹²³

As procissões evidenciam o fato de a Sé ser ponto de passagem, partida ou chegada de alguns movimentos. Na sequência nos focaremos em outras mobilidades em torno do templo, uma vez que entendemos que podem ajudar a elucidar o lugar desta construção no Portugal de meados dos séculos XIII e XIV. Voltemos, porém um pouco no tempo. A partir de 1147, com a restauração da diocese de Lisboa, a sede deste bispado passou a estar inserida em diversas redes de movimentação, não só de caráter religioso. Uma que ocorre pouco depois da conquista da cidade é a nomeação como bispo de um religioso que integrava a comitiva de cruzados, os quais auxiliaram no cerco. Como nos conta o cruzado “seguidamente, foi eleito para a sede episcopal um dos nossos, Gilberto de

¹²² BARBOSA, Pedro Gomes. “... e todos os desa cidade façaaes solene priçisom...” Festas sagradas e profanas na Lisboa medieval. In: VALE, Teresa Leonor M; FERREIRA, Maria João P; FERREIRA, Silvia. (Coord.). LISBOA E A FESTA: Celebrações Religiosas e Cívicas na Cidade Medieval e Moderna. *Actas...* Lisboa, 2009. p. 23-29.

¹²³ Parte das considerações presentes neste trecho constam no texto FUNKE, Willian. Entre a mobilidade e o imóvel: movimentos em torno da Sé de Lisboa. In: GOVASKI, Patrícia; PAIVA, Valdemir; FIGOLS, Victor de Leonardo; DE LIMA, Wallas Jefferson. *Sociabilidades: narrativas do outro*. São Paulo: Todas as Musas, 2019. p. 255-267, especialmente 258-263.

Hastings".¹²⁴ Sugerimos em trabalhos anteriores que essa escolha, além de ser um reconhecimento ao apoio dos cruzados, pode também estar relacionada à tentativa de suprimir o culto moçárabe, favorecendo o romano, no que um bispo estrangeiro poderia auxiliar.¹²⁵ Aqui podemos perceber uma mobilidade mais direta do religioso que saiu de sua região em direção à Terra Santa e, no caminho se viu inserido na Reconquista Ibérica, tendo seu trajeto interrompido para se mover na hierarquia eclesiástica, chegando ao cargo de bispo. Há, porém, uma outra mobilidade. Pensando nesse episódio a partir do ponto de vista dos moçárabes de Lisboa, essa comunidade viu o seu culto, antes praticado pela população cristã da cidade, com um bispo próprio,¹²⁶ ser movido para a margem, desprestigiado e, podemos imaginar, até mesmo combatido. É possível dizer, portanto, que esse processo acarretou uma mobilidade social para os cristãos moçárabes que permaneceram em Lisboa, tendo caído de nível entre os praticantes do cristianismo, já que a partir de 1147 o culto oficial seria o romano. Aos que não se adaptaram pode ter restado a migração para locais em que sua prática religiosa ainda fosse aceita.

A diocese restaurada, ao que se depreende do relato do cruzado, esteve instalada provisoriamente na mesquita Maior de Lisboa,¹²⁷ mas era necessário lhe construir uma sede. Os trabalhos devem ter arrancado no começo da segunda metade do século XII e contaram com a presença de um mestre normando, Roberto, o qual também atuou na construção da hoje chamada Sé Velha de Coimbra.¹²⁸ O estilo românico desenvolvido presente na Sé de Lisboa é atribuído ao trabalho do referido mestre, o qual trouxe consigo o conhecimento de técnicas construtivas, bem como o gosto estético em voga na sua região. Saul António Gomes evidencia a

¹²⁴ Texto original: *Electus est subinde ad sedem pontificatus ex nostris Gislebertus Hastigensis*. In: A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um cruzado. Aires A. Nascimento (Tradução e notas). Lisboa: Vega, 2001. p. 142-143.

¹²⁵ FUNKE, Willian. *Uma Igreja, Uma Cidade, Um reino: a Sé de Lisboa entre a conquista da cidade e o fim do segundo reinado (1147-1211)*. 82 f. Monografia (História – Licenciatura e Bacharelado) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. p. 44-46.

¹²⁶ BRANCO, Maria João Violante. Reis, Bispos e Cabidos: A Diocese de Lisboa durante o primeiro Século da sua Restauração. *Lusitania Sacra* – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Lisboa, 2ª série, tomo 10, p. 55-94, 1998. p. 57.

¹²⁷ *Die uero qua omnium memoria sanctorum celebratur, ad laudem et honorem nominis Christi et sanctissime eius genitricis purificatum est templum ab archiepiscopo et coepiscopis quattuor et reparatur inibi sedes episcopatus*. In: A Conquista de Lisboa aos Mouros Op. cit. p. 142.

¹²⁸ MACEDO, Francisco Pato de. A Cultura, o Ensino e a Arte – 4. Manifestações Artísticas. In: *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), Volume III – Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325), Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (coord.). Lisboa: Editorial Presença, 1996. p. 712-715.

presença de pessoas de diferentes origens no canteiro do Mosteiro da Batalha.¹²⁹ Consideramos que, da mesma forma a Sé de Lisboa tenha atraído além de Roberto, outros profissionais da construção. Esse fluxo de construtores provavelmente também ocorreu quando os anexos góticos foram adicionados ao primitivo edifício românico da Catedral de Lisboa. Há um documento encontrado no Arquivo Distrital de Braga, guardado nas *Gavetas do Cabido*, que se refere às obras do claustro da Sé de Lisboa e que chega a anotar mais de 130 trabalhadores remunerados em alguns dias de trabalho.¹³⁰ Além da mobilidade de trabalhadores, é possível também supor a grande circulação de materiais, decorrente de tais obras, entre os quais destacariam-se a pedra e a madeira. Assim, as sucessivas campanhas construtivas a que a Sé de Lisboa esteve sujeita proporcionaram mobilidades de pessoas, ideias, técnicas, materiais, sendo o edifício um produto da confluência desses diversos movimentos.

Com a igreja construída, era importante dotar-lhe de relíquias que atraíssem peregrinos e aumentassem a dignidade do templo. Nesse aspecto se insere outro movimento bastante importante, e que será gerador de diversas mobilidades, a transladação do corpo de São Vicente para Lisboa, ocorrido em 1173.

E emtom se partirom muy ledos com ele e pouve a Deos que, quando forom onde aviom d embarquar, nom embargando que o mar aly seja levamtado sempree periguoso, asy era manso e cham como se numqua fose vemto nem hondas, e asy se vierom em salvo.

E eles no porto da çidade nom o quyserom loguo tirar fora por lho nom tomarem por força, mais agardarom a noyte e levarom-no escondidamente à igreja de Santa Justa. E em outro dia na manhã, quando esto foy sabydo pela çidade, correrom as jemtes todas pera aly.¹³¹

O autor da *Crônica de 1419* é econômico na descrição da viagem, outros autores, como Duarte Galvão, transmitiram a tradição de que não só o embarque, mas todo o trajeto foi tranquilo, guardado sempre por dois corvos¹³². A lenda é tão forte que deu origem a um brasão da Sé, posteriormente adotado pela cidade de

¹²⁹ GOMES, Saul António. Les bâtisseurs du chantier gothique du Monastère de Bataille (Portugal): XIV-XVle siècles. In: MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo. *História da Construção – Os Construtores*. Braga: CITCEM, 2011. p. 173-189.

¹³⁰ OLIVEIRA, José Augusto. Um estaleiro medieval: as obras no claustro da Sé de Lisboa. In: FONTES, João Luís Inglês, et al. (coords.) *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: IEM, 2016. p. 177-204.

¹³¹ *Crônica de Portugal de 1419*. CALADO, Adelino de Almeida (ed.). Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. p. 64-65.

¹³² Duarte GALVÃO, *Cronica del Rey Dom Affonso Hamriques primeiro Rey desde regnos de Portugal*, Officina Ferreyriana: Lisboa, 1728, p. 59-60.

Lisboa e usado, com algumas modificações, até hoje.¹³³ Além do transporte das relíquias de São Vicente, feito por via marítima, há outra mobilidade que surge neste pequeno trecho, o das pessoas em torno do mártir. Temos os homens que, apaziguada a região em que São Vicente estaria sepultado, partem em busca do corpo do santo e, com auxílio divino, conseguem encontrá-lo. Aparecem em seguida os moradores de Lisboa, primeiro como uma expectativa de movimento, que poderia culminar com a dispersão dos ossos do santo e, depois como multidão que se dirige à igreja em que ele estava sepultado. Adiante, no mesmo parágrafo, o autor relata de forma mais detalhada a forma como São Vicente foi depositado na Sé de Lisboa, tendo havido um conflito com o mosteiro de São Vicente de Fora, pedido da intervenção de Afonso Henriques para que desse a palavra final e pressão do deão da Sé para que o prior da igreja de Santa Justa lhe entregasse o corpo do mártir, o que acabou fazendo.¹³⁴

É lícito supor que a posse das relíquias do santo tenha atraído mais peregrinos para a Sé de Lisboa, o que além do aspecto devocional, tinha a importante questão financeira, uma vez que com os peregrinos acabavam vindo doações.¹³⁵ Um dos devotos mais ilustres de São Vicente durante o período medieval talvez tenha sido o rei Afonso IV. Aqui alcançamos mais uma vez, a exemplo do que ocorreu acima – quando citamos as obras da Sé, o período central para a nossa problemática. Veremos a seguir dois movimentos de Afonso IV em direção à Sé de Lisboa, buscando entender as diferenças e como um ajuda a explicar o outro.

O infante Afonso desentendeu-se com seu pai, o rei D. Dinis, alegadamente por conta da preferência do monarca pelos bastardos em detrimento do seu herdeiro legítimo. Esse conflito foi aproveitado por facções da nobreza que desejavam desfazer algumas das medidas centralizadoras de D. Dinis que a enfraquecia. O confronto acabou degenerando em guerra civil.¹³⁶ Antes do início dos embates,

¹³³ Imagem do Brasão de Armas de Lisboa pode ser vista, entre outros, em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasão_de_Lisboa

¹³⁴ *Crónica de Portugal de 1419*. Op. cit. p. 65-66.

¹³⁵ Na Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa, o autor afirma que o fluxo de fiéis foi o motivo pelo qual o cabido e o Bispo de Lisboa preferiram ter em sua jurisdição, entre as igrejas fundadas durante o cerco de 1147, a dos Mártires e não o Mosteiro Vicentino. Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa. In: *A Conquista de Lisboa aos Mouros* Op. cit. p. 188-191.

¹³⁶ MATTOSO, José. *A política anti-senhorial, A guerra civil de 1319-1324*. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*, Vol. II, A Monarquia Feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

porém, há um movimento do infante Afonso que tem por pretexto uma romaria para junto das relíquias de São Vicente. Segue o trecho da *Crónica de 1419*:

E leyxou a molher em Coinbra, onde ho iffante estava, e dom Pedro, seu filho, e levou consyguo todos aqueles malfeitores e degradados e outras gentes e foy-se caminho de Leirya, dizendo que queria ir a Lixboa em romaria a San Vicente. E el rey, que estava então em Santarem, quando soube que ele ya pera la e que levava consyguo aqueles omiziados, dise que, pois ho iffante ya tão perto dele com aquelas gentes, que mais ya à maneira de almogavaria que de romaria, [...]¹³⁷

Conforme a narrativa apresentada, o rei não aceitou a motivação dada pelo infante para tal deslocamento, no que talvez tivesse razão, tendo em vista que na sequência do relato são referidos diversos embates entre as forças que apoiavam Dinis e Afonso IV.

Por outro lado, não é possível descartar integralmente a devoção do infante pelo santo protetor de Lisboa. No já citado estudo de Carla Varela Fernandes são apontados como motivos para Afonso IV querer aí se sepultar: a transformação da capela em um lugar de memória do seu sucesso na batalha do Salado ao lado do monarca castelhano contra os muçulmanos e a proximidade com as relíquias de São Vicente.¹³⁸ Este rei tinha a intenção de que seus descendentes ficassem junto de si na catedral lisboeta, o que acabou não ocorrendo. Mas pela conjunção dos projetos de perpetuação da memória pessoal e linhagística com a devoção ao santo sepultado na referida igreja o monarca moveu mais para sul os sepultamentos régios, sendo o primeiro rei português a ter sua última morada em Lisboa. Destarte, ainda que o motivo alegado para sua movimentação para o sul durante o período em que a divergência com seu pai atingia níveis críticos possa ser questionado, a relação de Afonso IV com São Vicente parece ter algo de verdadeira e certa profundidade. De outro modo poderia ter escolhido para sua sepultura algum mosteiro, como todos os seus antecessores cujos túmulos estavam em Portugal.¹³⁹

Tendo visto esta diversidade de movimentos, fica evidente que, apesar de nem a cidade nem a Sé de Lisboa saírem do lugar, estão ambas inseridas numa vasta rede de mobilidades que – para o período foco das análises, mas não só –

¹³⁷ *Crónica de Portugal de 1419*. Op. cit. p. 207.

¹³⁸ FERNANDES, Carla Varela. D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória. *Arqueologia & História*, Lisboa, n. 58/59, p. 143-166, 2006/2007.

¹³⁹ Apenas Sancho II, deposto, foi sepultado numa catedral, em Toledo, no seu exílio após o afastamento do trono.

encontra forte meio para se concretizar na via marítima. Com relação especificamente à Sé, consideramos que a Catedral seria um ponto de convergência das expectativas e experiências de diferentes atores. Pois bem, para que esse encontro ocorra é preciso que haja uma movimentação em direção ao templo, que, a partir da análise realizada acima, podemos dizer, exerce uma força centrípeta sobre diversas pessoas de diferentes extratos sociais, do mais simples camponês que desejasse lá ir venerar um santo milagreiro, até o rei que, por sua condição, podia pretender estar eternamente próximo do mesmo santo, ainda que como vimos com Santo Agostinho na introdução a eternidade não nos seja possível¹⁴⁰. As mobilidades que se direcionavam à Sé, portanto, eram de caráter religioso, mas não só. É preciso lembrar dos trabalhadores que para aí afluíam em busca de atividades que pudessem lhe garantir o sustento, bem como as articulações ou pretextos pelos quais a Sé era inserida nas disputas políticas do reino. A respeito deste último aspecto, proporemos uma discussão mais detida no capítulo seguinte. Antes, porém, cabe definir o que entendemos por lugar a partir do que foi visto até aqui.

2.4 O QUE ENTENDEMOS POR LUGAR¹⁴¹

Para nosso entendimento de *lugar* foram importantes a leitura de um arquiteto e um geógrafo, estudiosos que se deparam constantemente com o problema do espaço, essencial para a existência do lugar. O arquiteto, Bruno Zevi, nos apresentou a constatação de que o diferencial da arquitetura em relação às outras formas artísticas é a possibilidade de a atividade humana ocorrer em seu interior, sendo essa atividade condicionada, ou direcionada, pelas formas arquitetônicas utilizadas nas construções, sejam elas um pequeno edifício ou mesmo uma cidade inteira.¹⁴² Chama a atenção que esse caráter utilitário é justamente o critério utilizado por Hegel para classificar a arquitetura como arte menos importante em relação à pintura, à música e à escultura.¹⁴³ Já o geógrafo, Yi-

¹⁴⁰ AGOSTINHO. *Confissões*. Op. cit.

¹⁴¹ As considerações feitas aqui também integram reflexão presente em FUNKE, Willian. Entre a mobilidade e o imóvel: movimentos em torno da Sé de Lisboa. Op. cit., especialmente 263-265.

¹⁴² ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. Op cit.

¹⁴³ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A arquitetura*. Oliver Tolle (Trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Fu Tuan, nos informou como a atividade humana pode se tornar experiência e esta contribuir para o estabelecimento do lugar.¹⁴⁴

Tanto Zevi como Tuan destacam a importância que o espaço construído tem na definição da experiência. O geógrafo chega a definir os sentidos com mais importância na experiência espacial – a visão e o tato, ao lado da movimentação pelo espaço – mas também atribui relevo aos demais sentidos, como audição, olfato e mesmo o paladar.¹⁴⁵ A igreja gótica, e a esse respeito é possível falar o mesmo da românica, possibilita ao fiel uma experiência “multimídia”, nas palavras de Michael Camille.¹⁴⁶ Sobretudo nos momentos de culto, vitrais e velas produziram efeitos visuais sobre as paredes provavelmente pintadas ou cobertas por tapeçarias, a música ocuparia o espaço favorecida pela acústica dos templos, os incensos alterariam o odor e os movimentos rituais permitiriam uma interação com o espaço.

Como vimos acima, no entanto, a Sé de Lisboa e seu entorno também comportavam outros usos que não o exclusivamente religioso. A área teve durante longo período um importante papel comercial e político o que pode ter contribuído para a construção de outro tipo de sentimento dos habitantes pela sua igreja maior, o que Tuan chama de familiaridade. Essa forma de aproximação não demanda grandes acontecimentos ou comemorações, forja-se no cotidiano, relacionando-se a pequenos aspectos do espaço tornado íntimo.¹⁴⁷

Contribui ainda para a formação do lugar o tempo. É no tempo, onde tudo é instável, recuperando mais uma vez Santo Agostinho, que se desenrola a experiência. O lugar pode ainda servir como objeto que materialize determinado tempo,¹⁴⁸ como quis fazer D. Afonso IV ao projetar para a Sé a função de lugar de memória de seus feitos e de sua dinastia.

A Sé de Lisboa, portanto, é um lugar na medida em que participa e define a experiência de diversos atores em diferentes períodos. No recorte que nos interessa, reis, nobres, ricos comerciantes, camponeses e trabalhadores urbanos, religiosos e leigos se aproximaram da catedral com diferentes expectativas e a experienciaram de modos diversos. Para responder a questão proposta no título do trabalho, porém,

¹⁴⁴ TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Livia de Oliveira (Trad.). Londrina: Edel. 2013.

¹⁴⁵ Idem. p. 21-23.

¹⁴⁶ CAMILLE, Michael. *Gothic art. Visions and Revelations of the Medieval World*. Londres: Calmann and King Ltd, 1996. Sobre essa questão da experiência nos templos românicos RAMALLO, German. *Saber ver a arte românica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

¹⁴⁷ TUAN, Yi-Fu. Op cit. p. 167-181.

¹⁴⁸ Idem. p. 219-241.

precisamos ir além da constatação de que a Sé seja um lugar. Tentaremos a seguir compreender as razões que podem ter levado os principais promotores das obras dos anexos góticos a idealizarem e financiarem estes empreendimentos, tendo como ponto de partida os documentos que primeiro vêm à nossa mente quando pensamos na morte ou em sepultamentos, um dos principais usos dado a catedral de Lisboa no período que temos analisado: os testamentos. Neles tentaremos ler indícios que liguem o contexto com a edificação dos anexos góticos.

3 APROXIMAÇÕES DE DIFERENTES GRUPOS COM A SÉ DE LISBOA

Como tivemos oportunidade de ver no capítulo anterior, um dos principais usos da catedral lisboeta no período em que centramos nossa reflexão, e não só, foi o cemiterial. O rei português D. Pedro I (1320 – 1367, rei desde 1357), filho de D. Afonso IV e neto de D. Dinis, registra como uma das razões para a redação de seu testamento que “nenhuma couza he mais certa que a morte, a qual he natural, e geral a todos os homens, asy Reys, Princepes, e poderozos, como aos no poderozos, e a ora desso morte no he certa, quando há de ser [...]”.¹⁴⁹ Por mais que seja inevitável concordar que todos os seres humanos, independente do que tenham feito em vida, passam pela experiência da morte, é do mesmo modo evidente que as relações com a morte, as condições em que se dão a passagem, o destino do corpo físico e outras consequências deste acontecimento variam conforme a situação, o estatuto social, o grupo de origem, as condições materiais e crenças da pessoa que vem a falecer.

A Sé de Lisboa serve de última morada para pessoas de origens sociais muito diferentes, durante muito tempo. Como exemplo podemos pensar na sepultura do rei D. Afonso IV, falecido em 1357, e de moradores de Lisboa, sepultados sob a proteção de irmandades e confrarias no século XVII – algumas vezes como cumprimento de disposições testamentárias¹⁵⁰ – que de outro modo talvez tivessem dificuldade de financiar um sepultamento e missas pelo bem de suas almas.

Infelizmente não nos é possível acessar e conhecer a história de todas as pessoas enterradas na Catedral. Por outro lado, podemos entrever comportamentos com relação à morte que são operacionais no entendimento de relações de diferentes grupos e indivíduos com a Sé de Lisboa. Em alguns casos é ainda possível aprofundar os questionamentos, por termos documentos que aumentam a gama de respostas potenciais. Nos capítulos anteriores descrevemos a Sé de Lisboa, refletimos como a construção atravessou os séculos e chegou aos nossos

¹⁴⁹ *Testamento de D. Pedro I*. ed. SOUZA, D. António Caetano. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I-I, Atlântida-Livraria Editora, Lda, Coimbra, 1946. p. 407-410. Apud. MOTA, António Brochado da. *Testamentos Régios – Primeira Dinastia (1109-1383)*. 222f. Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa 2011. p. 213-215.

¹⁵⁰ Exemplo do Cônego João Falcão de Souza, que no século XVII teria instituído vinte túmulos para pobres desamparados. Cfe. FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. *O espólio artístico das Capelas da Sé de Lisboa, abordagem cripto-histórica*. 216f. Dissertação (Mestrado em Arte, Patrimônio e Restauro) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000. p. 43-44.

dias, questionamos qual o espaço ocupado pelo edifício na cidade e o que seria esta cidade no período que analisamos, bem como os usos da igreja e de seu entorno. No presente capítulo pretendemos analisar as condições que permitiram e contribuíram para que se realizassem as construções dos anexos góticos da Sé de Lisboa, bem como a aproximação de diferentes grupos ao referido templo.

Nossa reflexão terá como ponto de partida o que ficou registrado em testamentos de personagens até aqui bastante referidas, que tiveram importantes atuações nas obras góticas da Sé: os reis D. Dinis e D Afonso IV e o comerciante Bartolomeu Joanes. Há características bem específicas em cada um dos documentos, refletindo o caráter pessoal deste tipo de registro. Mas existem também fórmulas ou indicações que nos ajudam a compreender fenômenos mais amplos que se passavam em Portugal e na Cristandade Latina.

A escolha deste conjunto de documentos justifica-se não somente pela importância cemiterial do templo analisado, mas também pela relevância que os testamentos apresentam neste período. Conforme Philippe Ariès, em *O homem diante da morte*:

Quando reapareceu no uso corrente no século XII, o testamento deixou de ser o que era na Antiguidade romana e o que voltará a ser no final do século XVIII: apenas um ato de direito privado destinado a regulamentar a transmissão dos bens. Era em primeiro lugar um ato religioso, imposto pela igreja, mesmo aos mais desprovidos.¹⁵¹

Assim, por mais que vejamos nestes testamentos, mesmo os dos reis, questões que poderíamos dizer particulares, elas ultrapassam a simples sucessão de bens, integrando um movimento mais amplo que inclui alterações no entendimento da morte e da vida.

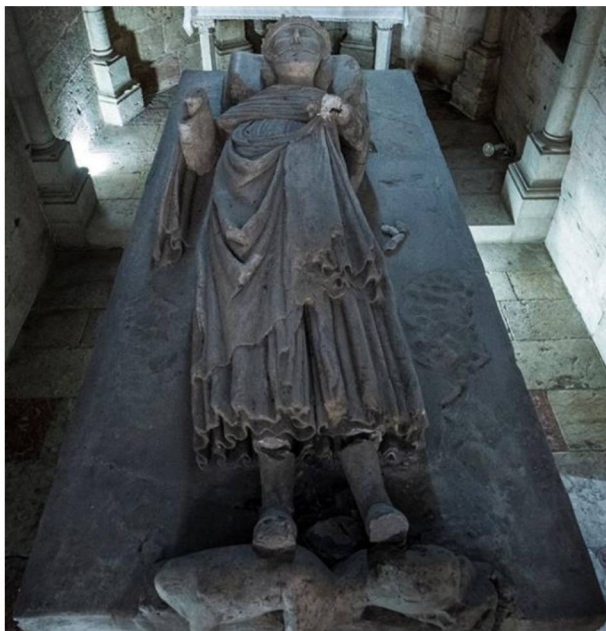
Não trataremos de forma individualizada cada um dos testamentos, mas buscaremos os elementos que podem nos ajudar a responder à problemática proposta. A bibliografia e outros documentos também serão escalados para contribuir com nossa análise na medida em que os assuntos forem sendo desenvolvidos. O primeiro tópico versará sobre o local indicado por cada um dos testadores para sua sepultura, tendo atenção aos possíveis motivos e condições para estas escolhas.

¹⁵¹ ARIÈS. Philippe. *O homem diante da morte*. Luiza Ribeiro (Trad.). Rio de Janeiro: F. Alves, 1981. p. 200-201.

3.1 LOCAL DA SEPULTURA

Logo após a apresentação do testador, da invocação dos protetores e, no caso de D. Dinis e Bartolomeu Joanes, da devolução da alma a Deus, se inscreve o local em que cada um desejava ter sepultura. De D. Dinis nos alcançaram três testamentos, escritos em momentos distintos de sua vida em 1299¹⁵², 1322¹⁵³ e no último dia de 1324¹⁵⁴. No primeiro deles este monarca indica querer ser inumado no mosteiro de Alcobaça – onde também seria sepultada sua esposa, a rainha D. Isabel – dando continuidade às escolhas de seu pai e avô¹⁵⁵.

FIGURA 26 – TÚMULO DE D. DINIS EM SÃO DINIS DE ODIVELAS



FONTE: Notícia – *D. Dinis, um túmulo escondido à espera de dignidade.*¹⁵⁶

¹⁵² *Primeiro testamento de D. Dinis.* ed. BRANDÃO, Fr. Francisco. *Monarquia Lusitana*-Apêndice da Quinta Parte, Vol. V, Escritura XXXIV, I.N.C.M., Lisboa, 1976. p. 329-331. Apud. MOTA, António Brochado da. *Op. cit.* p. 195-197.

¹⁵³ *Segundo testamento de D. Dinis.* ed. SOUSA, D. António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I-I, Atlântida-Livraria Editora, Lda, Coimbra, 1946. p. 125-132. Apud. MOTA, António Brochado da. *Op. cit.* 198-202.

¹⁵⁴ *Terceiro testamento de D. Dinis.* BRANDÃO, Fr. Francisco. *Monarquia Lusitana*, Vol. VI, I.N.C.M. Lisboa, 1980. p. 582-589. Apud. MOTA, António Brochado da. *Op. cit.* 203-208.

¹⁵⁵ O tio de D. Dinis, o rei D. Sancho II – deposto do cargo pelo Papa – também expressou em testamento o desejo de ter a última morada no Mosteiro de Alcobaça. Cfe. *Segundo testamento de D. Sancho II.* ed. SOUSA, D. António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I-I, Atlântida-Livraria Editora, Lda, Coimbra, 1946. p. 63-64. Apud. MOTA, António Brochado da. *Op. cit.* p. 191. Este monarca, no entanto, acabou sepultado na catedral de Toledo, cidade em que faleceu. Cfe. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. *D. Afonso IV.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2009. p. 314.

¹⁵⁶ MARTINS, Andreia (texto) e PINA, Pedro A. (fotografias). *D. Dinis, um túmulo escondido à espera de dignidade.* **RTP Notícias.** 08 de março de 2016. Seção País. Disponível em:

Nos documentos seguintes este rei altera o local em que desejava ter seu corpo depositado. Ele elege para tal fim o mosteiro de São Dinis de Odivelas, onde até hoje subsiste seu túmulo, ainda que bastante deteriorado pelo tempo. D. Dinis também deixa de mencionar a sepultura da Rainha Isabel, sua esposa, que lhe sobreviveria e viria a repousar no mosteiro de Santa Clara de Coimbra.

O comerciante lisboeta Bartolomeu Joanes se fez sepultar no espaço da Sé de Lisboa por ele patrocinado. Na edição do testamento a que tivemos acesso¹⁵⁷ não há datação, o que segundo o editor se deveria à incompletude da cópia utilizada como base. Ana Paula Figueiredo, partindo de outra edição, apresenta a data de 24 de novembro de 1324, que chama a atenção pela proximidade com a redação do último testamento do rei D. Dinis. Para expressar seu desejo quanto ao local da sepultura faz uso das seguintes palavras: “Primeiramente mando deitar e subterrar meu corpo na Igreja Catedral de Lisboa, na Capela que eu aí mando fazer, no lugar que ali o Cabido me assinou, à qual igreja, deixo, com meu corpo, duzentas libras¹⁵⁸.” O túmulo dele ainda se encontra na referida Capela (Figura 16).

Do filho de D. Dinis, D. Afonso IV, nos alcançou um testamento, redigido em 1345.¹⁵⁹ O local que este monarca escolhe para ter como última morada é justamente a Sé de Lisboa, como já tivemos a oportunidade de mencionar. Ele não apenas escolhe a catedral, como prepara um lugar especial:

Porem D. Affonso IV. pella graça de Deus Rey de Portugal, e do Algarve, a honra, e louvor de Deus, e da Virgem Gloriosa Santa Maria sa Madre, e do Martre S. Vicente fosse edificada por minhas próprias despesas na Igreja Cathedral de Lisboa û o Corpo do Benaventurado S. Vicente já, a ouvia principal da dita Igreja com outras Cappellas darredor, a qual ouvia eu hey por minha Cappella, e em esta Cappella escolhas e por devação minha sepultura [...]¹⁶⁰

Este monarca refere expressamente no testamento que a esposa, a rainha D. Beatriz, decidiu ser sepultada na mesma capela que ele. As arcas funerárias dos

<https://www.rtp.pt/noticias/pais/d-dinis-um-tumulo-escondido-a-espera-de-dignidade_es901665>.

Acesso em: 25/03/2019.

¹⁵⁷ *Testamento de Bartolomeu Joanes*. TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e. *A heráldica medieval na Sé de Lisboa*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita. Lisboa, 1984. p. 40-56.

¹⁵⁸ Idem. p. 40.

¹⁵⁹ *Testamento de D. Afonso IV*. ed. SOUSA, D. António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I-I, Atlântida-Livraria Editora, Lda, Coimbra, 1946. p. 335-341. Apud. MOTA, António Brochado da. *Op. cit.* p. 209-212.

¹⁶⁰ Idem.

dois que hoje se encontram na Sé não são as do século XIV, mas de período posterior ao terremoto de 1755.

Um indivíduo do qual não acessamos o testamento, mas que também se encontra sepultado na Sé de Lisboa, em lugar de destaque, é o nobre Lopo Fernandes Pacheco. Além dos túmulos muito bem conservados dele e de sua esposa, subsiste na parede da capela em que estão os monumentos uma placa com a seguinte inscrição:

Aqui jaz Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira e mordomo-mor do infante Dom Pedro e chanceler da rainha Dona Beatriz, o qual foi mercê e feitura d'el-rei Dom Afonso o Quarto, e foi com ele na lide que houve com el-rei de Granada, onde este rei foi fazer ajuda a el-rei Dom Afonso de Castela quando el-rei de Benemerim jazia sobre Tarifa na era de mil e CCC e LXX e VIII anos [ano de Cristo de 1340]. Ao qual Lopo Fernandes Pacheco foi em Avinhão dada com grande honra pelo papa Benedito uma rosa d'ouro que ele com grande honra pôs em sé tanto que de lá chegou. O qual foi casado com Dona Maria, filha d'el-rei Dom Sancho de Castela. E foi enterrado em este moimento XX e nove dias de Dezembro da era de mil CCC e LXXX e sete anos [ano de Cristo de 1349].¹⁶¹

Dos quatro sujeitos cujo local de sepultura ora nos interessa, três tiveram última morada na Sé de Lisboa. Começemos a análise por aquele que está em outro edifício. D. Dinis reinou em Portugal durante um longo período, entre 1279 e 1325, de modo que não se estranha a diversidade de situações pelas quais tenham passado o rei e o reino ao longo destes anos. D. Dinis ascendeu ao trono com 17 anos, sucedendo seu pai, Afonso III, que por sua vez tornou-se rei em decorrência da deposição do irmão, Sancho II. Nos meses entre a deposição e a morte de Sancho, Afonso III manteve a posição de regente de Portugal, sendo coroado apenas após a morte do irmão que não deixara filhos.

Entre as razões alegadas para a deposição de Sancho II estava a sua debilidade na aplicação da justiça, conceito que ia além do nosso entendimento atual do termo, referindo a manutenção da ordem social no reino de forma ampla.¹⁶² Para responder a essa demanda, bem como para apaziguar o reino após o conflito que se seguiu à deposição de seu irmão pelo Papa Inocêncio IV, Afonso III tomou medidas no sentido de evitar abusos, tanto por parte de nobres e eclesiásticos como de funcionários régios, e buscou organizar a administração régia. Esta ação se

¹⁶¹ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. *D. Afonso IV*. Temas e Debates: Lisboa, 2009. p. 140-141.

¹⁶² MATTOSO, José. Dois Séculos de Vicissitudes Políticas. *História de Portugal*, Vol. II – A Monarquia Feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 113.

apresentava necessária para conter a crise social que contribuía para o aumento da instabilidade no reino, mas encontrou resistência, sobretudo do clero que via a ação régia como cerceadora de seus privilégios e imunidades. Essa oposição acabou levando à excomunhão do rei e ao interdito do reino.¹⁶³

Afonso III pediu perdão pelas atitudes contra o clero e fez generosas doações à Igreja antes da morte, pelo que pode ter um funeral litúrgico e ser sepultado no mosteiro de Alcobaça, como expressara ser sua vontade em testamento. Apesar dos problemas que teve com o clero na parte final do reinado, Afonso III deixou ao sucessor um reino mais organizado do que recebera de seu irmão, possibilitando a D. Dinis dar continuidade à política de contenção de abusos por parte de nobres e religiosos e de centralização administrativa e, sobretudo, jurídica. Com relação ao local em que o pai de Dinis decidiu ser sepultado, ao escolher o Mosteiro de Alcobaça, o rei se aproximou de seu genitor, Afonso II, primeiro monarca português aí inumado, destacando a continuidade da linhagem apesar de não ter recebido o trono diretamente de seu pai.

Um dos biógrafos de D. Dinis, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, ao falar da economia, povoamento e defesa nos primeiros anos do reinado dionisino afirma que este deu continuidade a ações de seu pai, aprofundando-as, mas também teria sido inovador¹⁶⁴. Olhemos para as referidas escolhas de D. Dinis para sua inumação tendo em mente esta observação de Pizarro. No primeiro dos testamentos, redigido em 1299, antes de ir fazer cerco ao seu irmão em Portalegre¹⁶⁵, este rei pretendia estar próximo de seu pai e avô, em Alcobaça. Os conflitos entre D. Dinis e o irmão, o infante D. Afonso, são representativos das tentativas de contenção do poder senhorial por parte do rei e da resistência que a nobreza teve contra essa política. Os enfrentamentos de 1299 já não eram os primeiros e, como indica Carlos Zlatic, é possível que fosse esperada uma difícil resolução, tanto que o rei redigira o testamento antes da partida.

Voltando ao local proposto para a sepultura, em 1299 D. Dinis ainda não tinha patrocinado a construção do mosteiro de São Dinis em Odivelas e, além disso, ainda enfrentava fortes resistências da nobreza, de que os confrontos com o irmão

¹⁶³ FERNANDES, Fátima Regina. *Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III: direito material e direito processual*. Curitiba: Juruá, 2000. p. 23-34.

¹⁶⁴ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. p. 114.

¹⁶⁵ ZLATIC, Carlos Eduardo. *A condição política de Infante no reino português: D. Afonso, Senhor de Portalegre (1263-1312)*. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. p. 276-287.

são o principal exemplo nesse momento. Estar junto dos antecessores, talvez projetando a continuidade de um panteão, seria um elemento de reforço da autoridade da linhagem, demonstrando uma sequência e ligação entre os monarcas.

O que teria se alterado até 1322? D. Dinis redige o segundo testamento, agora no retorno de um confronto militar e dessa vez contra seu filho e herdeiro, o futuro Afonso IV. O rei vencera o filho e teria sofrido um ataque súbito¹⁶⁶. Neste e no testamento seguinte indica como local de inumação o mosteiro de São Dinis, em Odivelas. Ainda que as revoltas do filho de D. Dinis possam ser lidas como mais um capítulo das disputas entre o rei e a nobreza, em 1322 e 1324 o monarca reinante, vendo a proximidade da morte, provavelmente entendeu-se vencedor das contendas, pois mesmo cedendo em vários aspectos das demandas de seu sucessor, o cerne da questão – a aplicação da justiça – se manteve como considerava adequado: centralizada nas mãos do rei.

Por certo que a escolha pelo mosteiro de Odivelas envolveu elementos de ordem cultural, pessoal, espiritual, mas consideramos que o entendimento de ter sido um rei com muitos sucessos, em um período longo de governação, fez que D. Dinis julgasse conveniente ter um espaço de memória de seu reinado de forma individual, lembrando que não menciona nem mesmo a companhia da esposa, rainha D. Isabel, o que nos parece indicar que não fosse intenção tornar o mosteiro um panteão.

Passemos agora ao exemplo contemporâneo de D. Dinis. Da escolha de Bartolomeu Joanes destacamos dois pontos. O primeiro é que o local ocupado pela sua capela funerária na Sé de Lisboa não foi determinado por ele, mas apontado pelo cabido, o que já tivemos oportunidade de desenvolver no capítulo anterior. O segundo ponto diz respeito às opções dadas aos testamenteiros caso o cabido da Sé mudasse de opinião e não mais permitisse o seu sepultamento na catedral, ou restringisse alguma das vontades expressas no testamento relacionadas à Capela, a saber a realização de celebrações por capelães contratados com recursos da capela e a supervisão das atividades destes capelães por parte dos dignitários do cabido da Sé olissiponense. Bartolomeu aponta a igreja de São Mamede como destino de seu corpo, bem como das doações que deveriam acompanhá-lo. Caso a inumação também não pudesse ocorrer neste templo, o comerciante indica que se realize em

¹⁶⁶ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. p. 257.

qualquer igreja que o aceitasse.¹⁶⁷ Neste aspecto o testamento de Joanes demonstra a minúcia e o detalhamento que o caracterizam, deixando explícitas opções e a possibilidade de uma das disposições ser frustrada. É possível que essa cautela decorra da profissão exercida pelo testador, a qual depende de planejamento, possibilidade de previsão e antecipação de problemas. Esta última característica demandada aos comerciantes levou, por exemplo, ao desenvolvimento do seguro, primeiramente idealizado para responder a perdas de cargas ou navios que transportavam mercadorias.¹⁶⁸ Aqui podemos entrever a relação de um comportamento prático e profissional com as disposições sobre qual o melhor destino no pós morte. Para efeito de comparação, nenhum dos reis portugueses da primeira dinastia aponta uma segunda opção de local para seu sepultamento, mesmo Sancho II, que morreu no exílio e veio a repousar em Toledo apesar de pretender ser sepultado em Alcobaça.

O rei Afonso IV, como sabemos, também elegeu a Sé de Lisboa como local para seu túmulo. Assim como os demais reis de sua dinastia, ele não previu em testamento a possibilidade de esta vontade não ser realizada e, do mesmo modo que o comerciante Bartolomeu Joanes, financiou a construção – no caso a reconstrução – de um espaço que servisse para o cumprimento de suas disposições testamentárias: a cabeceira da igreja, em especial a capela-mor.

No capítulo anterior indicamos possíveis razões para esta escolha por parte do rei, tendo chegado o momento de aprofundar a reflexão sobre esta questão. Uma chave de leitura que usamos até aqui para interpretar as escolhas régias para suas sepulturas foi a da intenção de ligação aos antecessores ou de afastamento e originalidade em relação a eles. Neste sentido entendemos que Sancho II e Afonso III, cada um com seus motivos, buscavam uma aproximação com o pai, Afonso II, ao pretenderem ter tumulação em Alcobaça. D. Dinis, por outro lado, em seus testamentos mais tardios elege Odivelas como endereço de sua sepultura, dando preferência, conforme nossa leitura, a uma memória individualizada de seu reinado. Seu filho, Afonso IV, vai na mesma direção, não causando estranheza, portanto, o fato de não desejar ser inumado em um local onde já repousasse um antepassado, tendo em vista não se tratar de ineditismo.

¹⁶⁷ *Testamento Bartolomeu Joanes*. Op. cit. p. 47.

¹⁶⁸ WOLF, Philippe. *Outono da Idade Média ou primavera dos Tempos Modernos?* São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 117-119.

Por mais que não seja novidade, no caso de Afonso IV, outros elementos podem ajudar a explicar esta escolha de afastamento em relação ao pai. José Mattoso e outros autores que acompanham sua interpretação¹⁶⁹ apresentam como uma das principais causas da guerra civil travada nos últimos anos do reinado dionisino a divisão entre a alta nobreza que possibilitou aos descontentes com a política de controle do poder senhorial encontrarem aliados entre membros de linhagens importantes. Esta interpretação, portanto, veio somar os conflitos do rei com os senhores ao desentendimento familiar referido como principal motivo dos embates em algumas fontes. Afonso IV não concordaria com o tratamento dispensado aos irmãos bastardos pelo pai, conforme enumera a *Crónica de 1419*:

Tres razões achamos certamente que moverom ho iffante dom Afonso a ser desobediente a seu padre, segundo vereis ao diante, e nêhũa delas porem não he razoada: a primeira, grande bem que el rey dom Denis queria a Afonso Samches e ao conde dom Pedro, seus filhos naturaes; e a segunda, gram cobyça e desordenada de cobrar os tisouros que el rey seu padre tinha; a terceira, querendo em toda guisa que el rey tirase de sy a justiça e a dese a ele pera livremente poder usar dela. [...] mormente que ho bõ desejo que el rey a eles mostrava nom embargava d ele fazer ao iffante todolas cousas que padre devia fazer ao filho que muito amasse. Mas, porque ho amor e o senhorio, querendo sempre ser sos, sam cheos ameude de grande sospeita, porem a benquerença que el rey amostrava aos outros seus filhos jerava no vontade do iffante duvidosa temção que el rey o não amava como devya.¹⁷⁰

Mattoso entende que a intenção do infante passar a controlar a justiça pode ter relação com a insatisfação da nobreza que o apoiava, a qual estaria descontente com a condução do reino efetuada por D. Dinis. No relato cronístico se destaca entre as razões justamente o que poderíamos classificar como ciúme de D. Afonso em relação a seus irmãos bastardos. Bernardo Vasconcelos inclusive chama atenção para o fato de Afonso IV ser o único monarca da primeira dinastia do qual não se conhecem filhos bastardos, o que poderia ser um cuidado decorrente dos conflitos que teve com o pai.¹⁷¹ Assim, acreditamos que, não obstante a inclusão em contexto de confrontação mais amplo, a relação pouco amistosa entre Dinis e Afonso pode ser um dos elementos que explique o afastamento da sepultura do filho em relação ao genitor e demais antecessores. Quando tratarmos do outro sepultamento

¹⁶⁹ MATTOSO, José. Dois Séculos de Vicissitudes Políticas – A guerra civil de 1319-1324. *História de Portugal*, Vol. II. Op. cit. p. 139-140. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *D. Dinis*. Op. cit. p. 229-235 e 243-257. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. *D. Afonso IV*. Op. cit. p. 65-75.

¹⁷⁰ *Crónica de Portugal de 1419*. CALADO, Adelino de Almeida (ed.). Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998. p. 193-194.

¹⁷¹ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. *D. Afonso IV*. Op. cit. p. 302.

enunciado no início desta sessão voltaremos à relação entre rei e nobreza. Por hora retornemos o foco para o túmulo do filho de D. Dinis.

Se Afonso IV afastou sua sepultura da de seu pai, aproximou-a de outros elementos. Este rei estabeleceu uma forte ligação com a Sé de Lisboa, em especial com São Vicente e de maneira indireta com Afonso Henriques. Com relação ao santo, o próprio monarca evidencia em seu testamento que elegeu a Sé para sua sepultura por devoção ao mártir cujas relíquias estavam aí preservadas. As obras patrocinadas pelo monarca na cabeceira da Sé, além de servirem para dar-lhe uma sepultura, também visariam incentivar o culto e a peregrinação às relíquias do santo.

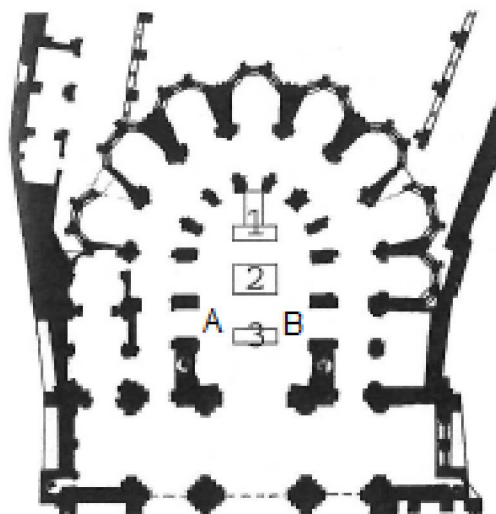
Não é possível ter certeza do planeamento da disposição dos elementos na capela-mor afonsina, uma vez que além das remodelações recentes, há notícias de reparos já no reinado de D. João I em decorrência de estragos causados por um raio que teria atingido justamente esta parte do templo.¹⁷² Apesar destas dificuldades, Eduardo Carrero Santamaria faz uma projeção tendo como base a possível topografia litúrgica que se estabeleceria com as obras do século XIV.¹⁷³ O autor defende que a capela abrigaria dois focos de culto, o altar principal – dedicado à Santa Maria e identificado com o número 3 na imagem abaixo (Figura 27) – e o de São Vicente – que conteria as relíquias do mártir e está indicado pelo número 1. Os túmulos de Afonso IV e D. Beatriz estariam posicionados entre os dois focos (número 2) para que pudessem ser beneficiados da proximidade com o relicário do santo. Carla Varela Fernandes nos apresenta uma proposta baseada em descrições realizadas antes do terremoto de 1755, que podem referir as posições estabelecidas após as obras do reinado de D. João I. Os túmulos reais estariam sob o arco apontado do segundo tramo da capela, do lado do evangelho (posição A), sendo separados do deambulatório por grades de madeira e prata. No lado da epístola (posição B), com a mesma solução, estariam as relíquias de São Vicente e o túmulo do primeiro bispo de Lisboa, D. Gilberto.¹⁷⁴

¹⁷² SILVÉRIO, Sofia Alexandra Domingues. *Arqueologia da Arquitetura* – Contributo para o estudo da Sé de Lisboa. 163f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014. p. 27.

¹⁷³ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo. *La catedral, el santo y el rey*. Op. cit.

¹⁷⁴ FERNANDES, Carla Varela. D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória. *Arqueologia & História*, Lisboa, n. 58/59, p. 143-166, 2006/2007.

FIGURA 27 – DISPOSIÇÃO DE TÚMULOS E ALTARES NA CAPELA-MOR DA SÉ DE LISBOA



FONTE: Modificada de Eduardo Carrero Santamaría¹⁷⁵

Em qualquer um dos esquemas de disposição, evidencia-se a efetivação da proximidade da sepultura de Afonso IV e do relicário vicentino, apontando para um sepultamento *ad sanctus* na categorização de Philippe Ariès, quebrando uma sequência dos reis portugueses que, aparentemente, preferiam ser sepultados *apud ecclesiam*. Esta opção, ainda que com objetivos políticos, não escapou ao campo devocional. São Vicente era o protetor de Lisboa, cidade em que o rei passara a maior parte do reinado e que, como já referido, era chave para o controle do reino, sendo ainda uma das principais fontes de rendimentos da coroa. O culto vicentino era bastante ligado à família real, não apenas a partir do reinado de Afonso IV, mas desde que Afonso Henriques empreendeu esforços para recuperar as relíquias que estariam em territórios muçulmanos no sul da Península Ibérica. Cabe lembrar que mesmo antes da presença física, o mártir já estava presente em Lisboa dando nome ao mosteiro originado do cemitério de mesma invocação criado durante o cerco da cidade quando da conquista aos muçulmanos de 1147, comandada justamente por Afonso Henriques. Assim, entendemos que além de ter uma devoção sincera pelo santo em questão, ao se aproximar dele Afonso IV ligaria sua imagem à de seu homônimo, fundador da dinastia e de Portugal enquanto reino autônomo. Uma ligação natural, por se tratar de uma descendência direta, mas que enquanto projeto,

¹⁷⁵ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo. La catedral, el santo y el rey. Alfonso IV de Portugal, san Vicente mártir y la capilla mayor de la sé de Lisboa. In: ESPAÑOL, Francesca; FITÉ, Francesc (Ed.) *Hagiografía peninsular en els segles medievals*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2008. p. 73-92.

poderia querer representar uma volta ao passado mítico, idealmente melhor que o passado mais recente, do qual se conheciam as vicissitudes.

Uma das características deste passado personificado em Afonso Henriques seria justamente a luta contra os muçulmanos, da qual Afonso IV também se pretendia continuador, sendo a batalha do Salado o seu grande momento neste quesito. Este embate ocorrido em 1340 opôs forças cristãs e muçulmanas. Os islâmicos comandados pelo sultão de Fez e Marrocos, Abû-l-Hasan'Alî, e pelo emir de Granada, Yûsuf I, pretendiam recuperar os territórios então sob domínio cristão, o que provocou a reação de Afonso XI de Castela, o qual contou com o apoio dos monarcas de Aragão e de Portugal. O primeiro enviou uma frota de 12 galés e o segundo, além do apoio naval, esteve presente às batalhas junto a homens de seu reino. Os relatos cristãos do confronto apresentam superioridade numérica dos muçulmanos, que teria sido superada pelas habilidades e pela fé dos seguidores de Cristo. Após a vitória por parte de castelhanos, portugueses e aragoneses, foi feita a divisão dos despojos deixados para trás pelo adversário em fuga. O monarca luso teria recusado os bens com valor material, preferindo aqueles representativos da vitória, quais sejam bandeiras capturadas durante a luta, um instrumento identificado como buzina ou trombeta e um refém, Abohamo, sobrinho do sultão Hasan'Alî.¹⁷⁶

Se por um lado abriu mão das vantagens materiais, Afonso IV não deixou de aproveitar a oportunidade de recolher elementos que contribuíssem para a construção de uma imagem de rei guerreiro e cristão. Os objetos trazidos da batalha do Salado seriam posicionados junto ao seu túmulo na Sé de Lisboa, projetando a perpetuação da união da sua memória com a da vitória sobre os considerados infiéis. Concretiza tal projeto na principal igreja da cidade mais importante do reino – cuja construção inicial fora impulsionada por Afonso Henriques justamente após umas das mais relevantes conquistas portuguesas sobre muçulmanos – e que ainda continha as relíquias do santo que abençoara tal conquista, São Vicente.¹⁷⁷ Aliando-se esta situação à intenção do monarca em transformar a Sé de Lisboa em panteão régio, entendemos que além de buscar um vínculo com o passado, como referido há

¹⁷⁶ SOUSA, Bernardo Vasconcelos. *D. Afonso IV*. Op. cit. p. 259-270. FERNANDES, Fátima Regina, O poder do relato na Idade Média Portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes (Org.) *Por São Jorge! Por São Tiago!* batalhas e narrativas ibéricas medievais. Curitiba: Ed. UFPR, 2013. p. 87-120, especialmente 89-90. SOUSA, Armindo de. Realizações. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*, Vol. II. Op. cit. p. 405-409.

¹⁷⁷ FERNANDES, Carla Varela. *D. Afonso IV e a Sé de Lisboa*. Op. cit. CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo. *La catedral, el santo y el rey*. Op. cit.

pouco, Afonso IV pretendia também projetar seu sucesso e essa vinculação para o futuro, identificando previamente seus sucessores como fiéis e bravos.

A memória da batalha do Salado, porém, não se perpetuou na Sé de Lisboa apenas por iniciativa do rei. Um dos nobres mais próximos do monarca, Lopo Fernandes Pacheco, também escolheu como local de tumulação a Sé de Lisboa e fez questão de registrar sua ligação com Afonso IV e com a luta contra os muçulmanos, conforme a inscrição funerária transcrita no início deste tópico. Lopo Fernandes Pacheco era um nobre de atuação local, mas sua presença constante junto do filho de D. Dinis – provavelmente desde o período em que Afonso ainda era infante – e a confiança que conquistou junto a ele quando rei o projetaram à condição de Rico-Homem, a mais alta extração da nobreza portuguesa no período.¹⁷⁸

Como prometido anteriormente, retornemos agora a relação entre a nobreza e o rei. Conforme a bibliografia que usamos como base para o entendimento do contexto do período estudado, os reinados em questão se caracterizam por esforços de contenção do poder e dos abusos de senhores nobres e eclesiásticos, pretendendo concentrar sobretudo a justiça nas mãos dos reis e de seu corpo de funcionários, em processo de crescimento e aperfeiçoamento ao longo destes anos.¹⁷⁹ Durante o reinado de D. Dinis foram tomadas algumas medidas que possibilitaram efetivar esta intenção, como a realização de inquirições, as quais visavam confirmar se os benefícios e jurisdições que os nobres exerciam estavam ancorados em dotações régias ou em exercício não regulado, avançando sobre territórios e prerrogativas régias. Apesar de buscar compensar os senhores, limitando a acumulação de bens por instituições religiosas, por exemplo, D. Dinis sofreu forte oposição da nobreza contra suas medidas.

Os problemas de D. Dinis começaram logo no início de seu reinado, quando precisou enfrentar mais de uma vez o irmão, infante D. Afonso, tendo feito o primeiro dos testamentos antes de um destes confrontos. Os conflitos giravam em torno do controle que o rei tentava impor ao irmão, o qual pretendia manter a posição

¹⁷⁸ SOUSA, Bernardo Vasconcelos. *D. Afonso IV*. Op. cit. p. 140-146.

¹⁷⁹ MATTOSO, José. *História de Portugal*, Vol. II. Op. cit. p. 139-140. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *D. Dinis*. Op. cit. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. *D. Afonso IV*. Op. cit. ZLATIC, Carlos Eduardo. *A condição política de Infante no reino português...* Op. cit. Esse movimento de organização da administração régia é percebido no reinado de D. Afonso III, imediatamente anterior ao de D. Dinis, o que também é citado por Mattoso, mas especialmente em FERNANDES, Fátima Regina. *Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III: direito material e direito processual*. Curitiba: Juruá, 2000.

ocupada durante o reinado do pai, Afonso III. O primeiro dos embates foi motivado por o infante D. Afonso mandar construir uma muralha e uma torre em Vide, território que detinha. Esta ação, contudo, precisava da autorização régia. O rei teria admoestado o irmão a não empreender a obra, mas diante da continuidade dos trabalhos o enfrentamento tornou-se físico, com um cerco à povoação em questão que acabou com a vitória de D. Dinis. D. Afonso levantou-se outras duas vezes contra o irmão e saiu sempre derrotado, ainda que as derrotas não lhe tenham reduzido os territórios, lhe custaram prestígio e posição, enquanto para o rei, as vitórias ajudaram a sedimentar sua política ao demonstrar que nem mesmo o irmão escaparia ao seu controle.¹⁸⁰

Outro momento de forte contestação ganhou tração quando da morte de João Afonso de Albuquerque, que detinha o título de conde de Barcelos. A sucessão não ocorreu de maneira pacífica, sendo resolvida pelo rei no início de 1312, que legou o título para um dos genros do falecido, Martim Gil de Souza, alferes-mor, e a maior parte das propriedades para outro genro do conde, Afonso Sanches, filho bastardo do rei. Martim Gil não concordou com a decisão e se retirou para o reino de Castela, onde veio a falecer no mesmo ano. Este episódio parece ter sido decisivo na divisão da nobreza mais próxima de D. Dinis que foi se acentuando com uma série de situações. O grupo descontente com a política dionisina encontrou em seu filho um potencial vetor para expressão da insatisfação. Em 1319 Afonso IV exige que seu pai lhe entregue a justiça do reino e em torno deste problema tem início a Guerra Civil que, entre conflitos e acordos, se estende até 1324, tendo fim alguns meses antes da morte de D. Dinis.¹⁸¹

Se, como afirma José Mattoso, esse conflito pôs em causa a política centralizadora de D. Dinis e a real consolidação que alcançara, é fato que algumas medidas não teriam mais retorno e, ao contrário do que poderia imaginar a nobreza que apoiou o infante contra o pai, teve em Afonso IV um obstinado continuador. A título de exemplo, ele realizou um chamamento geral, ao qual deveriam responder todos os detentores de terras e jurisdições para que fossem confirmadas, podendo ser usadas como provas da legitimidade das mesmas os documentos que

¹⁸⁰ D. Dinis impôs ao irmão a troca dos territórios detidos na fronteira por outros que, apesar de maiores, eram descontínuos e localizados em regiões menos sensíveis. Sobre a trajetória do Infante D. Afonso e o que foi tratado neste parágrafo ZLATIC, Carlos Eduardo. *A condição política de infante no reino português...* Op. cit.

¹⁸¹ MATTOSO, José. *História de Portugal*, Vol. II. Op. cit. p. 139-140. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *D. Dinis*. Op. cit. p. 243-257.

comprovassem o início e sucessão do benefício ou as sentenças das inquirições de seu pai. Afonso IV também restringiu ainda mais a possibilidade de aplicação da justiça privada, proibindo a vindita e reduzindo a área que escapava da justiça régia, principalmente nos casos criminais.¹⁸² Esta política continuaria a encontrar oposição entre os nobres, que buscariam maneiras de manter e expandir seus privilégios, sendo por muitas vezes atendidos pelo rei em suas reivindicações, o que não punha em causa a autoridade régia, mas a reforçava como capaz de fazer tais concessões.¹⁸³

Não obstante os conflitos que opuseram os reis e nobres nos anos que analisamos, a proximidade do poder régio era buscada por membros da nobreza, sobretudo os que viam nela a principal maneira de ascensão de suas linhagens, a exemplo de Lopo Fernandes Pacheco, ao qual retornamos agora. Se por um lado a privança régia traz inúmeros benefícios, também representa alguns custos. O filho de Lopo Fernandes, Diogo Lopes Pacheco, foi um dos executores de Inês de Castro, com quem o herdeiro do trono português, D. Pedro, mantinha um relacionamento que trazia preocupação para o rei, devido a consequências prejudiciais que a influência dos Castros poderia provocar no reino de Portugal. Ao perpetrar tal ação, Diogo pode ter seguido a trilha do pai na proximidade com Afonso IV, mas atraiu sobre si a ira do futuro rei, o que o obrigou a um primeiro de uma série de deslocamentos entre reinos da Cristandade Latina a que seria levado durante sua vida.¹⁸⁴

Apesar dos infortúnios que por ventura daí advinham, a privança régia parece, ao fim e ao cabo, representar mais perspectivas positivas do que negativas. Voltando ao caso de Lopo Fernandes, além de ser sepultado na mesma igreja que D. Afonso IV, na parte do templo reformada por este monarca, o nobre fez questão de deixar registrado em uma placa os principais serviços que teria prestado ao rei de Portugal. Consideramos que assim como vimos para o rei, Lopo quisesse se

¹⁸² SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. *D. Afonso IV*. Op. cit. p. 89-166.

¹⁸³ Importante notar que o processo descrito não aponta necessariamente para a formação de um Estado, nos moldes modernos do termo, em Portugal, mas representa ações e reações de atores que respondem às situações conforme as ferramentas de que dispõe. Sobre esta discussão ver: COELHO, M. F. C. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Néri de Barros; PINHEIRO, Rossana. (Org.). *A construção da narrativa histórica*. Séculos XIX e XX. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014, v. 1, p. 39-62.

¹⁸⁴ FERNANDES, Fátima Regina. Os exílios da linhagem dos Pacheco e sua relação com a natureza de suas vinculações aos Castro (segunda metade do século XIV). *Cuadernos de Historia de España*, Buenos Aires, Instituto de Historia de España "Cláudio Sánchez Albornoz", Universidad de Buenos Aires, v. 82, p. 31-54, 2008.

beneficiar da presença das relíquias de São Vicente e das cerimônias que tinham lugar na catedral, as quais lhe poderiam garantir uma situação mais favorável no além. Ao mesmo tempo, assim como o rei, é possível que pretendesse projetar para seus descendentes a posição alcançada através de sucessos notáveis, servindo seu túmulo e capela como lembrança destes e como elemento de glorificação de sua linhagem.

3.2 DOAÇÕES

Ao direcionarmos nosso olhar para o local de sepultura e para o monumento funerário destacamos os benefícios que poderiam ser obtidos para a alma do defunto, mas também as intenções de criação de memória e projeção própria e dos familiares no plano sublunar, por serem elementos materiais que ocupam um lugar no espaço e permanecem no tempo. No que diz respeito ao destino dos bens legados no testamento poderíamos pensar, talvez influenciados pela concepção contemporânea que temos deste documento, que se tratariam de disposições mais privadas e se destinariam a organizar as finanças deixadas pelo testador quando de sua partida. Mas como já nos alertou Ariès, neste período que estamos analisando o testamento é um documento religioso e – por oposição ao da antiguidade e ao posterior ao século XVIII – de caráter público, no sentido de o teor ser de conhecimento de vários agentes e de as disposições precisarem alcançar essa divulgação para terem o efeito almejado: o remédio da alma de quem ditou o testamento. Assim, mesmo a destinação dos bens se inclui numa lógica que ultrapassa a simples sucessão. Passemos aos exemplos e uma proposta de interpretação.

Vimos que D. Dinis escreveu três testamentos e que alterou o local de sepultura no segundo em relação ao primeiro. Não foi só isso que sofreu alteração. Na primeira vez que registra o que pretendia que se fizesse após sua morte determina que os custos do testamento deveriam ser cobertos com todos seus bens móveis, indicando nominalmente os tesouros que estivessem nas suas torres de Lisboa e de Coimbra, mas expressando que se usasse o que de seu fosse encontrado. Nos documentos seguintes já apresenta de forma mais detalhada quais recursos deviam ser utilizados no cumprimento das disposições testamentárias.

filho do meu aver movil que for achado ao tempo de minha morte, na Torre Alvarraam, do meu Alcaçar de Lisboa, que eu hi juntei também pera proll de minha alma, como pera defendimento dos meos Regnos, trezentas e cinquenta vezes mil libras de dinheiros Portuguezes, e demnas òs meos Testamenteiros per aquella guiza que adiante segue.¹⁸⁵

Além de especificar o local em que o tesouro se encontrava, D. Dinis deixou registrado ainda o valor das reservas que fariam frente às suas demandas. Antes de passarmos aos destinatários deste tesouro, cabe ainda uma anotação sobre a guarda do montante enquanto estivesse se cumprindo o testamento. O monarca determina:

E tenho por bem e quero, e mando que os meus Testementeiros sejam logo entregues das ditas trezentas e cinquenta vezes mil livras, que eu mando tomar pera cumprir este meu Testamento, e que as ponham no Thizouro da See de Lisboa, hu sejam bem guardadas, e onde possam tomar os dinheiros cada que lhes cumprir pera pagar meu Testamento, e tenham ende esses Testementeiros senhas chaves.¹⁸⁶

Essa cláusula aparece nos dois últimos testamentos de D. Dinis e torna a Sé de Lisboa fiel depositária dos valores destinados ao cumprimento de suas vontades derradeiras. Era aí que os testamenteiros deveriam buscar as quantias devidas para realização de sua incumbência.

A destinação destes valores se divide entre o que é explicitado nos testamentos e o que não é pormenorizado. Esta segunda categoria se refere à reparação de danos e dívidas que tenham sido causados pelas decisões ou ações de D. Dinis e também de seu pai, Afonso III. Além de pedir que sejam revertidas as ações e apropriações comprovadamente indevidas, o rei registra:

porque som certo das ditas malfeitorias, & do hauer alheo que meu padre, & eu em nòs houuemos, & nom me posso acordar das pessoas que o damno receberão, & cujo esse hauer alheo foi, quero, tenho por bem, & mando que os meus testamenteiros dem todo aquello que ficar das ditas trezentas e cinquenta vezes mil libras depois que o meu testamento for pagado per hu entenderem que será prol da minha alma, & de ElRey Dom Affonso meu padre, & pellas almas daquelles que de meu padre, & e mim mal, & damno receberão, & de que nós algũa cousa houuemos como nom devíamos, & a que éramos theudos segundo Deos, & alma.¹⁸⁷

Ou seja, a correção dos erros que considerava terem sido cometidos por ele e por seu pai era uma das prioridades de D. Dinis. Nos últimos dois testamentos, o

¹⁸⁵ *Segundo Testamento de D. Dinis*. Op. cit.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Idem.

monarca destacou ainda as faltas que teria praticado quando do conflito que o opôs a seu filho, o futuro Afonso IV, e prevê da mesma forma a compensação.

Mas o rei também passou por escrito determinações mais precisas entre as quais se destacam as doações para instituições religiosas, para auxiliar alguns grupos e para realizar determinadas obras. No primeiro testamento a distribuição dos valores monetários privilegia Alcobaça, onde o rei pretendia ser sepultado, sendo destinadas seis mil libras para a construção do claustro, mais três mil para a realização de missas em sua memória e duas mil para aquisição de herdamentos (propriedades) que atendessem aos enfermos. Ao mosteiro de Odivelas, em construção com patrocínio dionisino, são destinadas quatro mil libras. As catedrais do reino são beneficiadas com quinhentas libras cada uma, sem distinção entre elas. D. Dinis destina valores menores a diversos mosteiros, hospitais e outras instituições, bem como aos bispos do reino e ao Papa. Entre a soma legada a grupos sem distinção individual, três mil libras foram destinadas aos pobres, duas mil aos leprosos, quatro mil para a libertação de portugueses prisioneiros e três mil para vestir os pobres, além de quatro mil para construção e reparo de pontes do reino.

O segundo testamento de D. Dinis traz algumas alterações em relação ao anterior. A primeira delas, já referida, é o local do sepultamento, que passa a ser Odivelas, mosteiro que mantém o valor de doações referido no primeiro documento: quatro mil libras. Chama a atenção a redução dos valores destinados a instituições religiosas. As catedrais do reino passam a ser destinatárias de duzentas libras cada uma. Por outro lado o valor testado para grupos não individualizados sobe, sendo um total de quinze mil libras para os pobres, dez mil para resgatar cativos, dez mil para casar mulheres virgens e outras dez mil para construção e reparos nas pontes do reino. Já no último documento a que tivemos acesso a única mudança considerável no que tange a destinação de valores é o aumento expressivo destinado à libertação de cativos, que passa de dez para vinte mil libras. Outro aspecto interessante dos segundo e terceiro testamentos de D. Dinis é o fato de passar a prever que seu filho e sucessor receba o valor que sobrasse das 350 mil libras depois de cumpridas todas as disposições presentes nos documentos, além dos valores entesourados que ultrapassassem esse valor.

Não sabemos se D. Afonso IV recebeu ou não algo deste tesouro de seu pai, sendo muito provável que sim já que as despesas especificadas nos testamentos não chegavam a cem mil libras. Mas o filho de D. Dinis definitivamente

não se inspirou no registro das últimas vontades de seu progenitor. Enquanto D. Dinis, nos três testamentos que escreveu, direcionou doações para instituições religiosas, obras pias, construções, entre outros fins, seu filho tratou apenas – além do estabelecimento de local de sepultura – da implantação e funcionamento de um hospital para albergar vinte e quatro pobres e das atividades a serem realizadas na capela mór da Sé de Lisboa para o benefício das almas dele e da rainha. Afonso refere que: “entendemos eu e a dita Rainha dar tantas e taes possessoês porque os Cappellaês e pobres meus e seus sejaõ mantheudos para sempre”.¹⁸⁸ Não é feita, no entanto, menção a quais possesões seriam essas, estando especificado apenas os valores que deveriam ser pagos aos religiosos que rezariam por D. Afonso IV e D. Beatriz, bem como os que deveriam ser empregados na manutenção do referido hospital e de seus beneficiados. A informação sobre as posses que sustentariam tais iniciativas está presente em um registro de doação de 1342, anterior três anos à redação do testamento portanto, em que o monarca passou para a capela e o hospital os bens que herdara de seu irmão Fernão Sanches, falecido sem herdeiros.¹⁸⁹ Longe de inviabilizar a reflexão, essa ausência no testamento afonsino permite propor algumas relações entre o que se registrava nos testamentos e o contexto que cercava estas pessoas. Mas passemos ao último exemplo antes de abrir as reflexões.

O registro das últimas vontades do comerciante Bartolomeu Joanes, como já foi destacado, é bastante minucioso, não alterando esta característica no que diz respeito à destinação dos seus bens. Os maiores valores foram legados para aquisição de propriedades que gerassem rendas suficientes para a manutenção da capela e do hospital fundados pelo comerciante. Interessante notar que o destaque não está tanto no valor dos bens a serem adquiridos com esse fim, mas justamente nas rendas que proporcionariam. Para a compra de bens que serviriam ao sustento da capela, Joanes reservou vinte mil libras e especificou que as propriedades obtidas com essa soma deveriam render pelo menos mil e trezentas libras por ano, suficientes para fazer frente às despesas tanto da capela como dos capelães, cujas atividades analisaremos mais detidamente na seção seguinte deste capítulo. Para a manutenção do hospital, Bartolomeu Joanes requisita que seus testamenteiros

¹⁸⁸ *Testamento de D. Afonso IV*. Op. cit.

¹⁸⁹ SOUSA, Bernardo Vasconcelos. *D. Afonso IV*. Op. cit. p. 315. Citando documento existente na Torre do Tombo, Coleção das Gavetas, Gaveta I, maço 7, número 4.

consigam bens que rendam no mínimo mil libras anuais, sem deixar claro o valor reservado para esta finalidade. Com base no que é referido para a capela, podemos estimar que deveriam ser propriedades de um pouco mais de quinze mil libras.

Bartolomeu Joanes reserva quinhentas libras para orações a serem feitas no dia de seu falecimento, prevendo o pagamento de dois soldos e meio por salmo para cada religioso que comparecesse à sua cerimônia fúnebre. Destina outras quinhentas para a missa do sábado seguinte à sua morte e mais quinhentas a serem oferecidas em favor de sua alma no primeiro ano completado após o passamento. Talvez aqui exista a preocupação em acelerar o processo de salvação ou o entendimento de se tratar de um período sensível para a definição do destino da alma do comerciante, em que as orações e ações poderiam pesar na decisão.

A já referida precaução do cidadão de Lisboa cujo testamento observamos ficou aparentemente reduzida no que se refere à construção da Capela que receberia o seu corpo. Joanes, ao delegar a construção do espaço funerário aos seus testamenteiros faz uso das seguintes palavras: “mando e ordeno e estabeleço que meus testamenteiros mandem logo fazer a dita Capela no sobredito lugar, quanto quer que custe de meus bens.”¹⁹⁰ Essa disponibilidade a que os testamenteiros tiveram acesso pode ajudar a explicar as razões deste anexo ser uma obra bastante avançada quando comparada a outras construções contemporâneas em Portugal.¹⁹¹ A estima do comerciante pela sua futura capela fica evidenciada também pelo valor que lega para o cabido da Sé de Lisboa pela cessão do terreno para a edificação, duas mil libras (valor que se aproxima dos proventos previstos para o sustento da capela e do hospital juntos por um ano). Deixa ainda cem libras aos cônegos da Sé que estivessem presentes ao seu sepultamento e duzentas para obras da Sé, às quais poderiam ser as do claustro dionisino ou de manutenção.

Assim como no testamento de D. Dinis, também existe a preocupação em reparar eventuais falhas cometidas em vida. Trezentas libras são destinadas especificamente para compensar de alguma maneira os seus maus atos, além de outras trezentas para se encomendarem missas pelas almas das pessoas que foram prejudicadas pelas ações do comerciante. Bartolomeu Joanes deixa ainda somas

¹⁹⁰ *Testamento de Bartolomeu Joanes*. Op. cit.

¹⁹¹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge. *História da Arte em Portugal – O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002. p. 58.

importantes para igrejas, mosteiros e conventos. Destacamos aqui as doações para a igreja de São Mamede e da Madalena. Para a primeira destina de cento e cinquenta libras para vestimentas e quarenta para missas, mais a contratação de um capelão para cantar missas todos os dias pelas almas dele próprio e de seus pais. Para a segunda lega trinta libras por ter sido freguês desta paróquia, o que nos indica um local de moradia (mesmo que não o mesmo do período de redação do testamento) entre o centro comercial da cidade, a esta altura mais próximo do Tejo, e a região da Sé de Lisboa. Receberam atenção do cidadão lisboeta também os conventos de São Domingos e de São Francisco daquela cidade, cada um beneficiado com cinquenta libras. Ao mosteiro da Trindade de Lisboa foram legadas quinze libras mais trezentas em materiais para as obras que aí eram realizadas. Salientamos que o testador fez questão de que as trezentas libras fossem entregues em pedra e cal, não em espécie, o que pode demonstrar certa desconfiança com o que poderia ser feito com os recursos.

Valores maiores que aqueles destinados para as instituições religiosas, porém, foram ofertados para ações diretamente endereçadas a pessoas consideradas necessitadas pelo comerciante. Ele deixou um total de mil e quinhentas libras para que se comprassem vestimentas para os pobres, mil para resgatar portugueses que estivessem cativos em territórios muçulmanos e outras mil e quinhentas para casar moças pobres. Endereçou cento e cinquenta libras para a construção de uma ponte, como também fez D. Dinis. Joanes, no entanto, especifica onde ficaria a obra, seria no rio Pontével, no caminho para Santarém. Destinou ainda cinco libras para cada uma das Confrarias de que participava, sem especificá-las, pedindo para que lhe fizessem “honra no dia do meu passamento com candeia, como é de costume”¹⁹².

Outro grupo de disposições diz respeito aos valores deixados para pessoas específicas, destacando-se em número os parentes – tios, irmãos e sobrinhos, uma vez que não tinha filhos legítimos e não sabemos mesmo se foi casado – além de companheiros, criados e outras pessoas próximas. Em valor, chamam a atenção as heranças deixadas para Joane e para Tereza, irmã do primeiro. Eles são identificados como filhos de Margarida Esteves e Joane como criado de Bartolomeu Joanes. Ele receberia mil e quinhentas libras para casamento, desde que não

¹⁹² *Testamento de Bartolomeu Joanes*. Op. cit. p. 45.

reclamasse mais valores dos bens de seu patrão. Tereza, a qual também é dita filha de João de Chacum, companheiro de Joanes, teve reservadas mil libras, pelo amor de Deus e em remissão dos pecados do testador. A soma deveria ser usada na compra de um casal de pão em usufruto de Tereza, que deveria ingressar na ordem de Santa Clara. A efetivação da disposição também se condiciona ao cumprimento dos dispositivos mencionados. Para além de elucubrar sobre as possíveis relações de Joanes com esta família, nos interessa sublinhar mais uma vez a precaução do comerciante.

As características de detalhamento e precaução marcam o testamento do comerciante que temos acompanhando aqui, mas não só o dele. Afonso IV também se mostra bastante cauteloso no que diz respeito ao funcionamento do hospital e celebrações religiosas a serem realizadas em sua capela funerária. Isto pode ter relação com um certo distanciamento destes personagens em relação ao clero, sobre o que trataremos melhor na sequência. No tocante a Bartolomeu Joanes poderíamos mais uma vez referir os hábitos adquiridos na sua atividade profissional, que pensamos ter sim seu papel nesta dinâmica. Mas o que queremos destacar aqui é a importância do crescimento do ideal franciscano, ou mendicante de forma mais geral, e como esse fenômeno pode ter influenciado a distribuição dos bens que acabamos de ver não apenas nas quantidades, como também na maneira que isso se deu.

Franciscanos e Dominicanos se desenvolveram e ganharam notoriedade no início do século XIII principalmente como pregadores. Antes da virada para a centúria seguinte os seguidores de São Domingos já tinham quase setecentos conventos e os membros da ordem de São Francisco praticamente dobravam este número, quase todos – de ambas as ordens – instalados em cidades. Alguns de seus membros eram oriundos destas cidades e nelas de grupos de destacado poder econômico e social.¹⁹³ Apesar disso, uma das características mais relevantes, principalmente dos franciscanos, era o despojamento dos bens materiais. Conforme análise que Douglas de Freitas Almeida Martins faz de duas hagiografias franciscanas, o uso e a manutenção da posse de propriedades por parte dos frades seria equivalente ao furto, uma vez que eles poderiam usufruir dos materiais até que

¹⁹³ LITTLE, Lester K. Monges e religiosos. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT (orgs.), Jean-Claude. Dicionário Analítico do Ocidente medieval: volume 2. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 256-275.

encontrassem alguém que tivesse mais necessidade deles.¹⁹⁴ Não era esperado que todos os cristãos cultivassem tamanho desapego, mas esse ideal circulou e influenciou muitas pessoas no ocidente latino. Com relação aos testamentos aqui em escrutínio, entendemos que o ideal franciscano teve impacto sobre os seus redatores.

No registro testamentário de Bartolomeu Joanes ressaltamos que os valores destinados para a realização de obras ou atendimento de necessidades é maior do que aquele direcionado às instituições religiosas, mesmo os conventos mendicantes. Consideramos ler a justificativa para esta opção em palavras presentes no início do testamento do comerciante lisboeta: “considerando que as coisas temporais por boas obras se mudam nas espirituais, que não de durar para sempre”¹⁹⁵, ou seja, o patrocínio de boas ações e o desapego dos bens terrenos jogaria a favor do falecido no campo espiritual. No caso de D. Dinis observamos orientação semelhante na distribuição dos recursos, mas é importante notar que os seus antecessores em geral também destinaram grandes somas para doações. Há, no entanto, alterações no destino dos valores, com redução dos destinados às ordens militares e aumento dos endereçados a pessoas em situações menos favoráveis.¹⁹⁶

Para o testamento de D. Afonso IV propomos duas leituras para a ausência de menção aos seus tesouros no testamento. Uma delas é que ele pode ter simplesmente regulado sua herança em outro momento. A outra, que se ligaria ao ideal de simplicidade evocado seria a intenção de demonstrar tamanho desprendimento que nem mesmo se preocuparia com o que seria feito de seus pertences após sua partida, uma vez que estariam garantidos os sustentos de sua capela e hospital – as orações e obras em favor de sua alma. Essa leitura pode ser reforçada ao percebermos que a tendência se mantém com seus sucessores. Seu filho, D. Pedro, lega pequenos valores para seus criados, mosteiros e para o tabelião e uma soma considerável para seus filhos com D. Inês de Castro, situação excepcional. E D. Fernando, a exemplo do avô, não regula a transmissão de bens em seu testamento.¹⁹⁷ Algo que aparece, porém, no último testamento de D. Dinis e

¹⁹⁴ MARTINS, Douglas de Freitas Almeida. O dever da caridade aos pobres: circulação de excedente, furto e a construção da noção de propriedade no interior da Ordem dos Frades Menores a partir das *Legenda Maior* e da *Vita Secunda*. **Revista Vernáculo**, 2019. p. 11-37. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/60313/37883>>. Acesso em: 01 maio 2019.

¹⁹⁵ *Testamento de Bartolomeu Joanes*. Op. cit. p. 40.

¹⁹⁶ MOTA, António Brochado da. Op. cit. p. 17-91.

¹⁹⁷ Idem. p. 92-140.

que será replicado no de todos os descendentes, da primeira dinastia é a instituição de uma capela com determinações mais ou menos precisas sobre os rituais a serem realizados nestes espaços.¹⁹⁸ Atitude que, como veremos a frente, responde a um entendimento mais individual da morte, em cuja propagação os monges pregadores também tiveram importância.

A proposta de que as ideias propagadas pelos mendicantes tenham influenciado os personagens que temos visto vai além da sincronicidade de sua existência e de elementos retirados dos testamentos. No caso dos reis de Portugal, é constante a presença de freis franciscanos e dominicanos entre seus confessores desde D. Sancho II até D. Manuel, a que nem D. Dinis nem D. Afonso IV representaram exceção. O primeiro teria tido como examinadores de sua consciência os freis Vasco Soares, Estevão (que foi Bispo do Porto e de Lisboa) e Miguel (um dos testamenteiros do rei). Já o seu filho teve os freis Diogo e Francisco como seus confessores.¹⁹⁹ A rainha D. Isabel, esposa de Dinis e mãe de Afonso IV também teve bastante proximidade aos ideais mendicantes durante a vida, tendo se recolhido ao Mosteiro de Santa Clara de Coimbra após a morte do seu marido. E ainda que tenha mantido alguma atividade política e administrativa, aproximou-se ainda mais da vivência religiosa quando viúva.²⁰⁰ A esposa de Afonso IV, D. Beatriz, pediu em seu testamento para ser sepultada com o hábito franciscano, despojada dos sinais da nobreza de sua posição social, que mesmo concretizada apenas após o falecimento demonstra o prestígio da ordem junto aos círculos régios.²⁰¹

Esta boa circulação não se dava apenas entre a realeza, atingindo todas as parcelas da sociedade, o que em alguns momentos provocou tensões com o clero secular, o qual entendia a ação dos frades como um desrespeito à sua jurisdição e suas incumbências, o que além de uma violação territorial refletia-se também na diminuição das ofertas que chegavam a dioceses e paróquias, sendo revertidas para os conventos das ordens, como discute André Miatello.²⁰² Interessante perceber,

¹⁹⁸ Idem. p. 204-222.

¹⁹⁹ MARQUES, João Francisco. Franciscanos e dominicanos confessores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias: espiritualidade e política. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*. Anexo V – Espiritualidade e corte em Portugal, Sécs. XVI – XVIII, Porto, 1993. p. 53-60. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10216/8336>>. Acesso em 02/05/2019.

²⁰⁰ GIMENEZ, José Carlos. *A Rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica: 1280-1336*. 211 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. p. 152-160.

²⁰¹ SOUSA, Bernardo Vasconcelos. *D. Afonso IV*. Op. cit. p. 319-320.

²⁰² MIATELLO, André Luis Pereira. O pregador e a sociedade local: a luta pelo poder pastoral no seio das cidades da Baixa Idade Média ocidental (séc. XIII-XIV). *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá,

entretanto, que as divergências não impediram membros das ordens mendicantes de serem alçados a postos de bispos, inclusive da diocese de Lisboa, como no caso mencionado no parágrafo anterior, de Frei Estevão, antigo confessor de D. Dinis que se tornou bispo do Porto e depois assumiu a diocese de Lisboa, período em que se desentendeu com o rei e acabou apoiando as intenções do então infante Afonso na Guerra Civil que ocorreu entre 1319 e 1324.

Outra marca do alcance dos mendicantes na região de Lisboa é sua presença e influência junto aos movimentos de leigos que vieram a se organizar em irmandades e confrarias.²⁰³ Philippe Ariès faz considerações bastante interessantes a respeito destas organizações:

As irmandades desenvolveram como uma de suas principais funções os cuidados funerais de seus confrades ou, em casos específicos, de quem não tivesse condição de fazê-lo. Se desenvolvem num período de "clericalização" da morte e talvez como resposta a ela, com os leigos tomando para si responsabilidades com relação a este momento. Na cidade nem todos tinham vizinhos e parentes como ocorria no campo, donde o desenvolvimento das cidades propiciou um desenraizamento e as irmandades podem ter ajudado a resolver esse vazio.²⁰⁴

Nos documentos que estamos analisando aparece apenas uma menção rápida às Confrarias no testamento de Bartolomeu Joanes, em que são destinadas cinco libras para as organizações que integrava caso fizessem a cerimônia que se esperava quando do falecimento de um confrade. Alguém que, ainda que tenha parentes e companheiros, ainda que integre uma rede, não tem a mesma teia de relações que os reis que estamos acompanhando. Não é possível pensar a cidade do período que estamos analisando com o mesmo grau de urbanização dos centros contemporâneos, mas podemos imaginar que a vida urbana e seus efeitos tenham impactado de forma mais direta os comerciantes. Podemos sugerir que tenham sentido de forma mais aguda o desenraizamento citado por Ariès, o que os levaria a buscar outras formas de convivência, como as irmandades, mas também a continuidade de modelos anteriores, como a vinculação a um nobre ou um rei – caso de Joanes, que destacou sua vinculação a D. Dinis em seu testamento. O recurso às

v. 7, n. 2, p. 112-131. Julho/Dezembro 2014. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/349/pdf>>. Acesso em: 30/04/2019.

²⁰³ NOGUEIRA, Bernardo de Sá. O espaço eclesiástico em território Português (1096-1415). In: *História Religiosa de Portugal*. Carlos Moreira Azevedo (dir.), Volume I. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 142-195. p. 184.

²⁰⁴ ARIÈS. Philippe. *O homem diante da morte*. Op. cit. p. 195.

irmandades seria ainda mais uma forma de os leigos se responsabilizarem pela sua salvação, rezando e contribuindo com seus confrades na esperança de receber o mesmo tratamento. Lemos aqui um entrecruzamento interessante que ocorre na utilização da Sé de Lisboa, em especial de seu claustro. Recordemos que além do uso cemiterial, o claustro da catedral foi sede de diversas irmandades desde a Idade Média e por muito tempo na modernidade, sendo que essa função foi ganhando espaço com o passar do tempo.²⁰⁵

Talvez os conflitos entre monarcas e religiosos, bem como a propagação de uma ideia de espiritualidade mais interiorizada e individualizada, também presente nos preceitos de franciscanos e dominicanos, ajude a explicar a minúcia dos testamentos, principalmente de Bartolomeu Joanes e D. Afonso IV, que parecem querer controlar atividades que talvez coubessem ao clero, como definir a liturgia das orações encomendadas, a seleção dos capelães de suas capelas, ou a administração de recursos testados para instituições religiosas. Buscaremos aprofundamento nesta relação no tópico que vem a seguir.

Por hora focaremos nas quantias legadas entre as últimas vontades de D. Dinis, D. Afonso IV e Bartolomeu Joanes. O rei poeta reservou para suas disposições testamentárias, como já sabemos, trezentas e cinquenta mil libras. Uma das dificuldades de se lidar com valores de períodos tão recuados é não saber quanto exatamente essa soma representa. Propomos, portanto, um rápido exercício. Joanes previu que mil libras seriam suficientes para a manutenção de um hospital que albergasse dez pessoas durante um ano com possíveis sobras. O valor referido no testamento dionisino seria então capaz de sustentar uma instituição similar com cem pessoas durante mais de trinta e cinco anos. Em suma, era uma soma bastante avultada. Da mesma forma as propriedades deixadas por Afonso IV como fontes de rendimento para sua capela e hospital eram de valor apreciável. E ainda que a quantia referida por Bartolomeu Joanes não alcance o tesouro de D. Dinis, não deixa de ser considerável e estar numa escala de grandeza passível de ser comparada ao do monarca, o que não ocorria com muitos nobres.

Se Afonso IV fez uso de uma propriedade que herdara de um seu irmão para cumprir as suas últimas vontades, seu pai e o cidadão lisboeta que edificou a capela

²⁰⁵ FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. *O espólio artístico das Capelas da Sé de Lisboa, abordagem cripto-histórica*. 216f. Dissertação (Mestrado em Arte, Patrimônio e Restauro) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000. p. 11-17.

de São Bartolomeu parecem ter destinado recursos em espécie para este fim. Mas como teria se dado a acumulação de tal riqueza? Os dois se beneficiaram do aquecimento do comércio anteriormente referido, no caso de Joanes por ser sua atividade profissional e no do rei por também ter inserção na economia do reino, como também já tivemos oportunidade de mencionar no capítulo anterior, e pela arrecadação de direitos e tributos. Do primeiro podemos entrever que fizesse o comércio de longo curso, tendo em vista que em seu testamento cita bens que lhe pertenceriam, além de Portugal, na França e em Flandres, o que poderia indicar uma interação com estas regiões. Por outro lado, ter legado recursos para a construção de uma ponte no caminho para Santarém nos possibilita conjecturar que tivesse interesses nesse caminho, os quais poderiam ser de caráter econômico, lembrando que Lisboa tinha um lugar central na economia interna do reino de Portugal. O fato de D. Dinis também ter destinado recursos para reparos e construções de pontes nos leva a pensar que estas pontes estavam sendo demandadas, que os caminhos estavam sendo percorridos e que a economia interna também florescia, o que beneficiaria o monarca. Não podemos esquecer das ações de contenção dos abusos senhoriais e eclesiásticos, os quais provavelmente protegeram a integridade do patrimônio e dos direitos régios, contribuindo para a grande soma amealhada no reinado dionisino. Seu filho, por outro lado, ainda que tenha dado continuidade à política paterna, acabou sofrendo com diversos problemas, entre os quais vários anos de problemas nas colheitas e a peste negra, que precipitaram um enfraquecimento econômico, além dos problemas sociais como a migração e o desequilíbrio entre oferta e procura de trabalho. Este quadro pode ajudar a entender por que Afonso IV não tenha feito outro testamento legando valores ou outros bens, uma vez que seu testamento é anterior ao surto de 1348.

Assim o comércio, a política e as consequências de fenômenos naturais nos dão pistas de como os três testadores em análise chegaram, ou não, às somas que referem em seus respectivos testamentos. Estes elementos, porém, não indicam uma razão pela qual D. Dinis tenha preferido confiar a guarda de seu tesouro à Sé de Lisboa e não deixá-lo no castelo da cidade, sob responsabilidade de seu sucessor. Para compreender isso talvez seja importante voltar um pouco e recordar que as pazes entre ele e o filho, herdeiro do trono, não se haviam selado há tanto tempo e as mágoas e desconfianças talvez ainda pesassem na decisão quando da redação de seu último testamento. Buscando uma explicação mais geral, podemos

recorrer ao argumento de Ariès sobre a publicidade do testamento e expandi-lo para o seu cumprimento, uma vez que os valores estivessem na catedral, os testamenteiros apenas poderiam acessá-los em conjunto e – provavelmente – na presença de pelo menos uma testemunha. Já a escolha pela Sé é mais um sinal do prestígio da igreja e da confiança do monarca em seu prelado, D. Gonçalo Pereira que sucedera frei Estevão e estava elencado entre os testamenteiros na última versão do documento. É possível que o motivo para essa decisão encontre-se ligado a todas estas questões apresentadas. Se D. Afonso e Bartolomeu Joanes não confiaram seus tesouros à Sé, deixaram sob sua responsabilidade incumbências importantes, ainda que com regulações bastante precisas. Passemos então às disposições testamentárias que referem o que caracterizamos como encomendas.

3.3 ENCOMENDAS DE MISSAS E ATIVIDADES

Esta última seção está muito ligada às anteriores, não apenas por estarmos analisando os mesmos documentos ao longo destas páginas, mas por as atividades que os indivíduos em análise solicitaram que fossem feitas em sua memória e para o benefício de suas almas serem financiadas com as doações testadas e, algumas delas, realizadas nos locais em que decidiram erigir seus monumentos funerários.

Nos tópicos anteriores demos destaque às diferenças entre os testamentos de D. Dinis e não será diferente neste último ponto, apesar de várias situações continuarem sem alterações. Uma das determinações que permaneceu igual nos três testamentos foi o valor destinado para Alcobaça sem relação direta com o sepultamento do rei. No primeiro, como já vimos, foram legadas três mil libras para a realização de missas e outras duas mil para a compra de propriedades cujas rendas deveriam ser usadas pelo mosteiro no amparo a pessoas pobres. Nos dois últimos esses valores foram unificados em cinco mil libras para a contratação de celebrações em benefício da alma de D. Dinis, mas o rei deixou aos testamenteiros a possibilidade de utilizar este valor para o mesmo fim em outras instituições religiosas. Nas três vezes que registrou suas últimas vontades, o pai de D. Afonso IV determinou que alguns objetos de culto existentes em sua capela fossem remetidos para o lugar em que teria sepultura, dando destaque para uma cruz grande identificada como feita de prata no primeiro testamento e de prata dourada nos seguintes (não sendo possível afirmar que se trate da mesma peça), a qual deveria

ser utilizada em procissão nos dias propícios. O monarca explicitou que não fosse permitido a ninguém, mesmo abade de Alcobaça ou abadessa de Odivelas, dispor dos itens legados, provavelmente entrevedo a possibilidade de que isso por ventura ocorresse. Nos últimos testamentos D. Dinis lega ao filho e sucessor os materiais de sua capela não remetidos para Odivelas, incluindo uma cruz grande de ouro. Mais valiosa que as peças em metais preciosos, porém, seria o pedaço da Santa Cruz pertencente ao mosteiro do Marmelar que – também nos dois últimos testamentos – D. Dinis manda devolver à instituição. Ele afirmou ter retirado a relíquia do mosteiro não para se apossar dela, mas apenas por empréstimo, conforme as palavras registradas nestes documentos. Sobre esta última determinação podemos fazer uma leitura mais direta de que o rei tenha pedido e obtido o empréstimo da relíquia para a realização de alguma campanha militar, ou causa específica e tenha pretendido devolver no momento de redação das últimas vontades. Chama a atenção, porém que tenha mantido a cláusula nos dois últimos testamentos, o que indica que pelo menos durante dois anos manteve consigo a relíquia, provavelmente por devoção, mas sabendo ser o mosteiro o verdadeiro depositário da peça. Assim, relacionamos esta determinação com a correção de erros que D. Dinis considerava ter cometido, restituindo aos donos o que havia conseguido de maneira indevida.

Outra questão que nos chamou a atenção foi o fato de nos últimos testamentos, escritos em momentos próximos a tensões com o seu filho, D. Dinis especificar que todos os bens não discriminados anteriormente ou que superassem as trezentas e cinquenta mil libras definidas para o cumprimento de suas vontades póstumas fossem deixados para seu sucessor, o então infante Afonso, garantindo-lhe não só a sucessão como também as condições de reinar. No último dos documentos o rei juntou a esta determinação o pedido para que o filho não fizesse mal e mantivesse as mercês aos que eram próximos do velho monarca.

Nas duas redações do testamento feitas na década de 1320 D. Dinis mostrou sua preocupação com seus animais – aves de caça e bestas – que deveriam permanecer com as pessoas que se ocupavam deles. Interessante que o rei pediu para que isso fosse feito em benefício de sua alma, podendo indicar, além da estima por estes animais que lhe acompanhavam em atividades de sua predileção, a visão que se tinha da natureza no período.

Percebemos que as maiores alterações se deram entre a primeira e a segunda vez que D. Dinis passou por escrito o que desejava que se fizesse quando de seu falecimento, entre as quais houve a maior passagem de tempo (vinte e três anos entre o primeiro e o segundo testamento e dois deste para o último). Mas também ocorreram mudanças importantes da segunda para a terceira redação. Uma delas foi a supressão do pedido para que um bom cavaleiro fosse em benefício da alma de D. Dinis combater na cruzada da Terra Santa, para o que seria remunerado com três mil libras. Também desapareceu o pedido para que alguém fosse em seu nome em peregrinação a Roma em troca de mil libras.

Uma novidade do último testamento é a ordem para que, além de sua capela funerária, se instalasse em Odivelas uma capela em honra de São Luís, com dois capelães que orassem para o Santo e pela alma de Dinis. A escolha do Santo a ser venerado neste espaço não é em nada ocasional e se explica por diversos meios. São Luís reinara na França no século XIII como Luís IX, sendo ele rei quando o pai de D. Dinis, D. Afonso III lá viveu e foi conde de Bolonha. Esta vivência de D. Afonso ajuda a explicar a escolha do nome do filho, único entre os monarcas ibéricos e inspirado no santo protetor do reino francês, o bispo martirizado de Paris Denis. Havia ainda uma ligação familiar, uma vez que Afonso III e Luís IX eram primos, ambos netos de Leonor da Inglaterra. Além destas ligações, havia o fato de São Luís ser um modelo de rei quase perfeito, uma vez que conjugava as qualidades esperadas de um monarca com a fé e a santidade. D. Dinis determinou ainda que seus testamenteiros comprassem posses que sustentassem a capela e os capelães que aí deviam rezar. Percebemos aqui um movimento que se mostrará de forma mais bem delimitada nos testamentos de D. Afonso IV e Bartolomeu Joanes, a fundação de capelas cuja função seria a oração em benefício do fundador ou de outrem indicado por ele.

Uma das vontades mais bem especificadas e reguladas no testamento do comerciante lisboeta é justamente a que se refere à capela que mandara fundar na Sé de Lisboa. Além da disponibilização de recursos ilimitados para a construção do monumento, que vimos na seção anterior, Joanes também se preocupou com as atividades que seriam desempenhadas neste espaço. Determinou que fossem dezesseis os capelães a fazer os ofícios litúrgicos diariamente em sua capela, sendo doze responsáveis pelas orações em benefício da alma do fundador, dois em intenção do rei D. Dinis, um pela rainha D. Isabel e um em honra ao infante D.

Afonso e seus descendentes, com a condição de que o rei e seus sucessores atuassem na proteção dos bens, da capela e do hospital deixados por Bartolomeu Joanes.

O cidadão de Lisboa aprofunda as explicações de como deveria ser o ritual das celebrações feitas em sua capela, iniciando da seguinte maneira

Os quais doze capelães mando, quero e ordeno que cada dia cantem missa de *Réquiem* e sejam todos cada dia sobre mim com água benta e com *Misere Mei Deus*, cantando depois que todas as missas forem acabadas, salvo no sábado, no qual (dia) mando que todos estes doze capelães cantem missa de Santa Maria.²⁰⁶

O testador segue com as instruções para a realização da missa dos sábados, as indicações para o pagamento dos capelães e da compra das propriedades a serem usadas para este fim. Joanes determinou ainda valores a serem pagos anualmente para o cabido da Sé de Lisboa: trinta libras para a realização de festa em louvor de São Bartolomeu e outras cento e vinte para a realização de cerimônias mensais em sua memória. Delegou ao Deão da Sé a autoridade de visitar uma vez ao ano e de corrigir os seus capelães caso estes estivessem em desacordo com o que ditava o testamento ou com os preceitos da Igreja, sendo para isso o dignitário remunerado em meio marco de prata ou seis libras em cada período de doze meses.

A outra questão bem detalhada é a que diz respeito ao hospital. Bartolomeu Joanes não apenas deixou recursos como também orientou como deveria ser feita a construção deste hospital, que pretendia que contasse com dormitórios e refeitório, ficando a cozinha e a privada distantes das outras peças. O comerciante preveniu ainda como cada um dos doze leitos deveria ser provisionado, indicando as peças que seriam disponibilizadas em cada um. Joanes referiu valores a serem entregues aos albergados para a aquisição de comida e vestimentas. Também disciplinou como se selecionariam os pobres a serem acolhidos no hospital, pediu para que fossem pessoas que tivessem possuído algo de seu, mas caíram na pobreza, sendo bons e honrados. Precisariam também cumprir algumas obrigações, como ir a todas as missas realizadas na capela de São Bartolomeu e rezar diariamente pelo fundador do hospital.

²⁰⁶ *Testamento de Bartolomeu Joanes*. Op. cit. p. 45.

Não foram essas as únicas encomendas de Joanes. Como vimos no tópico anterior ele pediu para que fossem feitas orações em favor de sua alma no dia de seu falecimento e no período que se seguisse ao ocorrido. Também referimos a contratação de um capelão para São Mamede, igreja localizada em Lisboa. Solicitou aos testamenteiros que fossem oferecidos pão, vinho e velas todos os dias por um ano a partir de sua morte. Legou ainda recursos para a realização de missas em favor da alma de pessoas por quem demonstrou alguma estima ou grau de parentesco, ou a quem julgava ter feito algum mal.

No testamento de D. Afonso IV, como vimos quando tratamos das doações, não há outras disposições além da indicação do local a ser colocada sua sepultura e das determinações a respeito da capela e do hospital que fundara em conjunto com sua esposa, a rainha D. Beatriz. Sobre estes temas, contudo, o documento é bastante minucioso, de forma similar ao que ocorre no testamento de Bartolomeu Joanes. O rei determina o número de capelães, o seu pagamento e os rituais a serem realizados, da maneira que segue:

Primeiramente ordenhamos, e mandamos que na dita nossa Cappella, û nos jouveremos cantem para sempre dez Cappellaês sinco por mim, e cinco pela Raynha aos quaes mandamos que dem em cada hum anno cem livras a cada hum as terças do anno, e estes nossos Cappellaês dizer, e rezar aly û nos jouveremos todas as horas canónicas a seu tempo, muy paço, e devotadamente, quando o Cabido sahir de cada huas horas, e nom devem ser teudos, nem constrangidos esses Cappellaês para hir as horas da Igreja que disser o Cabido, nem entrarem em seu Choro, senon quizessem. E estes nossos Cappellaês devem dizer sos missas por esta guiza. Dizerem todos os dias huma missa cantada, e officiada e esta missa ser do dia que a disserem, salvo ao Sabbado que esta missa cantada deve ser de Santa Maria: e todos juntamente asta missa devem ser presentes officiando esta Missa; e ditta essa missa officiada irem todos juntamente aos nossos moimentos û nos jouveremos com crûs, e agua benta, e com responso cantado, e com duas Oraçoens convem a saber: *Deus, cui proprium*, e *Quaesumus Domine*, e com o al que a esto pertencer, e as outras missas todas serem de *requiem* caladas; e em cabo de cada missa calada fação commemoração de S. Maria rezando de cada huma dessas missas com *Salve sancta parens*, ou *Rorate Coeli*, ou cada huã das ditas sos missas segundo o tempo for a cada hum desses Cappellaês. Depois de cantarem sãs missas caladas devem de hir aos nossos moimentos com agua benta, e dizerem responso callado com *Pater noster*, e com as ditas Orações.²⁰⁷

Como podemos perceber, Afonso IV chega ao grau de precisar quais orações seriam realizadas, e pede que além das missas de horas, fosse feita pelos capelães a aspersão de água benta sobre os monumentos funerários seu e de sua

²⁰⁷ Testamento de D. Afonso IV. Op. cit.

esposa. Para fazerem frente a uma tarefa considerada tão importante, o filho de D. Dinis descreve as características que os religiosos precisariam ter para se tornarem capelães da sua fundação: deveriam ter mais de quarenta anos e possuir bom conhecimento dos rituais da Igreja. Este monarca, a exemplo do comerciante lisboeta sepultado na Sé de quem temos falado, também solicitou que o cabido da diocese de Lisboa realizasse cerimônias em sua memória mensalmente, chamadas de aniversários. Sobre estes aniversários determinou as datas – nas calendas de cada mês – as orações e rituais a serem realizados.

Quanto à organização do hospital o testamento afonsino não é menos minucioso

E outro sim mandamos, e ordenhamos q' nas cazas q' nos compramos na freguezia da See se faça hum hospital a serviço de Deus, no qual se mantenhaõ para sempre vinte e quatro pobres; convem a saber, doze homens bons e doze boas mulheres²⁰⁸

Ele foi além da indicação do lugar que a instituição ocuparia e do número de pessoas a serem atendidas. Especificou as características dos homens e das mulheres a serem albergados: deveriam ter mais de cinquenta anos – salvo no caso de possuírem algum problema de saúde sem esperança de cura – ter tido posses em momento anterior e viverem de maneira considerada adequada para a sociedade de então. Cada um dos homens e mulheres receberia três soldos por dia para sua alimentação e mais somas em dinheiro ou em tecido para vestimentas, além de contar com um leito bem equipado em cobertas, travesseiro e demais itens de cama. Caso algum dos auxiliados necessitasse de tratamento, seria atendido por médico e deveria ficar separado dos demais, não recebendo o valor para mantimentos enquanto estivesse nessa situação. Foi prevista a contratação de duas pessoas para servirem o hospital, uma atenderia os homens e outra as mulheres.

Para manterem o direito de usufruir desta assistência, porém, os dependentes do hospital deveriam acompanhar todas as celebrações realizadas em memória do casal real na capela principal da Sé de Lisboa, além de lhes dedicar a oração diária de um *Pater Noster*, bem como fazer bom uso dos recursos que eram destinados para alimentação e vestimentas. O descumprimento das obrigações poderia levar a perda do leito e demais benefícios vinculados à permanência na

²⁰⁸ Idem.

instituição. Os capelães também estariam sob vigilância, podendo igualmente perder seus cargo e remuneração em caso de não realizar a contento o que deles era esperado.

O testamento nos informa que a administração do hospital e da capela ficou a cargo de D. Afonso IV e de D. Beatriz enquanto fossem vivos, passando depois da morte de ambos para um provedor, cujas características também são explicitadas no testamento. Deveria ser um cidadão de Lisboa, considerado rico, e ser dispensado das obrigações militares. Seria escolhido por D. Pedro ou pelo sucessor do trono que estivesse reinando, devendo o provedor prestar contas anualmente ao rei da situação das instituições da mesma forma que dos bens que possibilitavam a sua manutenção.

Antes de discutirmos essas determinações testamentárias de D. Dinis, Bartolomeu Joanes e D. Afonso IV, observemos as razões apontadas para que fossem feitas. No caso dos reis, pai e filho apresentam no início dos documentos os motivos para a escrita do testamento como um todo, justificando as disposições que se seguiriam. Já o comerciante apresenta explicações tanto para a fundação da capela como do hospital.

No seu último testamento, D. Dinis registra logo no começo do documento, após a sua identificação e uma consideração sobre a fatalidade da morte:

Porèm eu sobredito Rey Dom Dinis com meu cizo, & com meu entendimento comprido, & temendo aquel graue dia em que todos hauemos de parecer ante o gram Juiz, & receber delle igualmente juízo cada um segundo as sãs obras, & os merecimentos que há feitos, & querendo ordinhar dos meus bens para os poer em serviço de Deos por muitas mercês assignadas q'del em este mundo recebi, faço meu testamento em escrito por esta guisa [...]²⁰⁹

O cidadão lisboeta que temos acompanhado é sucinto no que se refere à fundação da capela:

[...] eu, Bartolomeu Joanes, confiando muito da Misericórdia de Deus que me haja mercê, tenho por bem de ordenar e mandar fazer a dita Capela na dita Igreja Catedral [...]²¹⁰

Esta indicação aparece antes dos ordenamentos a respeito do espaço religioso por ele patrocinado na Sé. Na abertura das disposições sobre o hospital,

²⁰⁹ *Terceiro testamento de D. Dinis*. Op.cit.

²¹⁰ *Testamento de Bartolomeu Joanes*. Op. cit. p. 45.

Joanes explica em mais detalhe o que (e de quem) espera como resultado da ação de fundá-lo, ainda que a resposta esperada seja a mesma que em relação à capela:

Outrossim eu, Bartolomeu Joanes, considerando que segundo a água mata o fogo, assim a esmola mata o pecado, porém confiando muito na Misericórdia de Deus que me haverá mercê à alma e confiando muito na devoção que tenho ao Santo Apóstolo São Bartolomeu, estabeleço e ordeno um hospital à honra de Deus e da Virgem Coroadada, Santa Maria, Rainha dos Anjos, e do Bem Aventurado Apóstolo São Bartolomeu, por cujo nome sou chamado, que ele, não curando dos meus (des) merecimentos, seja sempre rogador por mim a Deus e por minha alma, que não seja perdida, e a escolha e a leve para si.²¹¹

Afonso IV não deixa de mencionar Deus e de registrar o que esperava Dele como resultado do que registrou como suas últimas vontades:

Em nome de Deos Padre todo poderoso, que hé começo, meyo, e fim de todo o bem, porque as obras devotas que os homens fazem em este mundo terreal prazem a Deus pare elle lhes dar galardão no seu Reino Celestial.²¹²

Como podemos perceber nos três casos aqui apresentados a intenção maior das ações registradas nos testamentos era a salvação da alma, mais que a própria regulação da sucessão dos bens, conforme apresentado por Ariès, que afirma que a especificidade destes documentos entre os séculos XII e XVIII é de serem religiosos, além de instrumentos para reger a organização do espólio.²¹³ Os testadores pretendem que suas ações comovam a misericórdia divina e, apesar das falhas de cada um, redundem em um resultado favorável na vida após a morte.

Esta situação não se restringe ao caso estudado. No caso português, por exemplo, Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, escreve seu testamento em finais da centúria de 1100 “*pro alma mea*”²¹⁴, ou seja com a intenção de beneficiar a sua alma. Ainda que percebamos algumas continuidades, também ocorreram alterações importantes entre os desejos póstumos que o primeiro rei português registrou no final do século XII e os seus sucessores no XIV, que se explicam por desenvolvimentos de ideias e práticas as quais – mesmo presentes no período de vida de Afonso Henriques – se modificaram neste intervalo. Uma das mudanças que

²¹¹ Idem. p. 48.

²¹² *Testamento de D. Afonso IV*. Op. cit.

²¹³ ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Op. cit. p. 200-2001.

²¹⁴ *Primeiro Testamento de D. Afonso Henriques*. In: *Documentos Medievais Portugueses*. AZEVEDO, Rui Pinto de (introdução). Vol. I-Tomo I, documento 330. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958. p. 430-431. Apud. MOTA, António Brochado da. *Testamentos Régios – Primeira Dinastia (1109-1383)*. Op. cit. p. 213-215.

podemos elencar é a melhor definição que recebe a partir do século XII a concepção de Purgatório. O longo caminho que este terceiro lugar do além percorre até alcançar a formulação presente no Ocidente Medieval é abordado por Jacques Le Goff em sua obra *O Nascimento do Purgatório*.²¹⁵

Nos documentos aqui em análise não foi o utilizado o termo Purgatório e a única aproximação textual que percebemos aparece no testamento de Bartolomeu Joanes, em que o comerciante considera “que segundo a água mata o fogo, assim a esmola mata o pecado”. Lemos nesta passagem uma aproximação entre água e esmola e entre fogo e pecado, de modo que a esmola poderia salvar o pecador do fogo purgatório. Ainda que o termo não apareça nos testamentos que estamos lendo – fenômeno que Le Goff percebe em sua análise deste lugar²¹⁶ – outras características paralelas ao desenvolvimento desta ideia estão presentes. Uma delas é a concepção de que existe relação entre o que se passa no mundo material e o que ocorre no mundo espiritual. A este respeito, o autor de *O Nascimento do Purgatório* escreve que:

A criação do Purgatório reúne um processo de espacialização do universo e da lógica aritmética que, para além do triplo reino do outro mundo, vai reger as relações entre os comportamentos humanos e as situações no Purgatório. Medir-se-á proporcionalmente o tempo passado na Terra em pecado e o passado nos tormentos do Purgatório, o tempo dos sufrágios oferecidos em intenção dos mortos do Purgatório e o tempo da aceleração da libertação do Purgatório.²¹⁷

Tanto as ações da própria pessoa como o que é feito por outras em intenção de sua salvação têm influência sobre o tempo passado em purgação. Nos casos que estamos acompanhando, os testadores buscam regular os dois lados, uma vez que fazem doações, fundam instituições, mas também determinam o que deve ser realizado por outros em benefício de sua alma. Percebemos, portanto, que a redação dos testamentos que lemos, incluídos neste recorte mais largo que vai dos séculos XII ao XVIII, se baseia na crença de que é possível influenciar o que ocorre após a morte, seja tomando certas atitudes em vida ou recebendo auxílio de outros, mesmo depois do falecimento. Nas justificativas transcritas acima este argumento se apresenta textualmente ligando as disposições testamentárias à

²¹⁵ LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

²¹⁶ Le Goff afirma que o Purgatório aparece de forma pouco consistente nos testamentos, influenciando-os de forma mais forte a partir de meados do século XIV. LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Op. cit. p. 343 e 380-382.

²¹⁷ Idem. p. 270.

esperança de que sejam bem vistas e consideradas por Deus quando da definição da pena de cada um. Este estabelecimento das penalidades se desenvolveu de forma bastante acentuada no século XIII, a ponto de Le Goff referir uma “autêntica contabilidade do além”.²¹⁸ Consideramos que este desenvolvimento possa ter relação com a minúcia presente nos registros das últimas vontades, principalmente de Bartolomeu Joanes e de D. Afonso IV. A respeito do comerciante já destacamos esta característica e apontamos como causa possível a sua atividade profissional, que poderia inclusive ter contribuído para sua visão de como seria a vida após a morte e de como poderia se prevenir contra uma condenação perpétua.

Entre as boas ações e a garantia de orações em favor dos testadores encontram-se, em nossa visão, as fundações de hospitais e auxílio a pessoas que tivessem algum tipo de dificuldade, seja de ordem financeira ou de saúde. Pensamos aqui principalmente nos hospitais legados por Bartolomeu Joanes e D. Afonso IV. Lembremos que para serem acolhidos e permanecerem nas instituições, as pessoas deveriam cumprir certas obrigações, entre as quais acompanhar as cerimônias religiosas nas capelas de seus benfeitores e lhes dedicar orações diárias. Ariès destaca que a partir do século XIII a hora da morte de ricos e nobres passará a contar com a presença de clérigos e pobres, tendo os últimos a função de dar à pessoa que falece a possibilidade de demonstrar sua generosidade.²¹⁹ Nos casos aqui em foco acreditamos que essa percepção possa ser ampliada para além dos momentos imediatos ao passamento.

Se as boas obras e as orações dos vivos poderiam contribuir para uma melhor sorte dos falecidos no além, acreditava-se que atores que já se encontravam naquele plano teriam influência no destino das almas. Ariès afirma que

A partir dos séculos XII-XIII, e, sem dúvida, graças a influência dos monges mendicantes nas novas cidades, as massas leigas foram por sua vez conquistadas pelas ideias vindas das velhas abadias, relativas às orações de intercessão, o tesouro da igreja, a comunhão dos santos e o poder dos intercessores.²²⁰

Não por acaso podemos encontrar em testamentos dos três sujeitos que temos acompanhado a presença da intenção de comover algum intercessor. No último dos testamentos de D. Dinis, observamos o aparecimento da fundação da

²¹⁸ Ibidem.

²¹⁹ ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Op. cit. p. 176.

²²⁰ Idem. p. 200.

Capela de São Luís no mosteiro de Odivelas, na qual deveria se rezar pelo rei português. Bartolomeu Joanes solicita a intercessão do santo de quem recebera o nome e a quem dedica a capela e o hospital, São Bartolomeu, além da de Maria. D. Afonso IV, por sua vez, espera ter auxílio de São Vicente, numa relação que não vemos apenas como política, mas com um fundo devocional possivelmente autêntico.

As atitudes que destacamos aqui se ligam com a mudança de perspectiva sobre o que ocorreria entre a morte de cada indivíduo e o Juízo Final. Passa-se de uma concepção de espera para outra de condenação temporária, em que a purgação e a redenção poderiam ser realizadas antes do fim dos tempos.²²¹ Além dos testamentos, essa mudança pode ter influenciado a arte realizada em torno da morte. Por exemplo, no texto *Lugares da eternidade*²²² a historiadora da arte Carla Varela Fernandes trata, entre outros exemplos, de um monumento funerário da região de Barcelos conhecido como Túmulo de Faria, realizado provavelmente do século XI e que traz uma iconografia referente ao sono da morte, que antecede o Juízo Final. Este sono da morte seria caracterizado, justamente, pela espera mais ou menos tranquila antes do Juízo Final, em que o defunto poderia ser protegido por anjos ou atormentado por demônios, mas que não definiria sua condição perpétua.²²³

O Purgatório, por outro lado, dá ênfase ao julgamento individual que ocorre logo depois da morte. Esta situação, apesar da solidariedade que se percebe entre vivos e mortos em torno da abreviação do tempo passado em sofrimento, contribuiu para um maior interesse no destino individual e, segundo Le Goff, para o crescimento do individualismo.²²⁴ Esta percepção pode ser mais um elemento na compreensão do cuidado com que D. Dinis e, sobretudo, Bartolomeu Joanes e D. Afonso IV trataram de suas disposições testamentárias e do detalhamento das atividades a serem realizadas em suas capelas e hospitais. No caso específico das capelas lemos inclusive uma certa desconfiança com relação aos religiosos

²²¹ ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Op. cit. p. 108-118. LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Op. cit. p. 270.

²²² FERNANDES, Carla Varela – O túmulo de Faria: problematização à luz da iconografia, plástica e cronologia. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª S. 13-14 (2001-2002) 583-596. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.14/4483>>. Acesso em: 21/05/2019.

²²³ MATTOSO, José. O sono da morte. In: *Poderes Invisíveis: O Imaginário Medieval*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013. p. 60-62.

²²⁴ Tanto Ariès como Le Goff destacam a importância do destino individual de cada alma neste período. Mas apenas o segundo afirma que o Purgatório favorece o individualismo.

encarregados de tais atividades, uma vez que é prevista fiscalização e até o desligamento das funções em caso de descumprimento das obrigações. Neste aspecto encontramos mais uma aproximação entre o que estamos analisando e elementos atribuídos à presença mendicante no Ocidente medieval. Lester Little em seu verbete “Monges e religiosos” do *Dicionário análítico do Ocidente medieval* faz a consideração que

A conclusão lógica do programa dos frades, que consistia em fazer os leigos participarem da vida espiritual, representava uma das ideias religiosas mais radicais daquela época: incitando leigos comuns a viver na religião, eles tendiam a tornar supérfluas as ordens religiosas e o clero.²²⁵

Ainda que essa tendência não se tenha realizado integralmente, é importante perceber o processo de individualização da vivência espiritual, do qual uma maior participação e responsabilidade pela própria prática religiosa bem como a ideia de um julgamento pessoal após a morte podem ser vistos como elementos constitutivos.

Outro elemento que integra essa nova consciência que o ser humano vai desenvolvendo de si mesmo é sua relação com a natureza. Ao longo da Alta Idade Média o ser humano se percebia enquanto integrante do mundo natural, o qual representaria em sua totalidade a criação divina. A difusão do conhecimento grego, principalmente aristotélico, e árabe a partir das penínsulas Ibérica e Itálica nos séculos XII e XIII, porém, promoveu uma nova visão do mundo natural, em que as coisas não seriam mais uma mensagem direta de Deus, mas responderiam a leis criadas por Ele. Esse pensamento permitiu um passo de afastamento do homem em relação à natureza, que se apresentou na arte através de uma tendência de representar fauna e flora mais próximos de suas formas, uma vez que não eram mais símbolos, enquanto as figuras humanas continuariam obedecendo a rígidos padrões de representação.²²⁶ “Assim, enquanto uma flor de pedra deve ter sido esculpida pela observação de uma flor real, o corpo humano foi estruturado a partir

²²⁵ LITTLE, Lester K. Monges e religiosos. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. (orgs.) *Dicionário Análítico do Ocidente medieval*: volume 2. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 256-275. Especificamente p. 273.

²²⁶ GREGORY, Tullio. Natureza. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. (orgs.) *Dicionário Análítico do Ocidente medieval*: volume 2. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 297-313. CAMILLE, Michael. New Visions of Nature. In: *Gothic art. Visions and Revelations of the Medieval World*. Londres: Calmann and King Ltd, 1996. p. 133-161.

das formas esquemáticas do geômetra divino.”²²⁷ Neste aspecto, os franciscanos representam uma continuidade com relação ao pensamento altimedieval, já que seguem considerando mais adequada a interpretação simbólica da natureza.²²⁸

Pensando na diferença de minúcia entre os testamentos que estamos observando é necessário observar, no caso dos reis, a relação entre a monarquia e o clero no período. Como vimos anteriormente, D. Dinis herdou o reino sob interdito papal, o qual só foi levantado após a celebração de um acordo com os prelados portugueses e a aceitação deste pelo Papado. Teria contribuído para o acordo e para a boa relação que estabeleceu com o clero o fato de vários bispados terem sido ocupados por religiosos que eram próximos ou tinham mesmo feito carreira junto ao rei. Hermínia Vasconcelos Vilar faz a seguinte ponderação:

Apoiantes claros ou não do reforço da autoridade régia, muitos destes bispos foram, contudo, instrumentos privilegiados da actuação régia, ao reconhecerem tacitamente o princípio da supremacia régia e ao facilitarem o cumprimento das medidas que concretizavam essa supremacia. Neste contexto, apenas D. Egas de Viseu surge como uma clara voz dissonante, à qual se junta a actuação, ou melhor, os conflitos mantidos por D. Dinis com Frei Estevão, bispo do Porto e de Lisboa e com Fernando Ramires, bispo do Porto e sobrinho do anterior.²²⁹

Notamos que apesar da boa relação que D. Dinis conseguiu estabelecer com os religiosos, que teriam até contribuído para o reforço da autoridade régia, houve também oposição ao rei por parte de alguns bispos. Para o nosso problema porém, cabe destacar este movimento de aproximação entre as partes, de que talvez a guarda dos valores destinados ao cumprimento do testamento seja uma das consequências mais emblemáticas, uma vez que deixa o tesouro destinado – em última análise – à salvação da alma de D. Dinis, sob a responsabilidade de D. Gonçalo Pereira e da Sé de Lisboa.

Já no período de governação de D. Afonso IV temos um quadro diferente, em que tanto rei, como elites locais e cabidos, perdem influência nas indicações

²²⁷ No original: So, while a stone flower might have been carved by observing an actual flower, the human body was structured out of the schematic shapes of the divine geometer. CAMILLE, Michael. Op. cit. p. 134.

²²⁸ GREGORY, Tullio. *Natureza*. Op. cit. p. 311-312.

²²⁹ VILAR, Hermínia Vasconcelos. O episcopado do tempo de D. Dinis, trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325). *ARQUIPÉLAGO. História*, Ponta Delgada, Açores, 2ª série, vol. 5, p. 581-603, 2001. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.3/355>>. Acesso em 18/06/2019. p. 597.

episcopais em benefício do papado, instalado então em Avignon.²³⁰ Por outro lado, percebe-se um aumento da pressão régia sobre as imunidades eclesiásticas, visando reduzir as áreas que escapassem da jurisdição do rei.²³¹ Este afastamento e as disputas entre reis e religiosos podem ter contribuído, somando-se ao processo de alteração da espiritualidade, para um grau de precisão tão grande nas determinações deste rei para a organização e funcionamento de sua capela e de seu hospital.

Nos dois últimos tópicos que desenvolvemos a ênfase das explicações para as disposições testamentárias selecionadas para as categorias de Doações e Encomendas ficou sobretudo em aspectos gerais, cujos processos abrangem períodos mais largos do que as vidas dos testadores aqui elencados, como o crescimento e a influência dos mendicantes e a consolidação da ideia de Purgatório. Qual seria então a especificidade dos casos que estamos acompanhando? Essas questões mais amplas, como uma possível mudança da vivência espiritual, conjugadas aos entendimentos do poder, às condições econômicas e às intenções de projeção no futuro e no além de ações realizadas pelos testadores ganharam um veículo de expressão na construção dos anexos góticos da Sé de Lisboa.

Em “O poder do relato na Idade Média Portuguesa: a Batalha do Salado de 1340” Fátima Regina Fernandes desvenda estratégias de grupos distintos ao narrarem os eventos ocorridos neste confronto contra os muçulmanos. Os relatos, mais que descrever o que havia se passado, buscariam engrandecer um personagem e por consequência quem a ele se ligava, fossem seus sucessores ou membros de sua linhagem.²³² Aqui retornamos ao primeiro ponto deste capítulo em que tratamos dos locais de sepultamento dos três promotores dos anexos góticos da Sé de Lisboa. No que diz respeito especificamente à Cabeceira de iniciativa de Afonso IV, podemos considerá-la um monumento à memória do Salado, que conteria inclusive objetos relacionados com a vitória cristã, associados tanto ao túmulo real como ao de Lopo Fernandes Pacheco. O que queremos destacar é que

²³⁰ VILAR, Hermínia Vasconcelos. No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos. *Lusitania Sacra*, 2ª série, Lisboa, 22, p. 149-165, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.14/4552>>. Acesso em 18/06/2019.

²³¹ Idem e SOUZA, Armênia Maria. D. Afonso IV e o gládio espiritual: a coroa portuguesa e as imunidades episcopais (Séc. XIV). *Diálogos Mediterrânicos*, Curitiba, n. 5, p. 132-152, 2013. Disponível em: <<http://www.dialogosmediterraneos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/84/104>>. Acesso em 18/06/2018.

²³² FERNANDES, Fátima Regina, O poder do relato na Idade Média Portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. Op. cit.

o movimento e aparatos disponíveis que resultaram nos relatos da Batalha do Salado estudados por Fátima Fernandes podem ter sido mobilizados – de forma distinta e em conjunção com outros – na edificação, além da cabeceira, da Capela de São Bartolomeu e do Claustro da Catedral.

Os projetos de perpetuação de memória pessoal e elevação linhagística, no caso dos indivíduos apresentados acima sepultados na Sé, ou de demonstração de poder fazer obras importantes, se juntaram ao desejo de salvação, da qual poderia se aproximar pela oração dos vivos – clérigos ou leigos – e pela vizinhança de um santo. Estas visões de mundo e das possibilidades de agir no mundo foram influenciadas por processos amplos, tais como o aquecimento comercial e o surgimento e sucesso de franciscanos e dominicanos, acabando por se concretizar nestes anexos que são o centro de nossa reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como uma construção não está acabada quando cessam as obras, um trabalho acadêmico também não se encerra quando se coloca um ponto final. Entretanto é necessário fazê-lo e abri-lo ao uso, ou seja, à leitura e à crítica. Tendo trilhado um percurso entre a materialidade do templo, as suas funções e o contexto em que se inseria, apresentamos agora algumas considerações de modo a organizar o que entendemos serem as respostas ao problema colocado na introdução da dissertação: entender as razões que levaram alguns agentes, principalmente D. Dinis, Bartolomeu Joanes e D. Afonso IV, a se engajarem na construção dos anexos góticos da Sé de Lisboa e qual o lugar que estes anexos ocuparam no período de sua edificação.

Entendemos que a Sé de Lisboa, enquanto instituição, ocupava um lugar de destaque entre os séculos XIII e XIV em Portugal e mesmo na cristandade, sendo o topo da carreira eclesiástica de vários religiosos e tendo as dignidades de seu cabido despertado interesse de portugueses, mas também de pessoas oriundas de outras partes do ocidente latino, como o reino de França, onde estava instalada a Cúria Pontifícia. Durante o papado de Avignon parece ter ocorrido um controle mais estreito da ocupação dos cargos catedralícios pela hierarquia da Igreja, o que pode ter contribuído para uma participação menor de Afonso IV neste âmbito quando comparado ao seu pai. Houve, porém, no reinado afonsino uma melhor delimitação de foros e benefícios, reduzindo áreas sob o domínio da Igreja isentas à justiça do rei. No que diz respeito ao templo, percebemo-lo como parte integrante e extremamente representativa da cidade de Lisboa, podendo ser considerado o principal templo da região, não apenas por ser a sede da diocese, mas por conter as relíquias de São Vicente, estar uma região que, apesar de não ser mais nesse período o centro comercial da cidade, continuava tendo importantes funções neste âmbito, bem como no político. Além disso, a catedral era representativa de Lisboa, o que somado ao que foi dito anteriormente ajuda a explicar o porquê de ter se escolhido este templo para a edificação dos anexos, que teriam entre as suas funções servir de última morada para diversos cristãos.

Com relação ao claustro, D. Dinis provavelmente pretendeu dotar a sede episcopal lisboeta de estrutura já existente em outras no reino, tendo inclusive a sua construção provavelmente se baseado no correspondente presente em Coimbra. O

local escolhido para a edificação deste anexo, na parte ocidental do templo, pode ser explicado por questões topográficas, mas também pelo arruamento existente e usado no período, que ao que tudo indica não teve profundas alterações. Ao patrocinar tal obra, D. Dinis demonstrava largueza, qualidade esperada de reis e nobres, mas também oferecia um benefício à sede do bispado, do qual poderia esperar alguma retribuição, não necessariamente material. O rei estaria ainda respondendo a uma demanda da sociedade lisboeta por locais de enterramento. A região da Sé, como vimos, foi – desde pelo menos o início do domínio cristão no século XII – uma escolha privilegiada para inumação. No caso aqui em análise, não apenas de religiosos, como de nobres, ricos comerciantes e parentes dos monarcas. O claustro ampliaria as possibilidades de sepultamento e, mais que isso, de perpetuação de um registro individual dos falecidos, elemento que crescia em importância com a consolidação da ideia de um destino individual no pós-morte, o qual estaria atrelado às ações realizadas ou encomendadas em vida por cada um ou ainda por aquelas feitas com a intenção de lhe favorecer no além. O julgamento individual ocorrido pouco após o desencarne poderia redundar em salvação ou condenação, mas ganha espaço nesses séculos a possibilidade de uma pena intermediária na qual se purificaria dos pecados antes de ingressar no paraíso, a ser cumprida no Purgatório. Tiveram papel importante na divulgação deste ideal os mendicantes, franciscanos e dominicanos. Os primeiros principalmente, pregavam ainda a necessidade de um desligamento dos bens materiais e o auxílio e cuidado com os mais necessitados que se encontram próximos.

D. Dinis não se sepultou na Sé de Lisboa, dando continuidade ao hábito dos reis portugueses de elegerem um mosteiro como destino de seus corpos, escolhendo para tal fim o mosteiro de São Dinis de Odivelas. O seu contemporâneo, Bartolomeu Joanes, entretanto, não apenas se fez sepultar na catedral como encomendou uma capela e dotou-lhe de bens que permitiram seu sustento por séculos. O comerciante é um caso relevante do que se passava no reino e na cidade no período. Sem aparentes ligações de sangue com a nobreza, através de sua atividade profissional conseguiu amearhar uma fortuna considerável – processo que também beneficiou a coroa – financiando a única capela funerária adossada ao edifício catedralício em Lisboa. A posição em que houve a construção da capela de São Bartolomeu foi indicada pelo cabido, impondo uma limitação à agência do fundador, que porém se mostrou na determinação de alternativas para o caso de a

capela lhe ser posteriormente negada. Lemos isso como reflexo da função sócio-profissional de Joanes, a qual demandava antecipação de problemas e planejamento. Além disso, entendemos que suas ações estavam marcadas pelos elementos contextuais elencados no parágrafo anterior e que pretendiam contribuir, além da salvação da sua alma, para a perpetuação de sua memória individual, mas também da afirmação de seu grupo socio-profissional na sociedade lisboeta.

Na reconstrução da cabeceira Afonso IV tem, como Joanes, intenções individuais e, a exemplo de seu pai, de resposta a anseios coletivos. Se na capela-mor buscou associar seu enterramento com a memória da vitória na Batalha do Salado e ao culto vicentino – pretendendo uma continuidade que ia além da descendência direta entre Afonso Henriques, ele próprio e seus sucessores – as capelas radiantes, além do componente ritual associado à peregrinação em torno das relíquias de São Vicente, serviram para a inumação de membros da nobreza, entre os quais apresentamos o exemplo de Lopo Fernandes Pacheco, o qual buscou ligar sua memória à do rei. O filho de D. Dinis, portanto, buscava também um bom destino para sua alma e ainda um reforço dos elementos que garantiam a legitimidade dele próprio e de forma mais ampla de sua dinastia.

Assim sendo, são várias as razões que levaram à construção dos anexos da Sé de Lisboa, havendo mesmo particularidades para cada um deles, como acabamos de ver. Mas em geral, entendemos que se tratam da materialização de projetos que podemos expressar em duas categorias, apesar de estarem relacionados: os de salvação e os de perpetuação da memória individual, estes com variações em cada caso. Assim a catedral seria vista como um ponto privilegiado de contato entre o visível e o invisível, o passado e o futuro, o passageiro e eterno. Os agentes que acompanhamos até aqui tinham condição de agir sobre os primeiros termos destes binários, e o fizeram na Sé de Lisboa, esperando que tivessem resultados favoráveis nos segundos, garantindo o bom destino de suas almas e a recordação de suas realizações por sucessivas gerações.

REFERÊNCIAS

Fontes

A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um Cruzado. NASCIMENTO, Aires A, (ed., trad. e notas). Lisboa: Vega, 2001.

Crónica de Portugal de 1419. CALADO, Adelino de Almeida (ed.). Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.

Doação do Cruzado Raul a Santa Cruz de Coimbra. In.: *A conquista de Lisboa aos mouros*. *Op. cit.* p. 220-205.

Notícia da Fundação do Mestreiro de São Vicente de Lisboa. In.: *A conquista de Lisboa aos mouros*. *Op. cit.* p. 178-197.

BRANDÃO, Francisco, *Terceira parte da Monarchia Lusytana*: que contem a historia de Portugal, desde o Conde Dom Henrique, até todo o Reynado d’El rey Dom Afonso Henriques. Lisboa: Impressão Craesbeeckiana, 1690.

CUNHA, Rodrigo da. *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*. Vida, e acçoens de seus prelados, & varoes eminentes em santidade, que nella florecerão. Lisboa: Por Manoel da Sylva, 1642.

Duarte GALVÃO, *Cronica del Rey Dom Affonso Hamrriques primeiro Rey desde regnos de Portugal*, Offiicina Ferreyriana: Lisboa, 1728, p. 59-60.

Primeiro Testamento de D. Afonso Henriques. In: *Documentos Medievais Portugueses*. AZEVEDO, Rui Pinto de (introdução). Vol. I-Tomo I, documento 330. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958. p. 430-431. Apud. MOTA, António Brochado da. *Testamentos Régios – Primeira Dinastia (1109-1383)*. 222f. Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa 2011. p. 213-215.

Primeiro testamento de D. Dinis. ed. BRANDÃO, Fr. Francisco. *Monarquia Lusitana*-Apêndice da Quinta Parte, Vol. V, Escritura XXXIV, I.N.C.M., Lisboa, 1976. p. 329-331. Apud. MOTA, António Brochado da. *Op. cit.* p. 195-197.

Segundo testamento de D. Dinis. ed. SOUSA, D. António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I-I, Atlântida-Livraria Editora,

Lda, Coimbra, 1946. p. 125-132. Apud. MOTA, António Brochado da. *Op. cit.* 198-202.

Terceiro testamento de D. Dinis. BRANDÃO, Fr. Francisco. *Monarquia Lusitana*, Vol. VI, I.N.C.M. Lisboa, 1980. p. 582-589. Apud. MOTA, António Brochado da. *Op. cit.* 203-208.

Testamento de Bartolomeu Joanes. TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e. *A heráldica medieval na Sé de Lisboa*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita. Lisboa, 1984. p. 40-56.

Testamento de D. Afonso IV. ed. SOUSA, D. António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I-I, Atlântida-Livraria Editora, Lda, Coimbra, 1946. p. 335-341. Apud. MOTA, António Brochado da. *Op. cit.* p. 209-212.

Testamento de D. Pedro I. ed. SOUZA, D. António Caetano. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I-I, Atlântida-Livraria Editora, Lda, Coimbra, 1946. p. 407-410. Apud. MOTA, António Brochado da. *Testamentos Régios – Primeira Dinastia (1109-1383)*. *Op. cit.* p. 213-215.

Estudos

AGOSTINHO. *Confissões*. Consultamos a versão latina disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/augustine/conf11.shtml>. Acesso: 28/01/2018. E a tradução disponível em: <http://cepame.fflch.usp.br/sites/cepame.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Agostinho%20de%20Hipona%2C%20%E2%80%9CConfiss%C3%B5es%2C%20Livro%20XI%E2%80%9D.pdf>. Acesso em 28/01/2018.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge. *História da Arte em Portugal – O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. *História da Arte em Portugal – O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

ALMEIDA, Néri de Barros. *A Idade Média entre os Séculos XIX e XX: estudos de historiografia*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

ARAÚJO, Norberto de. *Pequena Monografia de São Vicente* – Edição do Grupo dos Amigos de Lisboa. Lisboa: Typografia da Empresa do Anuário Comenrcial, s/d. 91p. p. 27.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Luiza Ribeiro (Trad.). Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

BARBOSA, Pedro Gomes. "... e todos os desa cidade façaaes solene priçisom..." Festas sagradas e profanas na Lisboa medieval. In: VALE, Teresa Leonor M; FERREIRA, Maria João P; FERREIRA, Silvia. (Coord.). *Lisboa e a festa: Celebrações Religiosas e Civis na Cidade Medieval e Moderna*. Actas... Lisboa, 2009. p. 23-29.

BARRAL I ALTET, Xavier. A virada arquitetônica do ano 1000 In: DUBY, Georges e LACLOTTE, Michel (orgs.). *História Artística da Europa*, volume 2, A Idade Média. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BARRAL I ALTET, Xavier. O tesouro eclesiástico medieval: economia, arte, liturgia. In: DUBY, Georges e LACLOTTE, Michel (orgs.). *História Artística da Europa*, volume 2, A Idade Média. *Op. cit.*

BARROCA, Mário Jorge. *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1995. Vol II, tomo 2. p. 472-476. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10216/55736>>. Acesso em 05/07/2018.

BASCHET, Jérôme. "Le boustrophédon de San Giminiano: nœuds d'images et spatialisation du temps." In: *L'iconographie médiévale*. Paris: Gallimard. 2008. p. 135-151.

BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Maria Cecília Preto da Rocha de Almeida (Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. Vera Maria Pereira (trad.). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRACONS, Jose. *Saber ver a arte gótica*. São Paulo: M. Fontes, 1992.

BRANCO, Maria João Violante. Introdução: A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida. In.: *A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um cruzado*. Aires A. Nascimento (Tradução e notas). Lisboa: Vega, 2001. p. 9-39.

BRANCO, Maria João Violante. Reis, Bispos e Cabidos: A Diocese de Lisboa durante o primeiro Século da sua Restauração. *Lusitania Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, Lisboa, 2ª série, tomo 10, p. 55-94, 1998. p. 56-64.

CAMILLE, Michael. *Gothic art. Visions and Revelations of the Medieval World*. Londres: Calmann and King Ltd, 1996.

CANCLINI, Nestor. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23, 95-116, 1994.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo. La catedral, el santo y el rey. Alfonso IV de Portugal, san Vicente mártir y la capilla mayor de la sé de Lisboa. In: ESPAÑOL, Francesca; FITÉ, Francesc (Ed.) *Hagiografía peninsular en els segles medievals*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2008. p. 73-92.

CASTILHO, Júlio de. *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*. 2ª Edição revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva. Volume V e VI. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936

CHICÓ, Mário Tavares. A Catedral de Lisboa e a Arte Portuguesa da Idade Média. In: *Separata de Belas Artes*, nº 6, Lisboa, 1953.

COELHO, M. F. C. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Néri de Barros; PINHEIRO, Rossana. (Org.). *A construção da narrativa histórica*. Séculos XIX e XX. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014, v. 1, p. 39-62.

DUBY, Georges e LACLOTTE, Michel (orgs.). *História Artística da Europa. A Idade Média*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 2 volumes.

DUBY, Georges. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade 980-1420*. Lisboa: Estampa, 1979.

FARELO, Mário Sérgio da Silva. A quem são teúdos os barões e sages cônegos? Perspectivas sobre as redes de solidariedade no Cabido da Sé de Lisboa (1277-1377). *Lusitania Sacra*, 2ª série, Lisboa, 17, p. 141-182, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.14/4506>>. Acesso em 04/07/2019.

FARELO, Mário Sérgio da Silva. Organização e composição social do cabido da Sé de Lisboa (1277-1377). *Anuario de estudios medievales*, Barcelona, v. 35, n. 2, p.

767-797, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/57240>>. Acesso em 05/07/2019

FERNANDES, Carla Varela. D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória. *Arqueologia & História*, Lisboa, n. 58/59, p. 143-166, 2006/2007.

FERNANDES, Carla Varela – O túmulo de Faria: problematização à luz da iconografia, plástica e cronologia. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª S. 13-14 (2001-2002) 583-596. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.14/4483>>. Acesso em: 21/05/2019.

FERNANDES, Fátima Regina. *Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III*: direito material e direito processual. Curitiba: Juruá, 2000.

FERNANDES, Fátima Regina. Cruzadas na Idade Média. In: MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 98-129.

FERNANDES, Fátima Regina, O poder do relato na Idade Média Portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago!* batalhas e narrativas ibéricas medievais. Curitiba: Ed. UFPR, 213. p. 87-120.

FERNANDES, Fátima Regina. Os exílios da linhagem dos Pacheco e sua relação com a natureza de suas vinculações aos Castro (segunda metade do século XIV). *Cuadernos de Historia de España*, Buenos Aires, Instituto de Historia de España “Cláudio Sánchez Albornoz”, Universidad de Buenos Aires, v. 82, p. 31-54, 2008.

FERNANDES, Paulo de Almeida. Iconografia do Apocalipse: uma nova leitura do portal ocidental da Sé de Lisboa. *Estudos/Património*, Lisboa, n.7, p. 93-101, 2004.

FERNANDES, Paulo de Almeida. O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitetura cheia de imperfeições. *MURPHY Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, Coimbra, n. 1, p. 18-69, 2006.

FERNANDES, Paulo de Almeida. O sítio da sé de Lisboa antes da Reconquista. *ARTIS – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, n. 1, p. 57-87, 2002. p. 62-64.

FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. *Catedral de Lisboa / Sé de Lisboa / Igreja Paroquial da Sé Patriarcal / Igreja de Santa Maria Maior*. Sistema de informação

para o Património Arquitectónico, 2008. Disponível em:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2196. Acesso em:
 02 de abril de 2015.

FIGUEIREDO, Ana Paula Valente. *O espólio artístico das Capelas da Sé de Lisboa*, abordagem cripto-histórica. 216f. Dissertação (Mestrado em Arte, Patrimônio e Restauro) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.

FOCILLON, Henri. *Arte do Ocidente – A Idade Média Românica e Gótica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

FONSECA, Martinho da. *A Sé de Lisboa e Augusto Fuschini*. simples apontamentos. Lisboa: Typografia do Anuario Comercial, 1912. 37p.

FONTES, João Luís Inglês, et al. (coords.) *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: IEM, 2016.

FUNKE, Willian. A Sé de Lisboa na Fundação do Reino Português. *Cadernos de Clío*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 53-68, 2015.

FUNKE, Willian. Entre a mobilidade e o imóvel: movimentos em torno da Sé de Lisboa. In: GOVASKI, Patrícia; PAIVA, Valdemir; FIGOLS, Victor de Leonardo; DE LIMA, Wallas Jefferson. *Sociabilidades: narrativas do outro*. São Paulo: Todas as Musas, 2019. p. 255-267

FUNKE, Willian. Um Edifício no Tempo: A Sé de Lisboa. In: III ENCONTRO DA ABREM CENTRO- OESTE E I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA MEDIEVAL (UEG/UEG/PUC- GO) - HISTÓRIA, POLÍTICA E PODER, 2014, Cidade de Goiás. *Anais...* Goiânia: CEDOC - Centro de Documentação UEG, 2014. p. 367-378, vol. II.

FUNKE, Willian. *Uma Igreja, Uma Cidade, Um reino: a Sé de Lisboa entre a conquista da cidade e o fim do segundo reinado (1147-1211)*. 82 f. Monografia (História – Licenciatura e Bacharelado) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

FUSCHINI, Augusto. *A Architectura Religiosa na Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.

GIMENEZ, José Carlos. *A Rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica: 1280- 1336*. 211 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

GLOSSÁRIO ROTA DO ROMÂNICO. Disponível em:
<<https://www.rotadoromanico.com/vPT/ORomanico/Glossario/Paginas/Glossario.aspx>>.
Acesso em: 12/07/2019.

GOMES, Saul António. Materiais de construção na região de Leiria em tempos medievais. In.: MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo. *História da Construção – Os Materiais*. Braga: CITCEM, LAMOP, 2012. p. 167-192.

GOMES, Saul António. Les bâtisseurs du chantier gothique du Monastère de Bataille (Portugal): XIV-XVIe siècles. In.: MELO, Arnaldo Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo. *História da Construção – Os Construtores*. Braga: CITCEM, 2011. p. 173-189.

GREGORY, Tullio. Natureza. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. (orgs.) *Dicionário Análítico do Ocidente medieval*: volume 2. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 297-313.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Capítulos de História: o trabalho com fontes*. Curitiba: Aymará Educação, 2012. p 150-154.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A arquitetura*. Oliver Tolle (Trad.). São Paulo: Editora da Iniversidade de São Paulo, 2008.

KOCH, Wilfrid. *Dicionário dos Estilos Arquitetônicos*. Neide Luzia de Rezende (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Bernardo Leitão (Trad.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

LITTLE, Lester K. Monges e religiosos. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT (orgs.), Jean-Claude. *Dicionário Análítico do Ocidente medieval*: volume 2. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 256-275.

LOURINHO, Inês. *1147. Uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas*. Tese de Mestrado. Lisboa: FLUL, 2010.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: CUP, 1985.

MACEDO, Francisco Pato de. A Cultura, o Ensino e a Arte – 4. Manifestações Artísticas. In: *Nova História de Portugal*. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), Volume III – Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325), Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (coord.). Lisboa: Editorial Presença, 1996.

MACÍAS, Santiago. O Garb-Al-Andaluz – Resenha dos Factos Políticos. In.: MATTOSO, José (coord.) *História de Portugal*, Vol. I, Antes de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 373-390.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998.

MARQUES, João Francisco. Franciscanos e dominicanos confessores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias: espiritualidade e política. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*. Anexo V – Espiritualidade e corte em Portugal, Sécs. XVI – XVIII, Porto, 1993. p. 53-60. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10216/8336>>. Acesso em 02/05/2019.

MARTINS, Andreia (texto) e PINA, Pedro A. (fotografias). D. Dinis, um túmulo escondido à espera de dignidade. *RTP Notícias*. 08 de março de 2016. Seção País. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/pais/d-dinis-um-tumulo-escondido-a-espera-de-dignidade_es901665>. Acesso em: 25/03/2019.

MARTINS, Douglas de Freitas Almeida. O dever da caridade aos pobres: circulação de excedente, furto e a construção da noção de propriedade no interior da Ordem dos Frades Menores a partir das Legenda Maior e da Vita Secunda. *Revista Vernáculo*, 2019. p. 11-37. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/60313/37883>>. Acesso em: 01 maio 2019.

MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques*. 2ªed. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

MATTOSO, José. *História de Portugal*, Vol. II, A Monarquia Feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MATTOSO, José. *Poderes Invisíveis: O Imaginário Medieval*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.

MATTOSO, José. *Naquele Tempo*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2009.

MÉHU, Didier. “La porte et l’autel : les figures des lieux liminaires de l’église paléochrétienne”. In: BRODBECK, Sulamith e POILPRÉ Anne-Orange (dir). *Visibilité et présence de l’image dans l’espace ecclésial Byzance et Moyen Âge occidental*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2019. p. 233-255.

MENEGUELLO, Cristina. *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana*. 2000. 430 p. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280273>>. Acesso em: 27 jun. 2019. Especialmente Capítulo II – O neogótico. p. 133-254.

MIATELLO, André Luis Pereira. O pregador e a sociedade local: a luta pelo poder pastoral no seio das cidades da Baixa Idade Média ocidental (séc. XIII-XIV). *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 7, n. 2, p. 112-131. Julho/Dezembro 2014. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/349/pdf>>. Acesso em: 30/04/2019.

MOTA, António Brochado da. *Testamentos Régios – Primeira Dinastia (1109-1383)*. 222f. Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa 2011.

NETO, Maria João Baptista. Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade dos tempos. In: BARROCA, Mário Jorge (coord.). *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. Volume 2. p. 131-141.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá. O espaço eclesiástico em território Português (1096-1415). In: *História Religiosa de Portugal*. Carlos Moreira Azevedo (dir.), Volume I. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 142-195.

OLIVEIRA, José Augusto. Um estaleiro medieval: as obras no claustro da Sé de Lisboa. In: FONTES, João Luís Inglês, et al. (coords.) *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: IEM, 2016. p. 177-204.

PICCINI, Andrea. *Arquitetura: do Oriente Médio ao Ocidente, a transferência de elementos arquitetônicos através do Mediterrâneo até Florença*. São Paulo: Annablume, 2009

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Guilherme J. de F. Teixeira (Trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAMALLO, German. *Saber ver a arte românica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

REAL, Manuel Luís. Inovação e Resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no Ocidente Peninsular. In.: *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans – Universitat de Barcelona, 1995, pp. 17 – 68.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso. *Monumentos pátrios: A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. 403 f. Dissertação (Doutorado em História de Arte) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1995

RUNCIMAN, Steven. *História das Cruzadas*, Vol. II: o reino de Jerusalém e o Oriente Franco, 1100-1187. Cristiana de Assis Serra (Trad.). Rio de Janeiro: Imago Ed, 2002.

SAUERLÄNDER, Willibald. Gothic: The Dream of an Unclassical Style. In: *Gothic art and thought in the later medieval period: essays in honor of Willibald Sauerländer*. Colum Hourihane (Ed.). Princeton/Pensilvânia: Princeton University/Pennsylvania State University Press, 2011.

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. José Rivair Macedo (trad.). Bauru: EDUSC, 2007.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, Volume I, Estado, Pátria e Nação (1080-1415). 6ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.

SILVÉRIO, Sofia Alexandra Domingues. *Arqueologia da Arquitetura – Contributo para o estudo da Sé de Lisboa*. 163f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

SILVA, Carlos Guardado da. *Lisboa medieval: a organização e a estrutura do espaço urbano*. Lisboa: Colibri, 2008.

SILVA, Carlos Guardado da. Lisboa da cidade de fronteira à afirmação da capital do reino: 1147-1383. In: *Férula: Revista da Associação para estudos históricos interdisciplinares*. Lisboa : Instituto Prometheus, 2013. N.º 3, p. 24-34. Disponível em: <http://issuu.com/institutoprometheus/docs/revista_ipaehi_f__rula_n__3>. Último acesso em 27/01/2018.

SILVA, Manuel Fialho. *Mutação urbana na Lisboa medieval*. das taifas a D. Dinis. 610 f. Tese (História – História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

SILVÉRIO, Sofia Alexandra Domingues. *Arqueologia da Arquitetura – Contributo para o estudo da Sé de Lisboa*. 163f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

SOUSA, Armindo de. 1325-1480. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*, Vol. II. Op. cit. p. 261-466.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

SOUZA, Armênia Maria. D. Afonso IV e o gládio espiritual: a coroa portuguesa e as imunidades episcopais (Séc. XIV). *Diálogos Mediterrânicos*, Curitiba, n. 5, p. 132-152, 2013. Disponível em: <<http://www.dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/84/104>>. Acesso em 18/06/2018.

SOUZA, José Antônio de C. R. de e BARBOSA João Moraes. *O reino de Deus e o reino dos Homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SUMMAVIELLE, Elísio. *Igreja de Santa Maria Maior. Sé de Lisboa*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1986.

TOMAN, Rolf. *The Art of Gothic: Architecture – Sculpture – Painting*. Königswinter: Konemann/Tandem Verlag GmbH, 2004.

TORRES, Cláudio. O Garb-al-Andaluz. In.: MATTOSO, José. *História de Portugal*, Vol. I. *Op. cit.* p. 356-357.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Livia de Oliveira (Trad.). Londrina: Eduel. 2013.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. Monarquia e Igreja: convergências e oposições - De Afonso Henriques a Sancho II: Uma Difícil Delimitação de Poderes (1128-1245). In: *História Religiosa de Portugal*. Carlos Moreira Azecedo (dir.), Volume I. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. Em torno de uma diocese: os bispos de Lisboa entre dois séculos (1244-1325). In: KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe e FONTES, João Luís. *Lisboa Medieval – Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 129-143.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos. *Lusitania Sacra*, 2ª série, Lisboa, 22, p. 149-165, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.14/4552>>. Acesso em 18/06/2019.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. O episcopado do tempo de D. Dinis, trajectos pessoais e carreiras eclesíásticas (1279-1325). *ARQUIPÉLAGO. História*, Ponta Delgada, Açores, 2ª série, vol. 5, p. 581-603, 2001. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.3/355>>. Acesso em 18/06/2019.

VILLAMARIZ, Catarina. "A Sé de Lisboa e a Arquitectura Claustal". In: Krus, Luís; Miranda, Maria Adelaide; ALARCÃO, Miguel. *A Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Edições Colibri, 2005, pp. 153-164.

WOLF, Philippe. *Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.

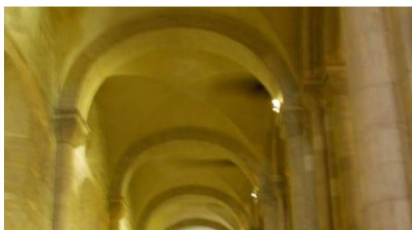
ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ZLATIC, Carlos Eduardo. *A condição política de Infante no reino português: D. Afonso, Senhor de Portalegre (1263-1312)*. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. p. 276-287.

GLOSSÁRIO²³³

Abóbada: Cobertura encurvada, construída geralmente por pedras ou tijolos, que se apoiam uns nos outros, de modo a suportar o seu peso próprio e cargas externas.²³⁴

A abóbada de berço ou canhão é a apresentada na imagem dos *Arcos de cinta*. A de aresta é a apresentada abaixo, formada a partir de dois arcos que se cruzam.



Alvenaria: Construção feita com cimento, argamassa, pedras, tijolos ou estuque.²³⁵

Ameias: Termo que define cada um dos pequenos parapeitos, em geral rectangulares, separados por intervalos (merlões), na parte superior das muralhas.²³⁶



Arcos de cinta: Arcos que sustentam a abóbada, dispostos perpendicularmente ao eixo da igreja.²³⁷



²³³ As imagens não refeenciadas são do acervo do autor.

²³⁴ KOCH, Wilfrid. *Dicionário dos Estilos Arquitetônicos*. Neide Luzia de Rezende (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 93-96. e BRACONS, Jose. *Saber ver a arte gótica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 79.

²³⁵ KOCH, Wilfrid. Op. cit. p. 99-101.

²³⁶ KOCH, Wilfrid. Op. cit. p. 101 e 172-173.

²³⁷ RAMALLO, German. *Saber ver a Arte Românica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Op. cit. p. 79.

Arcos de volta perfeita: Arcos em formato de semi-círculo, como na imagem de Arcos de cinta.²³⁸

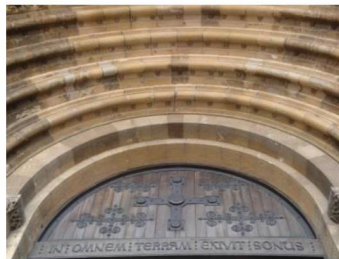
Arcos ogivais, ou de volta quebrada: Arcos formados pelo cruzamento de duas circunferências que resulta em uma forma apontada.²³⁹



Arcobotante: Arco exterior à construção que transfere a pressão da cobertura em contrafortes externos. Utilizado, em geral, em edifícios góticos.²⁴⁰



Arquivoltas: Contorno ou série de contornos que emolduram a parte superior de um arco.²⁴¹



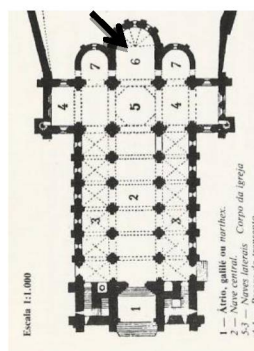
²³⁸ KOCH, Wilfrid. Op. cit. p. 105

²³⁹ KOCH, Wilfrid. Op. cit. p. 105. BRACONS, Jose. Op. cit. p. 79.

²⁴⁰ BRACONS, Jose. Op. cit. p. 79.

²⁴¹ KOCH, Wilfrid. Op. cit. p. 108.

Cabeceira da igreja: Extremidade de uma nave de igreja, pode conter capela-mor e capelas laterais ou capela-mor, deambulatório e capelas radiais.²⁴²

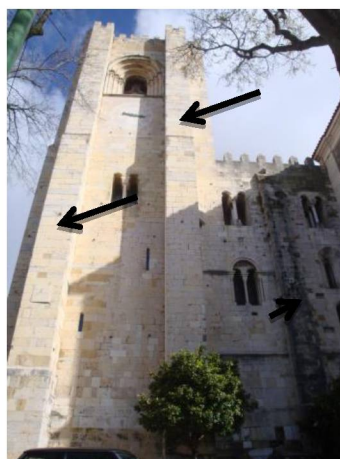


Cantaria: Pedra talhada para colocação em obra.²⁴³

Capitéis: Parte da extremidade superior de uma coluna, de variados formatos e decorações.²⁴⁴



Contrafortes: Estruturas para reforço de muros, muralhas, ou paredes.²⁴⁵



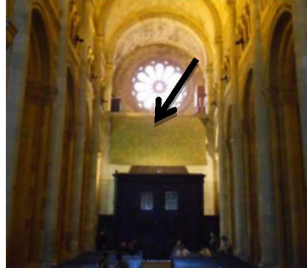
Coro alto: Local elevado com visão direta para o altar principal.²⁴⁶

²⁴² BRACONS, Jose. Op. cit. p. 79. Imagem recorte de SUMMAVIELLE, Elísio. *Igreja de Santa Maria Maior*. Sé de Lisboa. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1986. p. 8.

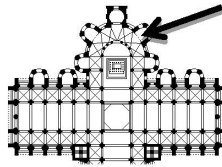
²⁴³ GLOSSÁRIO ROTA DO ROMÂNICO. Disponível em: <<https://www.rotadoromanico.com/vPT/ORomanico/Glossario/Paginas/Glossario.aspx>>. Acesso em: 12/07/2019.

²⁴⁴ KOCH, Wilfrid. Op. cit. p. 119. e BRACONS, Jose. Op. cit. p. 79.

²⁴⁵ KOCH, Wilfrid. Op. cit. p. 126.



Deambulatório: Galeria que circunda o coro, ou altar-mor.²⁴⁷



Decoração bulbosa: Decoração de elementos arquitetônicos com formas que lembram plantas bulbosas, com haste curta e um bulbo. É a decoração presente na imagem de “Capitéis”.²⁴⁸

Janelas maineladas: Janelas que possuem *Mainel*²⁴⁹: Coluneta que divide o vão de um portal e que sustenta decoração escultórica. Ver *Arcos ogivais*.

Nártex: Pequeno vestíbulo à entrada das igrejas.²⁵⁰



Naves: Corpos principais da igreja, situadas entre o pórtico e o coro das igrejas.²⁵¹

²⁴⁶ GLOSSÁRIO ROTA DO ROMÂNICO. Op. cit.

²⁴⁷ KOCH, Wilfrid. Op. cit. p. 134. BRACONS, Jose. Op. cit. p. 79. Recorte de Santiago de Compostela plan vertical. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Santiago_de_Compostela_plan_vertical.jpg>. Acesso em: 12/07/2019.

²⁴⁸ GLOSSÁRIO ROTA DO ROMÂNICO. Op. cit.

²⁴⁹ BRACONS, Jose. Op. cit. p. 79.

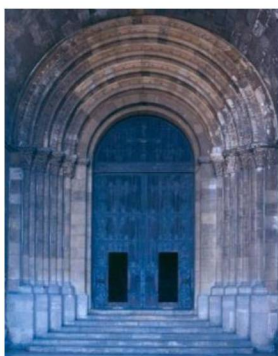
²⁵⁰ KOCH, Wilfrid. Op. cit. p. 177-178.

²⁵¹ KOCH, Wilfrid. Op. cit. p. 178.

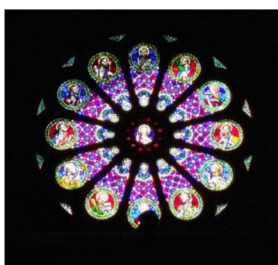
Pilares polistilos: Pilares são colunas simples, de secção quadrangular. Polistilo quando são adossadas outras estruturas à coluna.²⁵²



Portal escavado: Porta de grande dimensão com ornatos em relevo. Escavado quando enquadrado por arquivoltas.²⁵³



Rosácea: Janela circular com acabamentos que fazem lembrar uma flor. Em geral se encontra na extremidade das naves ou do transepto.²⁵⁴

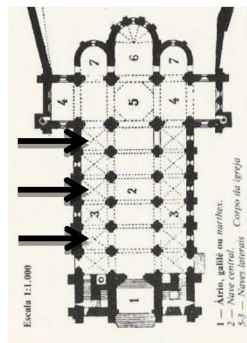


²⁵² KOCH, Wilfrid. Op. cit. p. 194-195. e BRACONS, Jose. Op. cit. p. 79.

²⁵³ KOCH, Wilfrid. Op. cit. p. 199. Imagem de Sé de Lisboa. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70502>>. Acesso em 12/07/2019

²⁵⁴ BRACONS, Jose. Op. cit. p. 79.

Tramo: Espaço situado entre dois apoios contíguos de uma estrutura.²⁵⁵



Transepto: É a parte do edifício que cruza perpendicularmente o seu corpo principal.²⁵⁶ Na imagem acima é a parte da igreja que forma os “braços da cruz”.²⁵⁷

Trifório: Galeria estreita que se abre sobre as arcadas.²⁵⁸



²⁵⁵ KOCH, Wilfrid. Op. cit. p. 223. Imagem recorte de SUMMAVIELLE, Elísio. Op. cit. p. 8.

²⁵⁶ BRACONS, Jose. Op. cit. p. 79.

²⁵⁷ Idem. p. 223.

²⁵⁸ Idem. p. 224-225.